Artefatos de Leitura

Organizado por:

CRISTIANE PEREIRA COSTA DIAS
GRECIELY CRISTINA DA COSTA
MARCOS AURELIO BARBAI

UNICAMP

LABEURB Laboratório de Estudos Urbanos

ARTEFATOS DE LEITURA

Cristiane Pereira Costa Dias
Greciely Cristina da Costa
Marcos Aurelio Barbai
(org.)

LABEURB Laboratório de Estudos Urbanos

Laboratório de Estudos Urbanos
Nudecri – Unicamp

Reitor
Marcelo Knobel

Coordenadora Geral da Universidade
Tereza Dib Zambon Atvas

Coordenação da COCEN
Ana Carolina de Moura Delfin Maciel

Coordenação do NUDECRI
Cristiane Pereira Costa Dias

Coordenação do Labeurb
Eduardo Guimarães

Editor Responsável
Eduardo Guimarães

Revisão e preparação
Jorge Abrão

Produção Gráfica e Capa
Greciely C. Costa e Jorge Abrão

PARECER E REVISÃO POR PARES
Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação e revisados por pares

Copyright © Autoras e autores
Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

FICHA CATALOGRÁFICA
ELABORADA BIBLIOTECÁRIA MÔNICA NASCIMENTO CRB 8ª/7015

A786 Artefatos de Leitura / Cristiane Pereira Costa Dias; Greciely Cristina da Costa; Marcos Aurelio Barbai (organizadores) – Campinas, SP: LABEURB/NUDECRI/Unicamp, 2020.

209p. (Coleção – Cidade, Linguagem, Sociedade)

ISBN 978-65-87175-14-0 (*e-Book*)

1. Artefatos. 2. Leitura. 3. Conhecimento. 4. Discurso. I. DIAS, Cristiane Pereira Costa. II. COSTA, Greciely Cristina da. III. BARBAI, Marcos Aurelio. IV. Título. V. Série.

CDD 370

Sumário

Apresentação **7**

Artefato, metaforização e ciências humanas **19**
Eni P. Orlandi

Animal de letras, animal de ciencias **39**
Alma Bolón

Artefatos e produção de saber em análise de discurso **53**
Cristiane Pereira Costa Dias
Greciely Cristina da Costa
Marcos Aurelio Barbai

Sinalário de análise de discurso materialista:
de uma escuta analítica a um artefato de leitura **69**
Maraisa Lopes

Ler, (d)escrever e interpretar os artefatos **83**
Ana Cláudia Fernandes Ferreira

Relações entre língua, espaço e tecnologias:
a *Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem*
no Brasil como artefato de leitura da cidade **103**
Carolina Rodríguez-Alcalá

"Caçadora de fãs: uma aventura acadêmica":
o artefato de leitura como produção de
conhecimento e de experiência científicos **123**
Larissa Tamborindenguy Becko

Artefato e equívoco:
discurso artístico e espaço público **137**
José Horta Nunes

A escuta psicanalítica na fronteira:
por uma ética do espanto **169**
Leo Rodriguez

O saber urbano por/em museus como lugares de fala **183**
Maria Cleci Venturini

Sobre as autoras e os autores **205**

Apresentação

A produção deste livro privilegia, em seu escopo, a discussão de diferentes artefatos de leitura, bem como de questões sobre o método, práticas de análise e dispositivo de leitura e interpretação.

Para tanto, foram fundamentais as questões levantadas no X Encontro Internacional Saber Urbano e Linguagem (EIS)[1] de 2019, promovido pelo Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb), no qual se discutiu a temática dos Artefatos de Leitura[2], em torno da problemática e dos desafios do urbano, com vistas à compreensão do lugar da leitura no processo de produção de conhecimento, alicerçando-se, em especial, em um estudo de Orlandi (2003), que parte do pressuposto de que o artefato incide na práxis científica, faz parte dela enquanto um "artefato teoricamente fabricado e que se apresenta como uma técnica sustentada em um método" (ORLANDI, 2003, p. 13)[3].

Partindo-se da premissa de que a construção de artefatos faz parte do processo da produção científica, o evento promoveu a realização de um debate dedicado a interrogar, da perspectiva da linguagem, o processo de produção de conhecimento de modo a dar lugar a diferentes formas de compreensão do objeto da pesquisa situando o lugar da leitura neste processo. Além disso, buscou-se refletir sobre as discursividades do utilitarismo da ciência em circulação na sociedade atual levantando como questão a posição que o conhecimento ocupa nesta conjuntura histórica e política, sobretudo, no que diz respeito às ciências humanas, especialmente às ciências da linguagem. Boa parte desta discussão se corporifica neste livro.

---

[1] Ao longo de 28 anos de existência, o Labeurb tem desenvolvido projetos, realizado pesquisas e promovido em âmbito nacional e internacional a difusão, realização e publicação de atividades acadêmicas, artísticas e culturais ligadas às questões urbanas. O objetivo deste laboratório interdisciplinar de pesquisa, situado no Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp, é o de fomentar um fórum permanente sobre as questões do urbano, estabelecendo um intercâmbio constante, de modo a sustentar uma relação, refletida pela linguagem, entre a Universidade e a Sociedade. A realização dos Encontros Internacionais Saber Urbano e Linguagem assim celebra a relação entre o Laboratório, a Universidade e a Cidade.

[2] Vídeos das apresentações estão disponíveis na página do Labeurb: https://labeurb.unicamp.br/site/web/eventodetalhe/listadevideos?id=17.

[3] ORLANDI, Eni Puccinelli. Ler a cidade: o arquivo e a memória. *In*: ORLANDI, Eni P. (Org.), *Para uma enciclopédia da cidade.* Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.

Situada no âmbito da área de conhecimento Saber Urbano e Linguagem[4], a reflexão proposta pelo evento e que se configura na reflexão do conjunto de autores reunidos neste livro desloca-se de uma noção hermética de metodologia comumente utilizada no campo das ciências em geral. Sendo assim, em "Artefatos de Leitura", buscamos pensar, a partir de diferentes campos de atuação e de reflexão, os artefatos, tal como estamos denominando: os objetos construídos ao longo do desenvolvimento de uma pesquisa como parte do processo científico, seja como forma de elaboração do conhecimento produzido pela pesquisa, seja como instrumento científico configurado para se compreender um fenômeno, ou ainda como resultado do próprio processo.

Estamos, portanto, considerando a centralidade do artefato na práxis científica, cuja natureza tem potencial de inovação. Nesse sentido, neste livro, a questão relacionada aos modos de compreensão de ciência é retomada, almejando, de um lado, interrogar o processo de produção de conhecimento que instala diferentes formas de compreensão do objeto de pesquisa, levando à construção de artefatos de leitura, e, por outro lado, problematizar os discursos sobre o utilitarismo da ciência em nossa sociedade que fazem com que o sentido de ciência seja reiterado e reduzido ao modelo de racionalidade científica estabilizado no positivismo em detrimento de seu princípio fundador de transformação social.

Neste modelo, como critica Santos (2018)[5], em um estudo sobre um discurso sobre as ciências, só há duas formas de conhecimento científico: as disciplinas formais da lógica e da matemática e as ciências empíricas pautadas no mecanicismo das ciências naturais. De acordo com o autor, "a primeira sujeita ao jugo positivista, a segunda, liberta dele, e qualquer delas reivindicando o monopólio do conhecimento científico-social" (SANTOS, 2018, p. 35). Contudo, Santos (2018) afirma que estamos vivendo uma crise do paradigma científico dominante, uma vez que a "análise das condições sociais,

[4] A especificidade desta área de pesquisa reside no fato de que pensar a cidade, pela linguagem, faz-nos interrogar, com a metodologia discursiva, os fatos da vida social e política, analisando os movimentos políticos, sociais e econômicos; o planejamento, a administração e a organização do espaço urbano pelo Estado; as naturezas de memória, a cultura e a arte; a linguagem urbana e a escrita; a mídia e a computação assim como as relações do dia a dia.
[5] SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 8 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

dos contextos culturais, dos modelos organizacionais da investigação científica, antes acantonada no campo separado e estanque da sociologia, passou a ocupar papel de relevo na reflexão epistemológica" (p. 53-54). É por essa via que visamos ressaltar, nesta obra, o lugar científico das ciências da linguagem tomando a questão da leitura como ponto nodal de todo processo de produção de conhecimento. Objetivamos situar, discutir, enfatizar e o lugar da leitura na ciência, explicitando que todo objeto de pesquisa é antes de mais nada um objeto de linguagem que demanda interpretação. Desse modo, visamos também problematizar o método teórico e as práticas de análise dos objetos de pesquisa em jogo na produção científica, tendo em vista que a "natureza do conhecimento científico decorre dos pressupostos epistemológicos e das regras metodológicas" (SANTOS, 2018, p. 29) pelos quais se orienta.

No campo de estudos da Linguagem praticados no Brasil, a questão da leitura pode ser observada a partir de três paradigmas:

(1) os que focalizam a leitura como "um processo psicológico em que o leitor utiliza diversas estratégias baseadas no seu conhecimento linguístico, sociocultural, enciclopédico. Tal utilização requer a interação de diversos níveis de conhecimento, o que exige operações cognitivas de ordem superior, inacessíveis à observação e demonstração... a leitura é um processo cognitivo por excelência" (KLEIMAN, 2004, p. 12)[6].

(2) os que buscam uma leitura proficiente "uma leitura madura em que o leitor tem um controle consciente e ativo de seu comportamento. Há um processamento analítico-sintético de ação sobre o produto da leitura que deve produzir um retorno ao texto" (KATO, 1985)[7].

(3) os que buscam remeter a leitura a instâncias outras de interrogação. Uma vez feita a leitura, não é sobre o texto que se

[6] KLEIMAN, Angela. *Texto e leitor*: aspectos cognitivos da leitura. Campinas, SP: Pontes Editores, 2004.
[7] KATO, Mary. *O aprendizado da leitura.* São Paulo: Martins Fontes, 1985.

> vai falar, mas sobre o processo que faz a leitura significar. Ler é saber que o sentido pode ser outro (ORLANDI, 1993)[8].

É importante ressaltar que esses paradigmas configuram, cada um a seu modo, uma prática e uma política de leitura. No campo da Análise de Discurso, no qual nos inserimos, levamos em consideração os processos de produção da própria leitura, já que o ato de ler movimenta os sentidos materiais atrelados às condições de produção do próprio dizer.

O nosso tempo, e levando em consideração a Ciência que praticamos hoje, tem exigido novos procedimentos de escrita e de leitura. Nos múltiplos registros de produção, circulação e leitura de textos, organizados pelo campo social, a leitura é um dispositivo capaz de revelar quais "configurações significantes" (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1994, p. 201)[9] estão em jogo no processo de materialização dos sentidos. A leitura é, portanto, um gesto que resulta de um trabalho simbólico de interrogação das discursividades no mundo.

De acordo com Orlandi (1996)[10], a grande questão que impulsionou o importante movimento de reflexão nos anos 60 girou em torno da noção de leitura. Notadamente, a fundação da Análise de Discurso se situa neste movimento. A "leitura ganha sentidos que apontam para a formação de um novo espaço disciplinar particular no conjunto das disciplinas praticadas no domínio das ciências humanas e sociais" (ORLANDI, 1996, p. 40).

Em "Análise Automática do Discurso", Michel Pêcheux, para sustentar a crítica à análise de conteúdo, na década de 60, propõe a construção de uma máquina de leitura – com apoio de ferramentas informatizadas –, cujo funcionamento ficou conhecido como análise automática do discurso, a AAD – que também nomeou o começo da teoria do discurso –, ou ainda, maquinaria discursiva. Como explica Maldidier (2003)[11], essa máquina se constitui de um

---

[8] ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Leitura.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.
[9] GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.), *Gestos de Leitura*: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
[10] ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação:* autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis:
Vozes, 1996.
[11] MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso:* (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.

dispositivo que comporta duas fases distintas: a "primeira, dita registro da superfície discursiva, é manual, ela é o prelúdio necessário à segunda, a única propriamente 'automática" (p. 23). A partir desse dispositivo torna-se possível deslinearizar as sequências textuais, deslocando a ordem sintática do enunciado; (re)construir novos encadeamentos sintáticos evocando novas redes de sentido. Para Maldidier, o objetivo de Pêcheux consistia em explicitar este processo, no qual "o discurso não se dá na evidência desses encadeamentos; é preciso desconstruir a discursividade para tentar apreendê-lo" (MALDIDIER, 2003, p. 24-25). Este dispositivo se tornou fundamental para sustentar que o discurso deve ser referido à exterioridade que lhe é constitutiva através da multiplicação das "possibilidades de coocorrência de uma superfície à outra" (PÊCHEUX, 2019 [1969], p. 119)[12].

Esse método de leitura permite desconstruir a sintaxe linear, a unidade e a continuidade do enunciado, explicitando que ele pode vir a ser outro – a paráfrase, mesmo que ainda não mencionada/explorada como tal já era primordial; e a polissemia movimenta-se neste jogo com a linguagem. O mecanismo de ler certamente colabora para um modo de observar o funcionamento do texto também em relação a sua exterioridade constitutiva, pois Pêcheux (2019, p. 18) assegura que a partir de Saussure "a língua deve ser pensada como um sistema, deixa de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido; ela torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o funcionamento". Este deslocamento de função para funcionamento consiste em explicitar a opacidade, a não-transparência da língua, a relação do discurso com as condições de produção de sentido. Com efeito, produz-se uma tentativa de eliminar as evidências da leitura de conteúdo propondo um exercício de desconstrução/reconstrução de redes estabilizadas.

Para a AAD, o "móvel dessa empreitada é finalmente o de realizar as condições de uma prática de *leitura*, enquanto detecção sistemática dos sintomas representativos dos efeitos de sentido no interior da superfície discursiva. [...] é importante tornar preciso um último ponto, de importância

[12] PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso.* Trad. Eni Puccinelli Orlandi e Greciely Costa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. Obra publicada originalmente em 1969.

capital para nós; trata-se do princípio desta leitura, que poderíamos chamar *princípio* da dupla diferença" (PÊCHEUX, 2019, p.14, grifos do autor).

O autor propõe com o princípio da dupla diferença notar que uma superfície discursiva deriva para uma outra, o que chamou de diferenças internas, e que essa superfície é constituída por diferenças externas. Isso implica pensar as ausências que constituem o discurso, além de suas condições de produção. Estava aí lançado o objetivo de se buscar uma leitura não-subjetiva que perpassa todos os pressupostos teóricos da Análise de Discurso até hoje.

Maldidier (2003) faz um percurso na Análise de Discurso que remonta à AAD 69, passando depois por formulações de Pêcheux em textos de 1971, 1975, 1980 e 1982, a fim de mostrar como a leitura se configura como um fio condutor da teoria do discurso. Em 1982, por exemplo, Pêcheux junto a Jacqueline Léon, Simone Bonnafous e Jean-Marie Marandin referem-se à AAD 69 como uma prótese de leitura e retomam a preocupação inicial com a questão da leitura que novamente se coloca como central na década de 80. Os autores anunciam que a leitura será tomada, a partir de então, por uma prática contraditória, como uma provocação:

> Leitura, quando o analista regra e escreve essa descrição. Há, de fato, uma analogia profunda entre o gesto de leitura e o gesto de descrição: toda leitura destrinça o texto, privilegia certos elementos para ocultar outros, reaproxima o que dispersou, dispersa o que estava unido. Nossa aposta é fazer dessas intervenções operacionalizadas de alguma forma "selvagem ou inconsciente" na "leitura espontânea", intervenções reguladas desmontando o objeto a ser lido segundo os próprios eixos que o estruturam. A análise do discurso não será mais uma prótese de leitura, mas uma provocação à leitura (PÊCHEUX *et.al.*, 1997 [1982], p. 277-278)[13].

Em "Materialidades Discursivas", Pêcheux (2016 [1981]) questiona a evidência do sentido dos textos do arquivo histórico e apresenta um novo projeto: a leitura de arquivo na relação com a memória. Uma leitura que

[13] PÊCHEUX, Michel; LÉON, Jacqueline; BONNAFOUS, Simone; MARANDIN, Jean-Marie. Apresentação da análise automática do discurso (1982). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso:* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Mariani, B. [et al.]. 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. Obra publicada originalmente em 1982.

pretende "recortar, extrair, deslocar, reaproximar" (p. 16)[14], como operação de trituração (*lécture-trituration*) de textos históricos. Ao final de seu texto, Maldidier (2003) ressalta que as últimas reflexões de Pêcheux recaem sobre esse projeto. A leitura de arquivo tem início com o texto "Ler o Arquivo Hoje". Para a autora "o problema da leitura colocado em AAD 69 ressurge, e de uma maneira radicalmente nova que é abordado" (p. 80). Notadamente, a questão da leitura constitui um ponto nodal da teoria do discurso e se mantém ao longo de seu desenvolvimento, sendo, neste livro, retomada e pensada na compreensão dos artefatos científicos.

O capítulo que abre a discussão sobre artefatos de leitura é de autoria de Eni P. Orlandi. A autora em *Artefato, Metaforização e Ciências Humanas* apresenta e situa o artefato, mostrando de que modo ele se constitui em um artefato de leitura científica, e, de forma mais abrangente, como se configura em um artefato da interpretação, de metaforização da vida social em suas possibilidades de significar. A questão que vem à tona é a construção de um artefato de ciência na construção de um processo de interpretação. Eni P. Orlandi descreve como em uma pesquisa se processou a construção de um espaço de metaforização de relações sociais, na produção do conhecimento. Para a autora, o sentido da mediação na construção de um acontecimento científico é o que define um artefato, sendo que este se situa em uma práxis simbólico-política, movida pela relação entre linguagem e metáfora.

Tendo como ponto de partida para sua reflexão o verbo "ler", Alma Bolón inicia o capítulo *Animal de letras, animal de ciencias* discutindo a potência do referido verbo que se estende por domínios imprevistos e que se liga ao domínio da escritura, pois, para a autora, o ato de ler/interpretar constitui a escritura. É o par leitura/escritura que está na base do processo de atribuição de sentidos, atividade que humaniza o animal humano. Em sua reflexão, a autora renuncia as perspectivas que consideram a linguagem como simples ferramenta com a qual um observador transmite o que observa, do mesmo modo que recusa que a escritura seja apenas a técnica de seu registro. A autora problematiza o modo

[14] PÊCHEUX, Michel. Abertura do colóquio. *In*: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques, GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (Orgs.), *Materialidades Discursivas.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. Obra publicada originalmente em 1981.

como no campo do discurso das ciências econômicas, mas não só neste, há um deslocamento da leitura para uma prática de medição, na qual se privilegia processos em torno dos números e a obediência a um protocolo de decifração previamente estabelecido, que apaga o sujeito, o discurso e a língua, como é o caso de políticas que obliteram o protagonismo do par leitura/escritura no ensino, tal como se observa nos documentos sobre educação elaborados pelo Banco Mundial.

No domínio das Ciências da Linguagem, operando com a Análise de Discurso, Cristiane Pereira Costa Dias, Greciely Cristna da Costa e Marcos Barbai propõem em *Artefatos e produção de saber em Análise de Discurso* pensar a especificidade do artefato ao lado da escrita, do texto e da leitura. As autoras e o autor partem do pressuposto de que o artefato instaurado no processo científico pode se formular como *meio de compreensão* do objeto de pesquisa ou, ainda, de *mediação* entre sujeitos e sentidos. E, também, pode se configurar como o resultado desse processo, tornando-se, assim, um *objeto de saber* exposto à reflexão.

Investindo-se na produção de um artefato teórico que pudesse mediar a relação do sujeito surdo com a Análise de Discurso, Maraisa Lopes apresenta no capítulo *Sinalário de análise de discurso materialista: de uma escuta analítica a um artefato de leitura* de que modo se deu o procedimento de construção do sinalário em Libras, de noções da Análise de Discurso e as atividades e questões que foram levantadas no decorrer deste processo. Produzido do interior do funcionamento da linguagem e da ideologia como um dispostivo de interpretação, que tem como instrumento o discurso, este artefato, em seu processo de instauração, se constitui em um observatório do confronto simbólico-político, afirma a autora. A autora destaca que considerando o sinalário como dispositivo de metaforização da vida social em seus possíveis modos de significar, de mediar a formulação de um acontecimento científico como propõe Orlandi (2019), o que está em jogo é um modo de metaforizar o lugar do sujeito surdo na universidade, no curso de Letras-Libras, na relação com as teorizações da Análise de Discurso.

Partindo da premissa de que os artefatos são construtos simbólicos presentes nos mais diferentes modos de existência das sociedades humanas, no

capítulo *Ler, (d)escrever e interpretar os artefatos*, Ana Cláudia Fernandes Ferreira propõe realizar um percurso de leitura a respeito da língua, da linguagem, do impossível e dos artefatos e que problematiza a concepção instrumental da linguagem e da língua começando pela noção de linguagem imperfeita. Nesta empreitada, a autora retoma elaborações teóricas de S. Auroux sobre o papel dos artefatos na constituição dos saberes linguísticos na história humana para então discutir os deslocamentos teóricos que possibilitam uma compreensão discursiva do processo de produção destes saberes. A questão que se coloca é como produzir saberes sobre esses artefatos que construímos. Resulta deste percurso uma reflexão, no contraponto entre língua imaginária e língua fluida, sobre as relações entre ler, (d)escrever e interpretar para pensar os artefatos de leitura.

Em *Relações entre língua, espaço e tecnologias: a Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil como artefato de leitura da cidade*, questionando em que sentido o conhecimento sobre a cidade envolve um trabalho de leitura e qual seria o papel aí desempenhado pelos artefatos, Carolina Rodríguez-Alcalá apresenta a Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil (bvCLB), caracterizando-a como um artefato de leitura da cidade. A bvCLB resulta de um projeto desenvolvido com a equipe da Universidade de Lausanne, que se propunha a investigar os trajetos e as transformações de noções científicas ligadas à gramática, à norma, às teorias linguísticas, à própria língua, nos diferentes países da Europa do Leste e da América Latina, tendo o Brasil como principal foco. Ao problematizar o lugar da leitura no processo de produção do conhecimento e o das tecnologias, a autora não só traça a relação que o artefato mantém com a língua, com o espaço e com o saber urbano, como, também, propõe pensar as línguas e os espaços-tempo como artefatos, produzidos, por sua vez, por outros artefatos (instrumentos técnicos). Dessa forma, mostra as especificidades da construção da bvCLB, frisando que o formato desse artefato dá sustentação à pesquisa contrastiva, permitindo pôr em relação textos das diferentes tradições científicas analisadas.

Assinalando que a história em quadrinhos (HQ) tem linguagem, narrativa e leitura específicas e que pode ampliar a noção de conhecimento e de experiência científicos, no capítulo *"Caçadora de fãs: uma aventura acadêmica"*:

o artefato de leitura como produção de conhecimento e de experiência científicos, Larissa Tamborindenguy Becko descreve como surgiu o projeto "Caçadora de fãs: uma aventura acadêmica", que consiste em contar a trajetória de sua pesquisa de mestrado em uma HQ. Projeto este que resulta de um esforço da autora em aproximar o universo acadêmico do público geral, com o intuito de construir, aprofundar ou modificar as percepções que sujeitos não acadêmicos têm sobre a ciência. A autora expõe e discute os percursos de construção desse artefato de leitura que está diretamente ligado à produção de conhecimento científico, bem como a formas específicas de divulgação de ciência, apostando em seu caráter inventivo.

Visando compreender os artefatos como parte do processo de pesquisa, no capítulo *Artefato e equívoco: discurso artístico e espaço público*, José Horta Nunes, com base em uma incursão pelas vias urbanas, distingue os artefatos teórico-metodológicos em face de obras artísticas enquanto objeto de análise ou resultados artísticos da pesquisa. Assim o autor provoca uma discussão sobre a relação do analista com os artefatos de análise, tendo em vista que explicita que estes artefatos são parte da montagem do dispositivo de interpretação teórico-analítico da Análise de Discurso. O autor analisa diferentes discursos artísticos institucionais privados e públicos a partir da observação de uma exposição interna e uma instalação localizada na fachada do Centro Cultural Itaú, de obras expostas em muros do Hospital Santa Catarina, e de um painel fotográfico em uma instalação permanente na Estação Sumaré do Metrô, na cidade de São Paulo.

No capítulo *A escuta psicanalítica na fronteira: por uma ética do* espanto, Leo Rodriguez situa a criação da *Pulso: clínica social de psicanálise* como objeto de sua leitura. Instituída pelo desejo de sustentar uma clínica de psicanálise onde a experiência urbana e o laço social se encontram em fronteira. A *Pulso* se inscreve em um movimento de coletivos de psicanálise que vêm surgindo nos últimos anos em todo o país, com clínicas públicas, clínicas de rua e clínicas do testemunho. Para o autor, esse movimento não só instala um processo de reconfiguração da psicanálise no espaço público ao mesmo tempo em que levanta novas questões para a psicanálise no Brasil, bem como presentifica a ética do espanto e do desvio pela qual se deve ler a fronteira.

No último capítulo desta obra, Maria Cleci Venturini em *O saber urbano por/em museus como lugares de fala*, discute a relação entre o saber urbano e a escrita da cidade a partir de museus. Para tanto, a autora mobiliza a noção de lugar de fala e elege como *corpus* o documentário "Museus, arquivos: lugares de memória no/do espaço urbano", realizado em 2016, como um artefato de leitura constituído pelo desejo de compreender as narrativas museológicas e o modo como os museus se significam e significam a cidade. Além deste documentário, algumas imagens do Museu Visconde de Guarapuava são analisadas em busca de compreender de que modo a escravidão, sempre negada, ecoa e instaura a contradição e o equívoco.

Por fim, cabe dizer que este livro, em seu conjunto, é um gesto científico e político de contribuição para a pesquisa no campo da linguagem, de modo geral, e em Análise de Discurso de modo mais específico, na medida em que produz conhecimento sobre a leitura como artefato, ao lado da descrição e da interpretação[15].

Cristiane Pereira Costa Dias
Greciely Cristina da Costa
Marcos Aurelio Barbai

[15] Agradecemos o apoio da Capes (Programa PAEP, auxílio 0728/2019, Processo 8881.358525/2019), auxílio indispensável para a organização de reunião, debate e produção de conhecimento, em torno dos Artefatos de Leitura, na Universidade Pública.

Artefato, Metaforização e Ciências Humanas

Eni P. Orlandi

Todo conceito nasce por igualação do não-igual
(F. Nietzsche)

Introdução: lugares de pesquisa e artefatos

A "Casa e a Rua" é o tema de um Grupo de Pesquisa (CNPq) que tenho coordenado. Em seu início, ele se objetivava porque consideramos que, na base da reflexão sobre a divisão social do espaço na cidade, está a relação entre a casa e a rua. Em torno delas, como temos procurado mostrar, se organizam relações, se organizam sentidos, se organizam sujeitos. À medida em que esta pesquisa ganhava fôlego, também os objetivos e a compreensão desta relação casa/rua iam tomando novos contornos. Passamos a trabalhar com a relação social e política que se estabelece em diferentes condições entre a casa e a rua (ORLANDI, 2012) para, por aí, pensarmos os sujeitos em seus modos de vida, seus processos de significação, que são interpretados pelo par público/privado, como relações sociais[1], no espaço organizado, mas sujeito a diferentes interpretações, quando pensamos no espaço real concreto de constituição dos sentidos.

Nesta reflexão, partimos destas elaborações para pensar a *construção de artefatos*[2] que produzimos em nossos projetos de pesquisa, em projetos de extensão, os que se voltam para a relação da universidade com a sociedade. Nessa direção, foi importante, no desenvolvimento desse estudo, a noção que denominei de "locus significandi" (lugar de significação, ou lugar de significância), como definirei mais adiante.

---

[1] Lembro que em meu artigo "No leva-e-traz da política científica: uma interrogação sobre as "relações sociais", revista *RUA,* 2014, edição especial, falamos sobre nossa participação no projeto "Barracão", e nossas pesquisas, tematizando, sobretudo, nossas reflexões sobre o que são relações sociais.

[2] Tema de um seminário/evento do LABEURB em 2019.

A noção de presença e a de locus significandi

Para o desenvolvimento dessa reflexão, vou retomar a noção de *presença*.

Em uma reflexão que fiz sobre os museus como instituições (E. Orlandi, 2012) que concorrem para modos de individuação dos sujeitos (E. Orlandi, 2001), analisei uma formulação inscrita na porta do Museu do Homem, em Paris: "*Depende daquele que passa que eu seja* túmulo ou tesouro*, que eu fale ou me cale; isto só depende de você. Assim, não entre* sem desejo" [grifo nosso]. Vou reter, aqui, aquilo para o que essa análise me chamou a atenção.

Sentidos e sujeitos se constituem ao mesmo tempo[3]. Por outro lado, a metáfora, vista não como figura, mas como transferência, é constitutiva do sentido, assim como é base da constituição do sujeito (E. Orlandi, 1996). Sentidos e sujeitos têm sua materialidade, e faz parte da materialidade do sujeito a inscrição de seu corpo no seu processo de significação, em sua constituição (E. Orlandi, 2001). É desse modo que o Museu, na análise que fiz, não significa como depósito, mas pelo corpo em presença, ou pela *presença do corpo*, na projeção de sentidos afetados pelo esquecimento. Conjugamos o domínio da presença com a memória, esta, estruturada pelo esquecimento. Por seu lado, o da formação social, sabemos que a dissimetria, constitutiva da sociedade capitalista, produz necessariamente um resto. A introdução do nada, como tenho proposto (E. Orlandi, 2012), a que chamo desejo, carrega, no esquecimento, o que virá a ser, na necessidade, o que (r)existe. É assim que o não exato, o resto, a dissimetria irrompem, face à presença.

Vamos ligar duas noções que temos elaborado: a de corpo-memória e a de locus significandi. Para o desenvolvimento da noção de *corpo-memória* parto de uma afirmação de S. de Beauvoir (2002): "o corpo não é uma coisa, é uma situação, ao mesmo tempo tomada do mundo e esboço de projetos". A ideia de corpo como projeto e como situação é que me permite ligar a noção de corpo com a de memória e a de locus significandi, tal como as elaboro (E. Orlandi, 2017). A noção de práxis liga o simbólico ao político. O sujeito define seu corpo a partir de sua existência (individuação): historicidade, materialidade da existência. Práxis identificadora, a de um corpo-memória em presença, em um

[3] Como explicamos em outro texto (E. Orlandi, 2012a), constituem-se ao mesmo tempo, mas não coincidem necessariamente.

espaço específico de interpretação[4]*, locus significandi*, que defino como a forma material de espaço e sujeitos que se ligam significativamente. São lugares simbólicos, lugares de significação materiais concretos. Corpo-memória: ecos da memória encarnados em corpo, na sua textualização, em que a memória se materializa, atestando o real da história no e do sujeito. A memória, enquanto narratividade que se conta no sujeito, conta em sua identificação, em espaços interpretativos determinados. Não falo da presença física, mas da presença simbólica e da materialidade do espaço.

Diferentemente de como considero a presença (como presença simbólica), para Gumbrecht (2010), "qualquer contato humano com as coisas do mundo contém um componente de *presença* e um componente de *sentido*" (grifo nosso). Como vemos, neste autor, presença e sentido se separam e se distinguem em quase oposição. Segundo o autor, "a dimensão de sentido (meaning, significado) será sempre predominante quando lermos um texto. Inversamente, a dimensão de presença predominará sempre que ouvirmos uma música*".* Por isso Gumbrecht fala de "estética da aparência, uma aparência material".

O autor termina estas reflexões dizendo que seu livro propõe "que a gente só consegue descrever bem certos fenômenos culturais incluindo, recuperando, a dimensão de presença*".* Eu concordo que é preciso incluir a dimensão da presença, "aparência material", na compreensão, e, de minha parte, procuro ligar a questão da presença, pela ligação do social ao sentido. Com a condição que se considere a presença fazendo parte do espaço em sua materialidade. O locus signicandi, de que falo, é também o espaço "contado", interpretado, memorável[5].

Como entender isto, se pensamos o discurso? Podemos nos livrar de certos desconfortos destas divisões entre presença e sentido, que o autor citado faz, considerando-os em seu modo de funcionamento, sendo a presença parte do processo de significação. Efeitos de sentidos e efeitos de presença são antes de tudo efeitos, portanto vinculados a gestos de interpretação. Dessa maneira,

[4] Que demanda narratividade.
[5] Não esquecendo, nesse passo, de refletir sobre a relação entre o real social e o virtual. O que é uma presença virtual? Vasto domínio a ser pesquisado.

convergem, mesmo em sua disparidade, tensionando o processo de produção de sentidos, estéticos, ou não.

Lugares de pesquisa e artefatos

Em nossas pesquisas sobre cidade, temos procurado pensar "lugares" (espaços), enquanto lugares urbanos (espaços urbanos), com a noção que elaboramos de *tópica cívica*[6], à qual juntamos, mais recentemente, a de *locus significandi,* que defino, acima, como a forma material de espaço e sujeitos que se ligam significativamente, que fazem parte do processo de significação. Neste caso, que estamos analisando, são os nossos "lugares de pesquisa" (espaços a que denominamos "pesquisa de campo"), na instituição.

Nesse percurso de reflexões, coloquei como objeto de análise, pensando discursivamente, o que são esses lugares em que nós pesquisamos, como eles vão se construindo como "lugares/espaços de pesquisa" e o que eles vão produzindo nessa construção: a*rtefatos*[7]*.*

Em projeto de extensão de que participei no Labeurb[8], realizei uma pesquisa, que foi um ganho, em minha compreensão, e renovador do meu trabalho. Observei, ao longo do trabalho de pesquisa, como a gente vai produzindo "algo" com as pessoas, e essa *produção comum,* do nosso projeto com elas, e da maneira como elas se engajam no nosso projeto, vai construindo um lugar/espaço material, locus significandi, muito particular de pesquisa. No caso desta pesquisa, no meu caso em particular, produziram-se imagens muito fortes do grupo de mulheres, do Núcleo Eldorado dos Carajás, com quem trabalhei, e ficou muito presente a maneira como elas, ao mesmo tempo em que traziam as questões da família, a questão das pessoas com que elas conviviam,

[6] Como tenho afirmado, não há cidadania em abstrato, o que há são lugares com sua materialidade. Os lugares institucionais são lugares discursivos e neles se configuram os processos da manifestação concreta de sentidos de cidadania. Isso é tópica cívica: esses sentidos [...] não podem ser pensados fora das condições materiais de existência desses indivíduos (sujeitos individuados) nas suas relações com a sociedade. Espaços significados pela relação (política) do Estado com a Sociedade, em sua forma histórica. Relação pela presença ou pela falta (ORLANDI, 2017, 2019).

[7] No texto da proposta deste X Encontro Internacional Saber Urbano e Linguagem, "Artefatos de Leitura", realizado nos dias 27 e 28 de Novembro de 2019, no LABEURB, define-se o que se entende por artefato: "objeto de conhecimento fabricado teoricamente, produto de um processo de pesquisa de natureza variada, que faz parte de uma reflexão".

[8] Projeto "Barracão", coordenado por C. Dias.

iam dando forma e vida a esse *grupo social* na relação com a gente. E não me refiro ao grupo social enquanto ele "está lá", mas enquanto ele é parte da própria relação de pesquisa que vai constituindo o nosso projeto, fora do papel, na realização mesma dele, neste lugar/espaço produzido em comum, como condições de produção de nosso estar junto. Presença. Locus significandi; materialização de um espaço de significação.

Não sabia ainda nomear "isso" adequadamente, e fiz disto um de meus objetos de reflexão. A compreensão dessas mulheres, com as quais estive em contato através de atividades diferenciadas - como assistir a um filme, fazer uma discussão sobre um assunto que interessava a elas, enfim, de várias maneiras - exigiu que eu compreendesse isso que é "espaço comum/conjunto", a que denomino *presença*. Palavras que vamos falando e que parecem simplesmente surgir naquele momento, passam a ter, cada uma delas, por ser uma relação de pesquisa, o peso de um *conceito*, dado esse lugar/espaço material da pesquisa, locus significandi, isto é, o do próprio projeto *ali*, que acabamos construindo junto.

Entretanto, a questão da presença dessas mulheres, a minha presença na relação com a presença delas, e aquilo que foi produzido a partir daí - então, a própria noção de presença, porque eu presentifico/apresento/represento algo para elas - ficava por compreender, por nomear, por explicitar. Porque, na construção deste lugar/espaço material da pesquisa, eu *a-presentava* para elas também uma outra dimensão do mundo social em que elas viviam, naquele momento, e que eu *re-presentava* "lá", no meu contato[9] com elas. Depois da pesquisa e de um trajeto de leituras, pude nomear o que procurava entender e denominar, situando na práxis simbólico-política: a isto chamo *artefato*. Em outras palavras: naquela minha prática, com aquelas mulheres, o que se processava era a *construção de um espaço de metaforização de relações sociais, na produção do conhecimento*. E isto preenche, para mim, o que é um artefato de pesquisa, na construção de um processo de interpretação.

Esta é uma relação dinâmica: eu tinha certa imagem do que eu encontraria, porque eu sabia que iria trabalhar com um grupo de mulheres, mas

[9] Lembro, aqui, uma diferença com o virtual, pois, tal como concebo, nele, o contato não é *relação*, mas *relacionamento*.

nem a noção de *grupo* nem a noção do que eram *aquelas mulheres* se mantiveram, para mim, depois da pesquisa. Isso tudo se mexeu, e tive de redefinir, para mim mesma, ressignificar, perceber os outros sentidos que estavam postos, na medida em que a pesquisa foi-se aprofundando. "Topei", eu diria, com o que é "presença" e eu não sabia quais delas, mulheres, iam estar mais presentes nesse lugar/espaço de construção comum, espaço de metaforização (transferência), e o que elas a-presentariam/representariam desse lugar/espaço material para mim. Ao mesmo tempo, me interrogava sobre o que eu ia conseguir mobilizar para conseguir ter uma presença significativa, tornar presente um espaço, o meu espaço social (posição-sujeito pesquisadora), para que se constituísse *um acontecimento de conhecimento*, ao qual pudesse chegar como resultado dessa experiência, dessa pesquisa. Acontecimento em que a *metaforização* produz uma relação de palavras de um discurso *com* outro, resultando desta relação, o conhecimento procurado.

Quanto à questão sobre a sociedade, o que aprendemos é que não se conhece a sociedade de um olhar só, de uma forma inaugural, de uma vez só. Costumamos falar muito da relação da universidade com a sociedade[10]. Penso que, a cada projeto, vamos aprendendo que - além das definições, na impossibilidade de abarcar inteiramente, em um primeiro momento, o que da sociedade está ali presente, e o que significa - é a presença da sociedade nessas pessoas (enquanto elas são ali parte de um grupo social, e, ao mesmo tempo, são as pessoas que a sociedade empurra para fora da sociedade) que se apresenta. Portanto, produzimos um *artefato*. Uma *mediação*. Apoiados no desejo que elas têm de conseguir entrar nisso que a gente chama de *sociedade*, que é envolvente, e o esforço todo que elas fazem para não serem colocadas para fora. É isto que você assiste ali, *que está presente* em cada gesto, em cada trabalho, em cada palavra delas. A nossa presença significada por esse artefato que nos serve de mediação, que é, ao mesmo tempo, *um laço social* que a gente consegue (ou não) estabelecer.

[10] Dos programas que estabelecemos no LABEURB, dois me são muito caros: "Pensando a cidade" e "Conversa de Rua". Criados, sem muita pretensão, com objetivos, no início, ainda não sabidos e que foram, a meu ver, fundamentais para a linha de pesquisa "Saber urbano e linguagem", sobretudo na relação plural entre formas de conhecimento e na relação entre o laboratório e a população na qual ele está inserido. Dentro e fora da Universidade.

Não temos a ilusão de que conseguimos fazer muito, mas, através deste artefato, produzido na e pela pesquisa, mobilizamos a possibilidade de *estabelecimento de um laço social, na diferença,* com aquilo que elas gostariam de ter e ainda não têm, porque elas estão em contato o tempo todo com essa sociedade que as coloca como uma sobra, como uma excrescência, como um "a mais" desconfortável e incômodo. E elas, espremidas nesse espaço, experimentam a possibilidade de suturar uma falta[11]. Possibilidade que vem pelo simples fato delas *relatarem* (narrativa e memória): um prato de comida, uma roupa, uma carona de caminhão. Uma ajuda. Nós lhes oferecemos, com nossa presença, na construção de nosso artefato de interpretação, de metaforização, uma aula de fotografia, o uso de computadores, uma sessão de cinema. Isto tornou presente a ausência que as constitui como a-mais, resto. Mas, dadas as condições que estabelecemos – o *artefato* como espaço/lugar de construção conjunta de uma relação de trabalho, produção de um acontecimento de conhecimento - este a-mais não as mantêm no resto, e deriva para o lugar/espaço do desejo: o de um laço social real. Acontecimento que se produz, de um lado, pelo relato, pela narrativa, e, de outro, pela proposta de um projeto, constituindo, assim, um *locus significandi*[12].

Uma prática e muitos sentidos

Temos definições aceitas e o *artefato,* que, neste caso, funciona em uma pesquisa de campo, um "trabalho de extensão", que vai nos mostrando que é impossível abarcar de uma forma mais inteira como a sociedade está nessas pessoas, marginalizadas. O artefato, que construímos juntos, é o traço que estabelecemos com o que, para elas, é o possível laço social com o que elas gostariam de ter/ser. O espaço em que *minha presença* fez de mim mesma *parte do espaço social* que elas desejam. O artefato que construímos no contato com este grupo social com suas especificidades, não teve como objetivo produzir

[11] Penso aqui nos trabalhos de "intervenção" ou "assistencialismo", sobretudo em favelas ou outros lugares significados pela sua pobreza. E, em geral, chamados à marginalidade. Não se constituindo, pois, em um locus significandi *outro*.

[12] Importante falar que a noção de locus significandi, neste trabalho, está determinada pela relação de pesquisa, mas é uma noção aberta, para significar, por exemplo, a Marquês de Sapucaí, no Carnaval; assim como o Museu é um locus significandi, quando analisamos a arte; ou a rua, quando analisamos uma manifestação.

assistencialismo, ou ilusão de integrar este grupo. Mas a intercompreensão sempre inacabada, incompleta, possível de trazer outras questões, outras formas de pensar, outros modos de significar. A presença e o locus significandi são uma construção inacabada de uma interrogação. Que interroga – desloca? – sentidos do que se costuma chamar de "relação social".

Isto, para mim, constitui, então, um "artefato de leitura científica"[13], e, de forma mais abrangente, um "artefato da interpretação", de metaforização da vida social em seus possíveis outros modos de significar. O que defino, aqui, como artefato tem, como disse, o sentido da mediação na construção de um "acontecimento científico".

Metaforização e Artefatos em Ciências Humanas e Sociais

Relativamente às distinções dos campos científicos – com seus modelos formais ou não – a definição de artefato aponta para a máquina: artefato como produto de um trabalho mecânico, mecanismo produzido com um fim determinado, máquina. Artefato como mecanismo facilitador[14]. No percurso que mostrei, com minhas pesquisas, penso o artefato/dispositivo não mecânico, mas como mediação a se compreender. Para melhor situar a questão, entro em considerações sobre as Ciências Humanas e Sociais.

O campo das Ciências Humanas é muito amplo. Vamos falar a partir de um pequeno recorte desse campo que é o dos estudos e pesquisas em Ciências da Linguagem. Resta afirmar que, em Ciências Humanas, como em toda ciência, a margem das disciplinas são as margens da linguagem: fronteiriças, sujeitas a equívoco. Sujeitas a metáforas, sujeitas à interpretação. De nossa parte, introduzimos, assim, no estudo do artefato, a questão da *metaforização*.

---

[13] Assim significo, com minha pesquisa, o tema "Artefatos de Leitura" do X Encontro Internacional Saber Urbano e Linguagem, do LABEURB.

[14] Há até uma forma pejorativa, dicionarizada, que aparece em uma definição de artefato: "Artefato é um produto ou objeto desenvolvido a partir de uma produção mecânica e para uma finalidade específica. Pode ser artesanato. Engenhoca. Produto. Atualmente, os artefatos podem ser produzidos com variadas matérias-primas, como o concreto, madeira, cimento, borracha etc. O termo "artefato" também pode ser utilizado *para representar o resultado incorreto ou fracassado de um trabalho acadêmico ou científico devido a falhas no método usado para obtenção dos dados e informações*."[grifo nosso]. Não é esta nossa concepção de artefato, como se pode ver pelo que estamos desenvolvendo em nosso trabalho.

Tenho feito pesquisas em torno da indistinção nas fronteiras da linguagem e da metáfora como constitutiva dos sujeitos e dos sentidos. Quanto a isso, nas leituras que tenho feito – sobretudo quanto à "nuance" (Nietzsche, 2005) – topei com um texto de Nietzsche (1983) em que ele reflete sobre a questão da verdade[15]: "O que é verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, *uma soma de relações humanas*, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e *que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias* (...)" [grifo meu]. No meu caso, não pensando a literatura ou a filosofia, mas as Ciências da Linguagem e as disciplinas de seu quadro, situo aí a questão das *relações sociais*, tais como são ditas pelo discurso da Sociologia, e como re-tomei, ressignificando-a, discursivamente, em minha pesquisa, ao produzir um artefato que tornou possível uma mediação em que pude redefinir *relações sociais* como relações de *re-existência*. Efeito metafórico deslizando, no espaço, para outro locus significandi. Que resulta, também, nesse caso, em derivar de um campo/lugar de conhecimento, o da Sociologia, para outro território de conhecimento, o da Análise de Discurso.

Vale lembrar que metáfora, para o analista de discurso, é transferência, uma palavra por outra (Lacan, apud M. Pêcheux, 1975). Já em minha leitura, produzo uma deriva em que a metáfora se define como "uma palavra (fala) *com* outra (s)". Essa deriva que produzo não é sem consequências. O que estou procurando deslocar é a definição de metáfora do campo do *inconsciente* para o da *ideologia*, sem ignorar o que significa esta deriva. E, neste deslocamento, a transferência ganha historicidade, traz para si o social e o político.

Continuando na leitura de Nietzsche (1983) sobre verdade, encontramos essa afirmação: "as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam

[15] O conceito de "desconstrução" de Jacques Derrida, como processo de deslocar os sistemas de pensar, permite que eles estejam abertos, que não se enclausurem em *verdades violentas*. Em Gramatologia, a pergunta recorrente é: "Como, então, fugir a essa verdade violenta?". Eu acrescentaria: tão própria às ciências. Lembro, aqui, mais uma vez que a Análise de Discurso não visa a verdade, mas o real do processo de significação.

sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas".

Alguns aspectos desta afirmação nos são muito caros: o da materialidade da verdade, quando se compara a moedas que, ao perderem a efígie, só funcionam como metal. Posso pensar a efígie como o simbólico. As ilusões, que fazem com que se esqueça que a verdade é verdade, é uma afirmação discursiva preciosa porque traz a reflexão sobre memória, esquecimento e imaginário (ilusões). Leio isso como metáfora que perde a capacidade de *transferência* porque transforma moeda em metal. Verdade em ilusão de verdade. Não se pode, pois, neste caso – da perda de transferência – trocar moeda com moeda. Parafraseando Nietzsche e pensando a questão da metáfora, discursivamente, como transferência na linguagem, nos meus termos, eu diria que palavras deixam, nesse caso, de falar *com* palavras. Cristalizam sentidos estabilizados e silenciam.

Façamos, aqui, uma pequena volta em nossas considerações tanto sobre o estatuto da interpretação quanto da metáfora – trazendo para a reflexão a célebre referência de Saussure (1929) ao jogo de xadrez. Agora, para, de certa forma, contrariá-lo. Para o autor, e propondo a noção de valor, é indiferente o material – a língua é um sistema abstrato de signos, uma *estrutura*; é forma e não substância - de que é feita a peça do jogo. Não importa se é uma moeda, um pedaço de madeira, um botão, o que importa é que aquela peça vale pelo cavalo, ou pela rainha etc. É a posição e suas relações, enquanto estrutura, que contam, e não, como pensamos na análise de discurso, *estrutura e acontecimento*. No exemplo de Nietzsche, ao contrário do que observamos em de Saussure, a matéria define o valor simbólico. São inseparáveis. Na moeda, não podemos separar o metal da efígie; cada um, "em si", não vale. Sem efígie, metal é só metal. Por outro lado, também relevante para o que estamos propondo, para Nietzsche (idem), "conceito é resíduo de metáfora". Considerando que é a relação matéria/efígie que possibilita a *transferência* - uma palavra por outra, definição da metáfora – não separamos estrutura e acontecimento. O material e o simbólico se articulam.

Retomando a questão da metáfora, discursivamente, como transferência na linguagem, se separamos metal e efígie, palavras deixam de falar com

palavras. Perda do simbólico. Redução do real. Moedas tornam-se apenas metal. Produto, e não processo. Uma forma de abstração à qual as Ciências Humanas não se rendem. Descrição e interpretação se enlaçam nessa forma de conhecimento linguajeira, que afeta o das Ciências Humanas e Sociais.

Para Nietzsche, e por razões diversas às nossas, toda linguagem é metáfora. Nossas razões, discursivas, também nos levam à metáfora. São razões que resultam da afirmação de que tanto os sujeitos como os sentidos se constituem pela metáfora (E. Orlandi, idem). O que poderia ser dito, mais amplamente, e em acordo também com Nietzsche, que *o humano é metáfora*, que se institui na metáfora (sujeitos e sentidos, para nós). No risco da linguagem, bordas do discurso, metáfora e equívoco são as constantes. Estamos sempre na transferência e na possibilidade do equívoco: uma palavra por outra, quando resulta do esquecimento, é efeito de memória (interdiscurso); quando se dá na formulação, na relação entre possíveis, é equívoco, falha que se inscreve na história.

Nietzsche afirma que a metáfora "é a própria natureza da linguagem", e a linguagem, para o autor, tem natureza figurativa (Nietzsche, idem). Mas ele distingue as metáforas intuitivas, não tornadas abstratas, dos *resíduos de metáforas*, e são estes os tornados *conceitos*. Assim, pode-se dizer que as metáforas são esquecidas, aos poucos, a ponto de os conceitos serem tomados como entidades intelectuais não figurativas (H.H.S. Correia, 2013). A fabricação de conceitos, é racionalidade, é abstração. Nietzsche vai na contramão da racionalidade, como sabemos, se observarmos seu discurso como filósofo. E procura manter-se flexível, pois o conceito, resíduo da metáfora, é ainda metáfora, ou melhor, é abstração que se faz pelo abandono arbitrário das diferenças individuais, segundo o autor. Esquecimento. Universalidade.

Pensando as Ciências Humanas e Sociais, e, nelas, especificamente, a metáfora, diríamos que ao constituir sujeitos e sentidos, a metáfora afeta necessariamente a reflexão sobre estas formas de conhecimento, e sua relação com a linguagem.

Na perspectiva em que trabalho, tomo isso na afirmação de que estamos, sempre, na interpretação. Como tenho considerado, a relação com a linguagem se faz na interrelação da interpretação com a ideologia. Reencontramos aí o

figurativo, que tomamos não como figura, mas como imagem. E podemos falar do caráter figurativo, tomando agora imagem no sentido não do sensível, mas do imaginário, ilusão discursiva. Nietzsche fala na apreensão antropomórfica da realidade; discursivamente, diríamos "imaginária", isto é, apreensão imaginária da realidade. Aí presente a ideologia. Como sabemos, a linguagem tem materialidade, a transparência da linguagem é ilusão imaginária, efeito ideológico que torna evidente o que não é. Ilusão da efígie sem metal. Separação do simbólico e do material. E, pelo imaginário, cristalizam-se sentidos, pois se troca metal por metal. Perde-se o sentido de moeda, sem a articulação entre metal e efígie, sem possibilidade de metaforização, diríamos.

Até onde vai uma metáfora? Até onde nos leva?

Esta é a interrogação para a filosofia, ou para a escrita de Nietzsche, com seus aforismas, metáforas e ensaísmo. Penso que podemos declinar isto de outra forma, e dizer que onde está presente a linguagem está presente a metáfora. Está presente a interpretação, a ideologia. E não há ciência que, na constituição de seu campo, de seu objeto, de seus métodos, não seja atravessada pela linguagem, logo, pela interpretação. Apaga-se, como disse mais acima, as margens, as fronteiras das disciplinas quanto à sua constituição pela linguagem.

No entanto - e aqui começo a formular uma questão que considero importante, sobretudo na conjuntura científico-ideológica atual - colocam-se fronteiras rígidas, muros, barreiras, entre, de um lado, as Ciências Humanas e Sociais e, de outro, as Ciências Exatas, as Ciências Naturais e as Ciências da Vida[16].

[16] Investe-se em um programa de unificação das ciências, em que regras, instituições e procedimentos científicos, *unificados*, internacionalmente, impõem-se para a *validação* não só do conhecimento, mas da comunidade científica (D. Lecourt, 1978). Daí a valorização de certos modelos em detrimento de outros, que aparecem como determinações científicas que se dão a partir de conjunturas político-científicas sancionadas. São políticas científicas de validação e legitimação da ciência que não pensam o conhecimento em seu processo de produção. Toda ciência tem de ter seus critérios fundamentados em seus processos de produção em bases epistemológicas sólidas, de acordo com seus próprios princípios, respeitando as filiações teóricas e analíticas, a especificidade de seus objetos.

A interpretação é um dos limites que alegam para separar as Ciências Humanas e Sociais, destas outras ciências. Haveria ciências em que não há interpretação. E, no campo das ciências em geral, são estas os modelos de ciências, a que deveríamos nos submeter. Desconhecendo a natureza e o estatuto específico da linguagem, em cada uma delas. Está aí um desafio epistemológico (teórico-científico) para os que fazem Ciências Humanas e, mais especificamente, Ciências da Linguagem: como aceder ao estatuto científico sem deixar de interpretar? Em consequência, que lugar dar à metáfora?

Do mesmo modo que muitos se iludem – até mesmo cientistas – com a relação linguagem, pensamento e mundo, pensando haver correspondência e univocidade entre eles, do mesmo modo esvazia-se a ciência da linguagem de sua cientificidade, dependendo do modelo "seguido": formal (legítimo, modelizável) ou não formal (tomado, em geral, como sinônimo de "subjetivo"). Como se ela, a linguagem, fosse um instrumento transparente. Não é só um instrumento, nem é transparente. Nesse equívoco se instalam, também, até mesmo as Ciências Humanas e Sociais, pensando poder analisar *conteúdos* separados de suas formas. Não há separação, não há conteúdos em si. Esta é a dança da legitimidade, produzida por aquilo que se pretende considerar ciência e separar o joio do trigo. Ou, eu diria, separar o que se valida do que não se atribui validade. Como se se pudesse evitar a interpretação[17]. E como se a metáfora – sendo o conceito resíduo de metáfora – não fosse, nas Ciências Humanas e Sociais, capaz de um processo consistente de abstração. Considerando-se formas sofisticadas de abstração, não só residuais. Metáforas não são figuras, enfeites, são constitutivas da linguagem.

A escrita e as Ciências Humanas e Sociais.

De que é feita a reflexão, a análise, nas Ciências Humanas? De uma escrita em que se privilegia não o acabamento, o fechamento, o exato e o completo, mas o *processo* e as *relações.* O provisório, o transitório, o parcial, o efêmero,

[17] A ciência da linguagem que não se submete, mas interroga a interpretação, é a Análise de Discurso. Daí sua importância no campo das Ciências Humanas, em particular, e das ciências, em geral.

não são negados, nem negligenciados na reflexão, na crítica e na análise dos objetos das ciências do homem, ou melhor, das ciências que levam em conta os sujeitos, na sociedade e na história. Sujeitos de linguagem, sujeitos históricos e simbólicos. Nessa escrita a *interpretação* está presente em seus vários modos.

As Ciências Humanas e Sociais não podem desconhecer a linguagem, a interpretação e a ideologia. Nenhuma ciência pode. Mas as outras ciências podem neutralizá-las, colocando regras para barrar a interpretação. As Ciências Humanas e Sociais não podem. Porque, ao fazê-lo, afetam, de imediato, seu objeto. Não há sociedade sem linguagem. Nem linguagem sem sujeitos e nem sujeitos sem ideologia. E os gestos de interpretação são o observatório pelo qual podemos apreender o funcionamento da linguagem, no confronto do simbólico com o político, na produção de sentidos e na constituição dos sujeitos. Constitutivos de qualquer objeto de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais. Porque se estabelecem, tendo como metas a compreensão da sociedade, da história, as Ciências Humanas e Sociais têm nos sujeitos e nos sentidos parte de sua base de sustentação. Por isso não se instituem sem o investimento na metáfora (ou da metáfora), ou seja, sem trabalhar com linguagem, com interpretação. Por isso não podem ser indiferentes aos processos de significação. E quando se fala em significação, em linguagem, a metáfora está presente, necessariamente, não como figura (como é vista na retórica ou na literatura), mas como transferência, como explicitamos mais acima, na consideração de que transferência é processo de abstração.

Se tomarmos o que diz Correia (2013), em seu artigo sobre Nietzsche, vemos como a Filosofia muda de rumo com um filósofo, como ele, que faz filosofia com aforismas, com metáforas, com ensaios e poesia. E é filosofia. É esta sua escrita. Nem todos aceitam isso, ou seja, que filosofia se aproxime de literatura. No caso das Ciências Humanas e Sociais, e, mais precisamente, dos estudos da linguagem, não se aceita que sua escrita possa ser feita com metáforas. E se pensarmos a relação das Ciências Humanas e Sociais com a Exatas ou Naturais ou da Vida, causa estranhamento maior ainda que uma ciência seja ciência da interpretação. Diriam que é retórica, ou no mínimo que é subjetiva, incapaz de abstração.

Interrogar a interpretação e trazer a questão da metáfora para as Ciências Humanas e Sociais, ou, mais precisamente, para os estudos da linguagem, exige que se ultrapasse o sentido comum de metáfora. É o que faz a Análise de Discurso, no modo como definimos metáfora, em nosso campo, que é o das Ciências Humanas. A sua escrita não reflete a metáfora, no sentido figurativo, nem é interpretativa, no sentido comum. Aí está um dos grandes desafios: em nosso campo, relacionamos descrição e interpretação. Interrogamos a interpretação e deslocamos o sentido da metaforização, o que a torna fundamental para o escopo da cientificidade. A questão da metáfora está implicada na questão da interpretação e no que torna possível a análise. Esta é a conquista e o desafio nas Ciências Humanas: trabalhar com a metáfora não como figura, mas como transferência, e alcançar um lugar que, além da abstração, é conceitual.

Em direção à questão da universalização da ciência, penso que a maneira como concebo a metaforização, na produção dos artefatos, como possíveis mediadores nas relações de grupos sociais dissimétricos inclusive em relação à própria linguagem - tendo deslocado a definição da metáfora para "palavras falam *com* palavras" – pode nos tornar capazes de ultrapassar a dificuldade em sermos uma disciplina da interpretação, pois, nas Ciências Humanas e Sociais, trabalhamos com um real sujeito à interpretação. Nossos experimentos não são experimentos de fato, a não ser que entremos com a metaforização pensada como instrumento científico. Não no sentido pragmático de instrumento, mas teórico-analítico (P. Henry, 1997). É ainda P. Henry (idem) que diz que Pêcheux visava a uma transformação das práticas nas ciências sociais, uma transformação que poderia fazer desta prática uma prática verdadeiramente científica. Eu diria, pois, que, para que isso se realize, é fundamental pensar a linguagem como constitutiva da construção do próprio objeto das ciências sociais, e introduzir a metáfora, nestas condições, como parte da construção dessa cientificidade, afetando a relação teoria e prática nessas ciências. A metáfora pensada como conceito, na escrita científica, e, também, como procedimento no método de interpretação, que constrói um instrumento de análise.

Com essas reflexões não estou negando que as diferentes ciências se digam por diferentes discursos. Mas vale perguntar: Como ser ciência, em nosso campo, se não podemos não interpretar? O que é ser incapaz de abstração, na ciência? Que formas de abstração são *validadas* na ciência?

A Análise de Discurso como Ciência da Linguagem e da Interpretação

Situando-se no campo das Ciências Humanas e Sociais, e face a elas, a Análise de Discurso, em sua história, na sua fundação (M. Pêcheux, 1969), construiu um dispositivo teórico-analítico, e uma escrita que, na busca de uma modelização, produziu um dispositivo de *análise automática*. Esta não se viabilizou de fato, mas, em sua constituição, coloca questões que a sustentam epistemologicamente no campo da ciência, da modelização, em sua proposta de uma teoria e um objeto próprios, que é o discurso. A escrita da Análise de Discurso não é uma escrita metafórica. Diríamos que, assim como, sendo ciência da interpretação, a Análise de Discurso *interroga* a interpretação, seu método *teoriza* a metáfora. E, explorando seu funcionamento e sua materialidade, essa ciência da linguagem produz seus conceitos. Um discurso científico, com sua escrita, que permite separar teoria e prática, e produzir procedimentos analíticos com seus instrumentos.

Sem dúvida, considero uma grande conquista o ganho, conseguido no campo das ciências da linguagem, pela formalização da linguística (N. Chomsky e outros). Por outro lado, as elaborações da Análise de Discurso, de filiação materialista, em direção ao estabelecimento de sua teoria, seu método e seu objeto, como ciência no campo das Ciências Humanas e Sociais, ou seja, como ciência da interpretação, tem fortes consequências na *produção de um corte epistemológico dos estudos da linguagem* em relação ao que fora estabelecido pelos formalismos, como veremos mais à frente. Vale ressaltar que a Análise de Discurso se constitui em sua crítica à Semântica, como apenas um outro nível da análise linguística. E define a Semântica Discursiva como a "análise científica dos processos característicos de uma formação discursiva que deve dar conta da articulação que liga esses processos às condições nas quais o discurso é produzido (às posições às quais ele deve ser referido)". Esta é a definição de Semântica Discursiva. A Análise de Discurso se propõe uma Semântica que

pensa justamente a relação linguagem/exterioridade ou mais radicalmente a relação entre linguagem e ideologia, trabalhando o discurso como processo de significação determinado pelas condições de produção.

Penso que a noção de artefato – não como engenhoca, ou experimento, ou máquina – é um dispositivo necessário para construirmos nossas mediações em nossos trabalhos de pesquisa em que tratamos com sujeitos sociais e com sentidos (sujeito simbólico-políticos), em uma ciência que se valida como ciência da interpretação. E é na medida em que as Ciências Humanas e Sociais consideram a linguagem em sua não transparência (distanciando-se da análise de conteúdo), que elas alcançam sua importância, não como ciência da verdade, mas como ciências investidas na compreensão de seu objeto, que é social e histórico. Sujeitas à interpretação e que, portanto, em suas análises, devem considerar, em seus dispositivos, em seus métodos, a construção de seus artefatos, que têm o discurso como constitutivo, enquanto observatório do confronto simbólico-político produzido no funcionamento da linguagem e da ideologia. Em que conceitos não ignoram metáforas, tal como as definimos discursivamente.

Para a análise de discurso, fica, com estas considerações, que o cuidado na construção dos seus artefatos de pesquisa, de interpretação – se houverem - devem ser parte da construção de seu dispositivo de análise; em acordo com o dispositivo teórico da análise de discurso, em que ideologia, interpretação, metáfora, não são defeitos, mas seu modo próprio de constituição. Moedas feitas de metal com efígie, em que não podemos dispensar nem o metal nem a efígie, pois são suas relações que nos desafiam no conhecimento.

Uma palavra *por* outra define metáfora para Lacan (apud Pêcheux, 1975), e, em minha declinação de metáfora, face ao que defino como forma-material, a metáfora se realiza quando palavras falam *com* palavras, e implica o que tenho considerado como historicidade. Em termos teóricos, como dissemos, ao tomarmos a definição de metáfora como a tomamos nesta reflexão, ao deslizarmos de "por" para "com", deslizamos também da relação com o inconsciente para a de ideologia, sem ignorar o inconsciente. O que resulta em consequências relevantes para a Análise de Discurso e para as Ciências Humanas e Sociais, teórica e metodologicamnente.

Estabelecemos a ligação estrutura/acontecimento, e só conseguimos estabelecer uma relação significativa, e transformadora, em nossa pesquisa de campo, porque nossas palavras, metaforizando-se, falaram com as (outras) palavras, a das mulheres com quem produzimos nosso artefato de conhecimento, significando politicamente a conjuntura histórico-social. Produzimos, juntas, pelo conhecimento, um acontecimento de (r)existência. Este foi o ganho, não só prático de nossa pesquisa, mas também teórico. Porque foi, através dele, que pudemos também compreender como a Análise de Discurso produz um corte epistemológico nos estudos da linguagem, com consequências decisivas no amplo campo das Ciências Humanas e Sociais, e de toda ciência que é atravessada por ela. Em nosso trabalho, isso passa pelo deslocamento do sentido da noção de "metáfora": deslocamento em que "uma palavra *por* outra" torna-se "uma palavra (fala) *com* outras". Abrindo, assim, a possibilidade de que, pela linguagem, as diferentes teorias, de diferentes campos de conhecimento, tenham a questão da produção de sentidos como parte de sua reflexão, na construção de seus objetos. O que torna possível, também, entre os diferentes discursos das ciências, palavras falarem com outras palavras, ou seja, praticar a metaforização. Não para se amalgamar em um conhecimento amorfo e inespecífico[18], para investir em um objeto total, mas para se interrelacionarem em suas diferenças. Se pensamos um conhecimento não indiferente à linguagem que o constitui, não há o intransponível. A ciência não significa em si, mas em relação às diferentes formas de conhecimento, que não se hierarquizam, mas significam em suas diferenças.

Penso que, na construção de um artefato de ciência que vise a interpretação, como o que analisamos neste estudo, é imprescindível levar em conta a relação entre linguagem e metáfora, e o que chamei de corte

[18] No *dispositivo analítico da interpretação* que tenho proposto (E. Orlandi, 1996), leva-se em conta: a questão feita pelo analista, a natureza do material que ele analisa, os objetivos que ele visa, e a disciplina na qual ele está inscrito (antropologia, educação, história, arqueologia, matemática, informática, música etc), pois, ao retornar ao seu campo específico de conhecimento, o que ele faz, não é apenas compreender o material submetido à análise, mas *interpretar os resultados da análise* à luz da teoria e dos princípios científicos do seu campo de conhecimento. Não se reduz esta relação a uma mera aplicação, mas a um processo de conhecimento. Nem cabe aqui o nome de interdisciplinaridade.

epistemológico, produzido pela Análise de Discurso, no campo das Ciências da Linguagem.

Na busca da produção de um acontecimento real de conhecimento, capaz de transformação, nos propomos tratar a questão da interpretação, no conjunto das Ciências Humanas e Sociais, não como se pensavam o homem, a linguagem, a sociedade, no século XIX, mas redesenhando seu domínio e considerando-as na conjuntura científico-tecnológica atual, como se pensam o sujeito, a linguagem, a história.

Bibliografia

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
CORREIA, H.S "Nietzsche, criador de metáforas, aforismos, ensaios, narrativa e poesia", in *Letrônica,* v. 6 n. 2, Porto Alegre, 2013.
De SAUSSURE, F. *Cours de Linguistique Générale*, Paris: Payot.
GUMBRECHT,H. U. *Produção de Presença – o que o sentido não consegue transmitir*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
LECOURT,D. *Pour une critique de l´épistemologie*, Paris: Maspero, 1978.
NIETZSCHE, F. W. (1873) *Sobre verdades e mentiras no sentido extra-moral* (Obras incompletas). Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres filho. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
NIETZSCHE, F. W. *Escritos sobre história*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
ORLANDI, E. P. *Interpretação – Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio – no movimento dos sentidos*, Campinas: ed. da Unicamp, 1992.
ORLANDI, E. P. "Efeitos do verbal sobre o não-verbal", in *RUA*, nº1, 1995.
ORLANDI, E. P. *Discurso e Texto*. Campinas, Pontes, 2001.
ORLANDI, E. P. "Discursos e Museus" in *Entremeios*, Pouso Alegre, 2012.
ORLANDI, E. P. "Sentidos em Fuga: efeitos da polissemia e do silêncio", in G. Carrozza et alii (orgs) *Sujeito, Sociedade, Sentidos*, Campinas: RG, 2012ª.
ORLANDI, E. P. No leva-e-traz da política científica: Uma interrogação sobre as "relações sociais". *RUA*, Campinas, SP, v. 20, p. 5–14, 2014. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8637515. DOI: 10.20396/rua.v20i0.8637515.
ORLANDI, E. P. *Eu, Tu, Ele – discurso e real da história*, Campinas: Pontes, 2017.
ORLANDI, E. P. "Ocupar ou construir espaços? Uma ética cívica do social", in *Traços de linguagem, Cáceres, vol.3, nº1, 2019.*
PÊCHEUX, M. *Analyse Automatique du Discours*, Paris: Dunod, 1969.
PÊCHEUX, M. *Les Vérités de la Palice*, Paris: Maspero, 1975.

Animal de letras, animal de ciencias[1]

Alma Bolón

Mi punto de partida será filológico y luego discursivo. En un tercer momento plantearé algunos ejemplos.

1)

En primer lugar recordaré que nuestro verbo español "leer" (y naturalmente el portugués "ler") integran una familia de palabras que, en nuestras lenguas, asociamos con la vieja raíz indoeuropea *leg- a la que se le atribuyen los sentidos de "colectar", "coger, recoger", "elegir". Por intermedio de las formas verbales latinas "legere, lectus", en nuestros idiomas, forman parte de esta familia proveniente de la raíz indoeuropea *leg- una serie de términos como "lector", "lección", "lectura", "leyenda". Menos obviamente, también forma parte de esta familia otra serie de términos, que extienden y complejizan el panorama; me refiero a los derivados "colegir, colegio, colega, colectar, colecta, colectivo, colección", "elegir, elección, electoral" pero también "elegante, elite", así como "inteligir, inteligible, inteligibilidad, intelección, intelectual, inteligencia", con su negación "negligencia, negligente" y con sus contrarios "diligencia, diligente", así como finalmente, en este rápido repaso, recordaré los términos derivados, cargados de religiosidad, "sacrilegio, sacrílego" y "sortilegio".

Extraordinaria raíz indoeuropeo que, en nuestros idiomas, aparece hoy en el campo de la política, de la producción, de la enseñanza y, más ampliamente, en el campo de la inteligencia, de la comprensión, de aquello que nos permite atribuir sentidos, de aquello que nos permite pensar.

Esta formidable extensión y riqueza lingüística se articula, en el campo discursivo, con un sentido amplio y un sentido restringido de aquello que se constituye en materia colectable, recogible, elegible, legible, inteligible. En un

[1] Dedico estas reflexiones a Ruth Robaina, ex estudiante de mis cursos, hoy docente de Idioma Español en un barrio de los alrededores de Montevideo.

sentido restringido, “leer” supone un sistema de escritura compartido, previamente aprendido, en relación directa con los significantes o significados de una lengua natural y por lo tanto susceptible de articularse, gracias a una convención, en el par “oralidad/escritura”: susceptible de permitir el paso de una a la otra, es decir, de ir de la lengua oral a la lengua escrita y viceversa.

En un sentido amplio, “leer” supone una infinidad de materias significantes, independientes de cualquier idioma. Así, se leerá en los ojos de alguien, buscando recoger los sentidos que habitan su interior invisible, se leerá en las expresiones de un rostro, para recoger los sentidos de una subjetividad cambiante, se leerá el cuerpo del otro -su piel, sus formas, sus colores, su postura- para que nos entregue sus secretos, se leerán los pensamientos del otro, se leerá en su corazón, se leerán las líneas de la mano, la borra de café, las cenizas del hogar, las barajas, las bolas de cristal, los mapas, los termómetros, los relojes, las huellas en la nieve y en la arena, el musgo en los árboles, el cielo y el movimiento del aire. Se leerá la ciudad, como si fuera un gran texto que no para de significar a todo aquel que quiera prestarle atención.

Por esta vía, el leer -lo legible- puede extenderse hasta dominios absolutamente imprevistos, es decir, puede recoger sus sentidos en lugares tan inesperados como, por ejemplo, “el aire”, tal como bellamente escribe Saint-Exupéry: “lire dans les bruits de l’air” [leer en los ruidos del aire].

También, por esta vía, el mundo pasa a ser un gran sembradío de signos, y el signo -la escritura- pasa a ser un efecto de la actividad de leer. Dicho de otro modo, cuando entendemos “leer” en su sentido más amplio, es decir, no necesariamente ligado a una lengua natural, el leer se vuelve equivalente muy cercano del interpretar y, simultáneamente, es el acto de leer/interpretar lo que constituye a la escritura, revirtiendo la cronología esperable, ya que cuando leer/interpretar son casi equivalentes la escritura no precede a la lectura, sino que es la lectura lo que confiere estatus de escritura a cualquier porción del mundo.

De esta manera, el par lectura/escritura puede nombrar la forma más general de esa actividad propiamente humana, o de esa actividad que humaniza al animal humano, a saber, la atribución de sentidos, la posibilidad de saciar la insaciable sed de sentidos.

No obstante, en las líneas que siguen, no me referiré a este sentido amplio de leer/interpretar, sino a su sentido más restringido, aquel que se vincula exclusivamente con una lengua natural. (Esto supondrá dejar igualmente de lado escrituras como la matemática, la musical, etc. que, aunque desligadas de cualquier lengua natural, existen de manera rigurosamente convencionalizada, es decir, codificada, como las escrituras de lenguas naturales.)

2)

Por cierto, la escritura, cuando es escritura de una lengua natural, alcanza su alta codificación mediante el recurso a diferentes "soluciones" de la relación entre oralidad y escritura; estoy siguiendo aquí, al hablar de "soluciones", a Nina Catach, que clasifica los sistemas de escrituras de acuerdo con la relación que establecen entre grafemas y fonemas o significados o signos.

Va de suyo que esta alta codificación de ningún modo acarrea la suspensión de la instancia de la interpretación, sino que la complejiza, por el equívoco irreductible que constituyen la lengua y el discurso o, mejor dicho, el interdiscurso. Más precisamente, puede pensarse que la instancia de la escritura, provista de la ausencia del emisor, ni siquiera permite recurrir a un "querer decir" autoral, que imaginariamente vendría a despejar el equívoco y a restablecer la univocidad del decir.

Esta perspectiva que adopto reconoce entonces en la lectura, inclusive en aquella más codificada, una potenciación de la equivocidad, un reforzamiento de la *injunção* a la interpretación, para decirlo con el término, posible en portugués y en francés, que Eni Orlandi ha puesto en un primer plano. Por esto, los antiguos sentidos presentes en "leer" se reactivan, ya que la lectura, lejos de constituirse como una sencilla técnica de desciframiento (de decodificación y de retorno a la inmediatez del sentido oral, a su supuesta transparencia) se muestra como una práctica compleja, una práctica en la que se colectan -se eligen- con negligencia y con diligencia, los elementos que una inteligencia dispone.

Por cierto, es la literatura, entendiendo por esto el corpus de fronteras indecisas designado con este nombre desde fines del siglo XVIII, quien mejor realiza esta *injunção* a la interpretación, no obstante presente en cuanto hay palabra.

Ahora bien, ¿qué está sucediendo actualmente en sociedades, como la uruguaya, en que una fortísima tradición positivista ha negado esta dimensión fundamental no ya del par lectura/escritura, sino del par lengua/discurso?

Pues sucede que el lenguaje es visto como una simple herramienta con la que el observador "transmite" ("comunica") lo observado, mientras que la escritura no es más que la técnica de su registro duradero. Y, uno de los efectos más notorios de esta tradición es el creciente desplazamiento del lenguaje por otras "herramientas" supuestamente más fiables, puesto que basadas en la inequivocidad aritmética: estadísticas, porcentajes, encuestas, gráficas, índices, grados, esquemas, etc. (La supuesta inequivocidad aritmética, su supuesta univocidad tiene que ver con su completa asignificancia: no hay significado en el número.)

Intentaré ilustrar esto a través de tres ejemplos: el curioso premio que recibió un ministro de economía y finanzas; dos prácticas clínicas, un exitoso y fracasado proyecto pedagógico.

3) El curioso galardón que recibió un ministro de economía y finanzas

El mes pasado, a mediados de octubre, la ministra de Educación y Cultura uruguaya premió con el máximo reconocimiento que se otorga en el campo de la cultura -la medalla Delmira Agustini, así llamada en honor de nuestra gran poeta modernista- a Danilo Astori, ministro de Economía y Finanzas y autor exclusivo, en consonancia con los organismos internacionales, de las políticas económicas llevadas adelante desde el primer gobierno del Frente Amplio. Inclusive cuando, en el segundo gobierno, no ejerció como ministro de Economía sino como vicepresidente de la República, Danilo Astori siguió controlando las políticas económicas aplicadas.

Por otra parte, este ministro de economía y finanzas, en octubre de 2018 recibió otro premio, este más esperable, ya que la revista *Global Markets* lo eligió como "el ministro del año en América Latina", por considerar que la "economía uruguaya ha logrado crecer de forma estable en el último año a pesar de la crisis que atraviesan los países vecinos, Argentina y Brasil, lo cual resalta la resiliencia del país". Igualmente, la revista *Global Markets* considera a este ministro como "una figura clave en los catorce años de gobierno de la coalición

en los que Uruguay ha tenido éxito impulsando programas sociales y políticas progresistas allí donde otros países latinoamericanos han fracasado". Por cierto, no entraré ahora en la discusión acerca de los fundamentos o la veracidad de lo que afirma *Global Markets*, solo diré que, este año, también en octubre pasado, la revista otorgó su premio de "ministro de economía del año" a Paulo Guedes, el ministro de Jair Bolsonaro.

El premio "al mérito cultural" otorgado por la ministra de Educación y Cultura (una médica) a su colega de Economía y Finanzas (un contador) produjo un breve y leve desconcierto. Instaurado en 2013 por el gobierno del Frente Amplio, este galardón fue entregado a poetas, escultores, bailarines, coreógrafos, actrices, actores, cantantes, escritores como, por ejemplo, Eduardo Galeano. Solo en una oportunidad, fue entregado a otro economista, Enrique Iglesias, viejo político desarrollista, de larga trayectoria en la Cepal y como presidente del Bid, de amplia cultura, si por eso entendemos poseedor de ciertos conocimientos y sensibilidad ante ciertas formas del arte.

En estas circunstancias, el premio al actual ministro uruguayo de Economía y Finanzas, del cual se desconoce cualquier particular afinidad con el mundo de la cultura, fue interpretado como un gesto de compañerismo mal entendido entre viejos puntales del aparato frenteamplista, como un ejemplo de falta de pudor entre viejos políticos, como una oportunidad de hacer propaganda electoral (todo sucedió a dos semanas de la primera vuelta de las elecciones). Sin negar ninguna de estas interpretaciones, me gustaría rumbear para otra, a partir de la propia fundamentación esgrimida para otorgar ese premio y a partir del interdiscurso que, en última instancia, le da su verosimilitud, produciendo sus condiciones de aceptabilidad, sus condiciones de existencia.

Las razones invocadas por el Ministerio de Educación y Cultura para atribuir la Medalla al Mérito Cultural Delmira Agustini a un muy longevo ministro de Economía y Finanzas son de dos órdenes. Por una parte, se refiere "su trayectoria como intelectual y académico", autor de una serie de libros sobre ciencias económicas (así se llama, en Uruguay, la disciplina que da nombre a la Facultad de la que el ministro premiado fue docente antes de ingresar, hace quince años en la dirección económica del país). Por otra parte, se refiere su

apoyo "a la implementación de muchos programas y proyectos culturales generados a partir de 2005" [momento en que el premiado asume el ministerio de Economía y Finanzas], entre los que se nombran los diferentes programas de promoción de las artes, muchos de ellos sospechosos de practicar notorias formas de clientelismo.

Por cierto, la trayectoria autoral del premiado Danilo Astori puede plantear, al propio gobierno, inconvenientes, ya que en sus libros más conocidos, escritos en los años 80, el economista mantiene posturas, por ejemplo contra el neoliberalismo, luego olvidadas en tanto que ministro. De igual modo, el argumento sobre la generosidad presupuestal que tuvo el ministro para con la cultura se contrarresta con el absoluto incumplimiento de las promesas electorales que su partido, el Frente Amplio, realizó en materia de presupuesto para la educación: muy lejos sigue estando este presupuesto del 6% prometido durante la campaña, lo que no impide a la ministra de Educación y Cultura premiar al ministro de Economía por el dinero que dio a la cultura, sin importarle el que no dio a la educación.

Entonces, ¿qué tiene que estar sucediendo discursivamente para que un ministro de economía que castigó el presupuesto de la educación sea premiado por su generosidad con el presupuesto de la cultura?, ¿qué tiene que suceder en el plano del interdiscurso en el que la lectura realiza su selección, para que cierta verosimilitud funcione? ¿qué tiene que suceder durante la lectura que recoge sentidos que proporcionan la inteligibilidad suficiente, y que brindan las condiciones de posibilidad, amparando la inteligibilidad de tal premio en un orden mayor? Enumeraré algunas vías interpretativas, sin que el orden de exposición suponga cronología.

a) Sucedió, por un lado, un desplazamiento fundamental del eje que estructuró el universo escolar, que corrió y acalló su sentido tradicional -elaboración, examen y transmisión de conocimientos- hacia una función eminentemente vinculada al mercado de trabajo: producir "empleabilidad", producir individuos empleables por el mercado de trabajo. Este desplazamiento que en Europa se materializa en el proceso de Bologna y en América Latina adopta el nombre de proyecto Tuning, justamente consiste en adaptar un

sistema de enseñanza estimado "obsoleto", excesivamente "libresco", "enciclopédico", "desconectado de la realidad", a las nuevas necesidades empresariales, en particular gracias a la enseñanza mediante "competencias" destinadas a resolver "problemas".

b) Esta ideología es difundida desde los años 90 con mayor intensidad por los organismos internacionales, como el Banco Mundial que curiosamente pasan de ser bancos a ser pedagogos, defensores de ciertas políticas educativas. Estos puntos de vista bancomundialistas y empresariales son adoptados por los gobiernos nacionales, por lo que la enseñanza, es decir la educación pública formal queda en el banquillo acusada de gastar mucho y rendir poco, puesto que los problemas estructurales del sistema, en particular la desocupación, son achacados a un sistema de enseñanza desconectado de "la realidad". De esta manera, por un lado aumentan las exigencias hacia el sistema educativo (todo el mundo tiene derecho a tener títulos y diplomas universitarios) por otro lado, se disminuye el presupuesto universitario. Entonces sucede que la enseñanza cada vez tiene menos presupuesto y, simultáneamente, aparece dinero para "la cultura": entre educación y cultura se instaura una relación semejante a la que existe entre las políticas económicas y las políticas de asistencia social: con las políticas de asistencia social se busca mitigar los desastres que la política económica produce, a la manera en que las políticas culturales pretenden mitigar los desastres de las políticas educativas[2].

c) Si la enseñanza, en virtud de su carácter libresco, letrado, verbal, desconectado del mundo, es sistemáticamente declarada culpable del fracaso del destino productivo de una sociedad y de la frustración laboral de sus individuos, entonces, obviamente es necesario dar prioridad a quienes, supuestamente, mantienen una

[2] Me refiero a este juego de « compensaciones » en http://www.henciclopedia.org.uy/autores/Alma%20Bolon/Sangre%20envenenada.htm

relación directa, como si no hubiera intermediarios, con "la realidad".

Surgen así en el imaginario una serie de conocimientos que, puestos al servicio de "la realidad", se presentan como representaciones directamente emanadas de ésta, representaciones que buscan confundirse con lo representado, borrando el proceso de su fabricación. Claramente un ejemplo de esto es el discurso de las "ciencias económicas", sustentadas en un andamiaje de números, porcentajes, índices, cifras, gráficos, cuadros y algoritmos que parecen no haber sido escritos por nadie, que ni siquiera parecen necesitar lectura, ya que "son" la realidad tal cual es.

Estas ciencias que parecen no haber sido escritas por nadie y que se presentan como réplicas numéricas del mundo suponen, necesariamente, la anulación de la lectura: se trata de un tipo de textos que, en nombre de la univocidad que supuestamente los sostiene, se postulan como pudiendo existir sin sujeto, sin escritura/lectura, sin discurso, sustentados en su pura univocidad. (El enunciador de estas "ciencias" (económicas, sociales, pedagógicas, de la información, de la comunicación, etc.) es una especie de enunciador universal, el mismo que afirma que 2+2=4.)

Conocemos los efectos autoritarios, asfixiantes y paralizantes de estos textos que no reclamarían lectura, sino simple oralización, puesto que se presentan como la voz de la realidad, la realidad hablando con su propia y única voz. Conocemos el protagonismo que tiene el discurso de las ciencias económicas, productor de textos cuya confección numérica y gráfica (cuadros y esquemas) parece volver perfectamente prescindible su interrogación y discusión, puesto que esos textos "son" la realidad. Interrogar estos textos, parecen estar diciendo, sería tan inconducente como interrogar un árbol o una mesa.

Estos efectos autoritarios se perciben, por ejemplo hoy en Uruguay, en la negativa cerrada a discutir lo ventajoso o no ventajoso para el país de la instalación de una tercera fábrica de pasta de celulosa: su argumento numérico -"la "inversión" permitirá el aumento de 2% del pbi"- aparece con la contundencia de lo unívoco, de lo asentado en un único e inapelable sentido. (Lo mismo puede decirse con respecto a la promesa de nuevos empleos que

producirá esa inversión: poco importa que el gobierno juegue con esas cifras, que varían flagrantemente; solo importa que haya cifras, números, es decir, presentificaciones de la mismísima realidad.) Esta negativa a discutir no se debe necesariamente a la censura o a la represión institucional y mediática que padece el tema. Más allá de su censura, más allá de que buena parte de los uruguayos sepa o sospeche con fuerza que esta tercera fábrica de pasta de celulosa será muy mala para el país, más allá de esto, hay un efecto de silenciamiento (de nuevo estoy recurriendo a este concepto elaborado por Eni Orlandi). Y este silenciamiento está permitido por el juego que hace de una cantidad más o menos fraudulenta de números, una presentificacion de la realidad: los números "son" la realidad, porque la realidad es numérica.

En este marco, es comprensible que la ministra de educación y cultura haya galardonado por sus méritos culturales a un ministro de economía y finanzas que mantuvo muy bajo el presupuesto para la educación, pero no retaceó presupuesto para la cultura. Porque, desde esta perspectiva, no solo sucede que la enseñanza es asunto del mundo empresarial privado, sino que también sucede que la cultura no es solo lo que hacen los músicos, bailarines, poetas, actrices o escultores, sino que la cultura es la cantidad de dinero que un ministro de economía aceptó dar. Si la forma misma de la realidad es el número, también lo es para la cultura, y qué mejor numerador que el ministro celebrado por *Global Markets*.

4) Del ojo clínico al número estadísticamente exacto

Por cierto, estas apreciaciones se perciben con mayor nitidez en el campo del discurso de las ciencias económicas, pero no les son exclusivas, puesto que la equiparación entre "realidad/verdad numérica" se extiende a las otras ciencias: en primer lugar, en la sociometría de las ciencias sociales, de las ciencias políticas, de las neurociencias, de las ciencias de la educación (lugar de evaluaciones, de porcentajes de ingresos, de egresos, de repeticiones). Pero el dominio se extiende más allá, al propiciar el desplazamiento de la lectura por una práctica de la medición: se propicia el abandono de la práctica del seleccionar y recoger sentidos para elaborar inteligibilidades por la asunción de

enormes cantidades de datos numéricos que prescinden de la colecta de sentidos, de la inteligencia, de la negligencia y de la diligencia.

Tal como la etimología lo sugiere, la lectura es una práctica en la que un individuo pugna por recoger sentidos en un espacio que puede ser hermético, es decir cuya entrada le resulta dificultosa, o en un espacio que puede entregarle una plétora contradictoria, que resiste a una síntesis. En esta práctica más o menos frustrante, ajena a la certeza, el individuo se transforma, se vuelve otro en su confrontación con un texto que le ofrece resistencia, y ante el cual conjetura, interpreta, emite hipótesis que podrá modificar una y otra vez. Es decir: lee.

En cambio, los textos constituidos por cuantificaciones, inhiben la lectura en tanto que acto de colecta, de colección, de selección, de intelección, de inteligencia, puesto que solo piden plegarse a ciertas consignas previamente organizadas, solo piden obediencia a un protocolo de desciframiento previamente estipulado. Ejemplificaré esto con la diferencia entre la lectura que realiza un médico de ese texto -de ese significante- que es el paciente que acude a verlo, lectura que es un discurrir del médico orientado por su inteligencia, por su agudeza o por su torpeza, para identificar en esa enorme masa significante que es el cuerpo y la palabra del paciente, aquellos elementos que hacen sentido, que ofrecen una vía de inteligibilidad, de inteligencia. Este médico colecta materia significante, de acuerdo a su propia historia y de acuerdo a lo que el texto que es el paciente le ofrece, con su palabra y con su cuerpo.

Muy diferente, en cambio, es el médico que solo obedece a algoritmos ajenos, a un protocolo ya hecho, el médico que se rige por cuestionarios prefabricados que arrojan resultados estadísticamente prefabricados. Este médico patentemente no lee: su colecta de material significante está predeterminada por el protocolo de preguntas del que dispone, y sus conjeturas interpretativas también resultarán de un algoritmo, es decir, que nada tendrán de conjeturales. En esta modalidad, no hay lectura, porque no hay trabajo de intelección, de inteligencia y de diligencia; tan escaso es el trabajo humano de lectura que esta tarea puede ser realizada perfectamente por una máquina.

O mejor dicho, hubo lectura, una lectura realizada por los autores del algoritmo, una lectura que tiende a presentarse como inexistente, para que el

juego numérico asuma sin inconveniente su carácter de fragmento presentable de la realidad.

De esta manera, se encubre lo que la lectura/escritura realiza, inclusive y sobre todo en los procederes más positivistas; este encubrimiento procura borrar al sujeto, el discurso y la lengua. Y, en un plano más inmediato, procura hacer desaparecer de la enseñanza el protagonismo del par lectura/escritura, tal como se desprende de los documentos sobre educación que elabora el Banco Mundial.

5) Plan Ceibal

En los primeros años del gobierno frenteamplista se puso en marcha directamente emanado de la presidencia de la república, es decir sin recorrer las vías institucionales estipuladas y con la opinión contraria del gremio docente, un plan concebido "para los países emergentes" por el ingeniero informático del MIT Nicholas Negroponte, plan destinado a que cada niño uruguayo tuviera su pequeña computadora. El plan de Negroponte se llama One Laptop per Child y en Uruguay tomó el nombre indígena de "plan Ceibal", es decir, un plan proveniente directamente del MIT -One Laptop per Child- fue rebautizado con una palabra de origen taíno, que además designa a la flor nacional de Uruguay.

Este plan se convirtió en el principal elemento de propaganda del gobierno, principalmente durante las dos primeras campañas electorales -ya no hoy durante esta tercera-que propagandeaban la reelección: el plan Ceibal fue mostrado como triunfo gubernamental. Dejaré de lado la discusión acerca de las bondades, o no, de que el Estado regale laptops a todos los niños uruguayos, laptops que si bien en un primer momento iban a funcionar con Linux y otros programas de acceso libre, rápidamente quedaron bajo el dominio de Google. Pero no me detendré en esto, como tampoco me detendré en la evaluación muy negativa que hoy hace el propio MIT de ese proyecto, rápidamente caído en obsolescencia.

Sí me detendré en el hecho de que "One Laptop per Child/Plan Ceibal" fue presentado, vendido y propagandeado como una enorme revolución pedagógica; se dijo que la distribución gratuita de computadoras supondría una segunda gran revolución pedagógica, luego de la realizada a fines del siglo XIX,

que permitiría que los niños uruguayos entraran finalmente al futuro… futuro en el que estaba claro que los niños sabían más que las maestras (sic), futuro en el que serían los niños quienes enseñarían a las maestras (sic).

¿Cómo fue posible que, salvo el gremio de las maestras de la escuela primaria, rápidamente descalificadas como personas conservadoras o perezosas que se negaban a aprender cosas nuevas, haya habido tanta gente dispuesta a defender la idea de que la posesión de laptops era una revolución pedagógica?

Dejando de lado la brutal inhibición de cualquier espíritu crítico que produjo el gobierno progresista en Uruguay, señalaré que esta enorme confusión entre la posesión de un objeto tecnológico y una revolución pedagógica fue posible gracias a que el corrimiento del eje de la educación hacia lo instrumental ligado al mercado de trabajo propició el descrédito y el abandono del sentido de la escuela.

¿Qué entiendo por el sentido de la escuela? Entiendo, justamente, el hecho político fundamental que consiste en poner a todos los niños, vinieran de donde vinieran, en contacto con la lectura y con la escritura. Este fue el sentido de la escuela: enseñar a leer y a escribir, apostando a formar lectores para toda la vida, es decir individuos compelidos a buscar sentidos gracias a esa forma de diálogo con uno devenido otro que propicia la lectura (y la escritura, por cierto).

Este fue el sentido de la reforma de la escuela impulsada en Uruguay por José Pedro Varela, en los años 80 del siglo XIX: una escuela pública, gratuita y obligatoria, en la que los niños provenientes de diferentes clases sociales, en al ámbito del aula, trabajaran juntos aprendiendo a leer y a escribir. El principal monumento montevideano que hoy recuerda a este reformador representa no solo la escuela pública como lugar de encuentro policlasista sino como lugar centrado en el libro y en la escritura. En este sentido es sintomático el estado del principal monumento erigido en Montevideo a este reformador decimonónico: su deterioro es general, pero es llamativa la destrucción de la leyenda en bronce que lo acompaña y en la que precisamente se citan palabras de José Pedro Varela celebratorias del encuentro de todas las clases sociales que permite la escuela. Hoy, al haber perdido la mitad de las letras, esa leyenda se volvió completamente ilegible, salvo para quienes la guardaban en su memoria. Esta

pérdida de una afirmación del carácter policlasista de la escuela pública va junto con la cruelísima fragmentación que ésta sufrió en los últimos decenios; hoy hay escuelas públicas, en barrios pobres para hijos de familias pobres, de las que los niños egresan sin saber leer y escribir; y hay escuelas públicas en barrios no pobres para hijos de familias no pobres, de las que los niños egresan sabiendo leer y escribir, aptos para ir al liceo y mínimamente seguir los programas de estudio. Esta es la novedad política de la escuela y de sus letras, por la machacada crítica a su supuesta condición "libresca", supuestamente incompatible con el mercado de trabajo.

Monumento dedicado ao reformador da educação na escola pública uruguaia José Pedro Varela. Montevidéu-Uruguai.

Este es el sentido de la escuela que fue desplazado por la nueva convicción de que la escuela debe preparar para el mercado de trabajo y que, en consecuencia, el libro solo puede ser libresco, salvo que sea libro de números, cifras, índices, gráficas y porcentajes acompañados de comentarios redundantes.

Esta nueva convicción, en Uruguay, tiene un síntoma clarísimo en las preferencias de los estudiantes universitarios que, masivamente, se dirigen hacia las carreras que prometen, por ser sucedáneas numéricas de la realidad, un espléndido encuentro con esa hiperrealidad que es el mercado de trabajo: ciencias sociales, ciencias políticas, ciencias de la educación, ciencias económicas, etc. Quedan relegados al papel de entretenimientos inanes los estudios que justamente se basan en la lectura en tanto que práctica que hace

jugar conflictivamente la pluralidad de sentidos en la lengua y en el discurso, desarmando su supuesta naturaleza unívoca.

Contrariando este síntoma y a modo de conclusión, quiero afirmar que la escuela desde primaria hasta la universidad consiste fundamentalmente en un trabajo incesante de lectura/escritura y que difícilmente pueda decirse que su estudio concluye en la escuela primaria o que concluye en algún momento. Quiero afirmar que la transmisión de conocimientos no puede realizarse sin ejercicio crítico, y que el pensar, es decir, el ejercicio crítico consiste, inevitablemente, en leer de otro modo, en leer de nuevo desde otro lugar, en leer en contra de lo ya leído, en leer en los resquicios inadvertidos, en leer contra lo obvio, en otras palabras, consiste en hacer jugar la intelección del equívoco, sea cual sea la disciplina en juego. No se trata de oponer disciplinas, sino modos de leer o, mejor dicho, se trata de oponer el ilusorio desciframiento de la supuesta condición numérica de la realidad a la práctica más ardua que, en cualquier parcela del saber, reconoce su fondo hecho de equivocidad, si no es, más radicalmente, de insoportable asignificancia.

Artefatos e produção de saber em análise de discurso

Cristiane Pereira Costa Dias
Greciely Cristina da Costa
Marcos Aurelio Barbai

> *"É a mim que devo enviar mensagens. Rivka A. escreve a Régine Robin e reciprocamente. Rivka A. escreverá quando estiver em Paris e Régine Robin lhe responderá quando estiver em Montreal. O tempo que as separará dará mais profundidade às suas mensagens. Nada da urgência que o medium supostamente traz. Ao contrário! Apenas adiamento, desaceleração do tempo, lembretes, retorno, como uma caixa-postal na qual encontramos diferentes vozes ao voltar de uma longa viagem"* (Régine Robin em **A memória saturada**, p. 464).

> *"Quando o corpo não é diretamente tocado, o desejo de autocriação permanece imaginário, mas a confusão entre o real e o imaginário, o verdadeiro e o falso, é tão complexa que se situa em uma zona onde se brinca com fogo."* (Régine Robin em **A memória saturada**, p. 419).

> *"Era alguma coisa associada ao silêncio, à noite, e à morte. Traduzir os romancistas e os poetas judeus da língua iídiche, era às vezes passar do reino dos mortos àquele dos vivos. Eles ressuscitavam em uma língua bem viva, mas as traduzir, era também descer cada vez aos infernos"* (Régine Robin em **Gratok. Langue de vie et langue de mort**, p. 486, tradução nossa).

Introdução

Um artefato de ciência se constitui no decorrer de uma pesquisa. Trata-se de um objeto de conhecimento construído teoricamente, produto de um processo científico de natureza variada, que faz parte de uma reflexão. Isso significa dizer que um artefato pode ser construído visando dar corpo às questões, às hipóteses, à teoria, ao método ou a um conhecimento produzido pela pesquisa. Nesse sentido, o artefato é instituído no processo científico como *meio de compreensão* do objeto de pesquisa ou, ainda, de *mediação* entre sujeitos e sentidos. E, também, pode se configurar como o resultado desse processo. Pode resultar, portanto, em um *objeto de saber* exposto à reflexão.

De uma maneira ou de outra, o artefato incide na práxis científica, faz parte dela enquanto um "artefato teoricamente fabricado e que se apresenta como uma técnica sustentada em um método" (ORLANDI, 2003, p. 13). Assim, o artefato não é dado de antemão, ele se inscreve em um quadro teórico e exige um trabalho conceitual determinado. Logo, o que se problematiza em torno do artefato é a sua construção e seus efeitos uma vez que o "objeto de uma ciência não é um objeto empírico, mas uma construção" (PÊCHEUX apud HENRY, 1997, p. 16).

Entre aquilo que Pêcheux (1966 [2011]) discutiu sobre instrumento científico e aquilo que estamos chamando de artefato há pontos de convergência, pois o autor analisa o movimento de apropriação de um instrumento pela teoria, que transforma um instrumento em um instrumento de ciência. O autor explica que não se deve considerar qualquer utilização de um instrumento como científica, tampouco se deve esquecer a função dos instrumentos na prática científica. O que faz com que essa transformação ocorra é o processo de apropriação teórica. A base de construção de um artefato consiste na apropriação teórica.

Pêcheux (1966 [2011]) exemplifica esse processo a partir da passagem da utilização das balanças como simples objetos para seu estatuto de instrumento científico.

> Até o século XV, a balança não era um instrumento físico. Fora de sua função tecno-comercial, ela servia para interrogar toda a superfície do real empírico: pesava-se o sangue, a urina, a lã, o ar atmosférico etc... e os resultados forneciam uma 'realização do real' sob diversas formas, biológicas, metereológicas etc... Esta errância do instrumento foi interrompida pela era galileana, que lhe atribui, no interior da ciência nascente, uma função nova, definida pela própria teoria científica. (PÊCHEUX, 1966 [2011], p. 48-49).

Com Galileu, a partir de seu um investimento teórico sobre as balanças, é que elas passam a fazer parte da teoria física. Antes, as balanças eram apenas subprodutos das práticas comerciais e serviam como objetos empíricos para dar medidas. Neste "uso das balanças não havia nenhuma "re-invenção" do

instrumento, nenhuma "apropriação" do instrumento pela teoria" (HENRY, 1997, p. 21).

É nessa mesma direção que asseguramos a distinção entre um objeto empírico e um artefato. O artefato, assim como um instrumento científico, opera no confronto da ciência com ela mesma, do discurso teórico sobre si mesmo, pela maneira como atua lançando questões.

Além disso, um artefato sempre se constitui em determinadas condições históricas e sociais nas quais a produção científica se insere e, por isso mesmo, pressupõe uma singularidade no modo de ser empreendido e na forma com a qual é mobilizado. Deve ser, então, tomado em sua conjuntura científico-ideológica e observado em sua dimensão teórica-analítica.

No domínio das Ciências da Linguagem, operando com a Análise de Discurso, propomos pensar a articulação do artefato em sua especificidade ao lado da escrita, do texto e da leitura.

1. Escrita

Robin (2016), ao traçar um percurso reflexivo em torno da relação entre memória e mídia, se reporta à máquina de escrever utilizada por Nietzsche quando este estava doente e quase cego, acentuando uma frase do autor: "Nossas ferramentas de escrita afetam nossas ideias" (NIETZSCHE *apud* ROBIN, 2016, p. 367). A partir dessa frase, é possível estabelecer uma relação entre ferramenta, escrita e subjetividade.

Robin (2016) explica que Nietzsche adquiriu uma máquina de escrever *Hansen* que tinha sido inventada para ajudar pessoas com deficiências visuais. Ela é redonda, uma bola cravada de hastes, tendo a forma de um porco-espinho; na parte de cima dela, há teclas redondas sobre as quais estão inscritos os números e as letras em relevo para que os cegos os identifiquem mais rapidamente. Na parte inferior da bola, fica um dispositivo cilíndrico sobre o qual se coloca a folha de papel. Cada elemento da bola se inscreve sobre o papel, mas aquele que a datilografa não vê o que escreve (ROBIN, 2016, p. 367).

Essa ferramenta provoca uma mudança no gesto de escrever, a partir do momento que o sujeito passa a lidar com tal dispositivo. Entre letras e números e a inscrição deles no papel, há um trabalho subjetivo, "do enlaçamento do

simbólico no homem" (MARIANI, 2006, p. 7) que aí se realiza afetado pela máquina de escrever, tanto a respeito daquilo que ela permite quanto daquilo que ela delimita em termos de relação do sujeito com a linguagem. No caso de Nietzsche, o autor deixa uma escrita feita de aforismos e passa para uma escrita concisa. Uma mudança de escrita que, certamente, produz efeitos, também, na maneira de ler e de se remeter à memória, pois trata-se de um gatilho que altera a forma de textualização dos sentidos.

Segundo Robin (2016), a máquina foi abandonada, pois era frágil e travava muito, mas havia aberto uma via de reflexão sobre a maneira como uma máquina pode afetar o processo de escrita. "A Hansen serviu mais de suporte para reflexões filosóficas sobre o homem como 'superfície de inscrição', sobre a máquina-memória do que outros viam a partir do gramofone e do que Nietzsche concebe a partir da máquina de escrever" (ROBIN, 2016, p. 368).

Para além de uma ferramenta, a máquina de escrever torna-se um dispositivo que altera as formas de textualização dos sentidos a partir da instauração de uma "superfície de inscrição" outra. Portanto, é possível deslocá-la de sua apreensão como simples ferramenta, para pensá-la enquanto um artefato à medida que se configura como um objeto de mediação. Um artefato que faz parte de um processo de escrita, tal como acabamos de especificar, e partir de então, se torna, também, um meio de compreensão sobre este processo e as questões que desencadeia neste mesmo processo.

Assim como podemos pensar a máquina de escrever utilizada por Nietzsche como algo que se altera com seu processo de escrita, com a forma material de sua escrita, podemos também pensar que o computador inaugura outras formas de textualização, interpelando o corpo a se inscrever materialmente no sentido, com outros gestos de interpretação.

Nesse sentido, Herrenschmidt (2007), discute em seu livro "Les trois écritures: langue, nombre, code", sobre o "escrever com uma máquina de escrever", mas trazendo a máquina eletrônica com programas instalados: o computador. Uma máquina "dotada de memórias, [que] efetua operações muito complexas".

Para a autora, "Escrever é transferir, fazer passar a fala oral ou interior, a língua em sua forma interiorizada e sem enunciado, o pensamento fluido ou

bagagens memoriais, à fixidez dos signos gráficos. Essa transferência constitui uma transformação que não se faz ao acaso (...)" (HERRENSCHMIDT, 2007, p. 11), mas a partir de elementos que são culturais, linguísticos, técnicos e políticos. Da perspectiva discursiva, diríamos em certas condições de produção. Transferência de um discurso a outro, nesse caso, o da escrita no computador, o discurso das tecnologias digitais.

Na mesma direção de sentido de Robin, ao falar da máquina de escrever de Nietzche, para Herrenschmidt (2007), a forma de escrever e a forma do pensamento, estão ligadas. Com o computador, as novas formas de escrita, contudo, se complexificam muito mais, uma vez que são mediadas por um conjunto de processos técnicos e programas. A escrita no computador é, antes, numérica, digital. Para Herrenschmidt (2007, p. 393) "o resultado da ação de dar uma forma" aos números, textos, imagens, sons é transformá-los em informação para a máquina, através do seu tratamento por meio de cálculos. Assim, "os dados se tornam números".

Tudo isso faz parte do processo de escrita e, se compreendermos, com Orlandi (2001), que o sentido não é indiferente ao meio, podemos afirmar que o computador na sociedade contemporânea é muito mais do que um "tradutor de dados", embora isso esteja na base de sua significação. Um computador ou um *smartphone* podem ser tomados como artefatos porque dão forma material aos sentidos em certas condições de produção da escrita. Assim, podemos afirmar que:

> os objetos digitais, como os smartphones, para citar apenas um exemplo mais corriqueiro, não significam apenas por aquilo que eles podem fazer empírica e pragmaticamente, como um dispositivo digital, mas pelos discursos que os significam como objetos de inclusão, status (dependendo do smartphone), em processos sociais numa sociedade dividida. O discurso da mobilidade, da avançada tecnologia, do acesso à informação, da comunicação, das relações entre sujeitos, mas também o do poder aquisitivo, significam smartphone e são por ele significados. Portanto, o sentido da tecnologia é efeito do modo como ela é significada politicamente na constituição dos artefatos do mundo numa relação indissociável com a forma das relações sociais, políticas e econômicas, numa determinada formação social (DIAS, 2018, p. 40).

Mas o que estamos aqui trabalhando como artefatos vai além da necessidade utilitária de um instrumento ou ferramenta concretos, como as balanças, a máquina de escrever, o computador ou o smartphone. A exemplo destes, podemos mostrar como instrumentos físicos, que servem ao nosso real-concreto, como mostrou Pêcheux ([1966] 2011), podem ser tomados como instrumentos científicos, artefatos de leitura do mundo.

1.1. O artefato como meio de uma escrita e como mediação...

Em consonância com Nietzsche, ao assinalar que ferramentas de escrita afetam nossas ideias, para Orlandi (2003), as novas tecnologias de linguagem são novas tecnologias da escrita que afetam a organização da vida intelectual, tendo em vista as diferentes formas de textualização dos sentidos instaladas por essas tecnologias.

Na descrição sobre a construção de um Glossário de Base que deu origem à Enciclopédia Discursiva da Cidade (Endici), um objeto eletrônico voltado para a compreensão do urbano por meio da linguagem, Orlandi (2003) propõe pensar a escrita como "um gesto simbólico que faz um efeito no real produzindo um artefato" (p. 16). No caso da Endici, esta escrita é praticada na criação de um artefato urbano. A especificidade deste artefato concerne ao que ele inaugura no digital, "espaços provisórios de ancoragem de sentidos", nos quais, entre formas e contornos, a escrita se significa, enquanto esses espaços "arregimentam memória para os dizeres, ao mesmo tempo em que os retêm" (ORLANDI, 2003, p. 19).

A escrita assim, diremos, cuja materialidade é a das tecnologias digitais, funda um artefato de leitura.

2. Leitura

Uma importante região dos sentidos para entender sobre os artefatos, é levar em consideração, como já explicitamos, que apropriação de um instrumento pela teoria, transforma um instrumento, em um instrumento de ciência (cf. PÊCHEUX, 1966). O ponto fundamental a se destacar aqui é: como a leitura se transforma ela mesma em artefato de ciência? Talvez, de modo muito breve, um pouco de epistemologia nos ajude a entender.

É sabido que a conjuntura teórico-política que faz emergir a Análise de Discurso, particularmente esse campo de saber sustentado por Michel Pêcheux e seus pares, assim como a introdução e institucionalização dessa área no Brasil, com os trabalhos de Eni Orlandi, consiste na interrogação do que é ler, do *ato de ler*[1], numa dada conjuntura.

A leitura dos discursos é posta numa conjuntura teórico-política. Por mais que seja lugar comum, ou leitura ao pé da letra, vale aqui, a nosso ver, retomar alguns pontos, disso que quebra as próteses de leitura: a) temos uma conjuntura que prepara um lugar para a Análise de Discurso; e, e essa conjuntura questiona o que é ler; b) há movimentos que interrogam a leitura: Althusser, relendo do Capital, de Marx; Foucault com a Arqueologia do Saber; Lacan relendo Freud; c) um pouco mais tarde, Michel Pêcheux vai ler o arquivo; e, Orlandi, em *A Linguagem e seu Funcionamento* (1983 [2006]), vai interrogar o funcionamento do discurso pedagógico, abrindo caminhos para pesquisas que se centram na leitura e escrita, dentro e fora da escola.

Há, podemos assim dizer, um contraponto a uma modalidade de leitura e de escuta, fazendo com que esses autores sustentem a ideia de que para ler, para se empreender um gesto de leitura, há a necessidade de um dispositivo. Temos assim, um primeiro contorno para se pensar a relação entre leitura e artefato: a gestão de um saber e o ato de um sujeito sustentado por um dispositivo de interpretação. A noção de dispositivo em ciência, ou seja, a formalização de uma rede que pode tecer elementos; um aparelho; uma ferramenta; um regime de enunciados; práticas (discursivas); linhas de subjetividade ou de fuga, se desenvolvem num espaço lógico que procura constituir e instaurar objetos-a-saber, coisas-a-saber.

Assim, observar as condições desses objetos em uma dada circunstância exige se instaurar uma posição de leitura e de escrita atentas à contradição desse funcionamento ou funcionalismo, na ciência. A ideia de artefato põe lenha nessa fogueira, pois se um dispositivo se sustenta na relação entre a contradição e o político, frente a uma coisa-a-saber, um artefato é, como já ressaltamos, *objeto de saber* exposto à reflexão. O que frisamos aqui é atenção ao que se conceitua,

[1] Fazemos remissão aqui à importante obra de Paulo Freire "A importância do ato de ler", que consiste em dizer que: o ato de ler é ato de educação e ato fundamentalmente político.

dando forma e existência material ao *objeto de saber*, para além de seu valor epistemológico.

2.1. Artefato de leitura como dispositivo de análise

Partiremos de uma compreensão que se deu em análises anteriores (DIAS, 2020): a de que os objetos se trans-formam quando lhes formulamos numa prática significante pela construção de artefatos de leitura, num campo teórico determinado. Daí a noção de *objeto de saber.*

Como ancoragem dessa compreensão está uma outra, a de que a tecnologia no campo das ciências da linguagem e, mais especificamente no da Análise de Discurso é, como afirmou Orlandi (1992), em relação ao silêncio, "prenhe de sentidos". Nessa perspectiva, pensar a tecnologia nesse campo, significa pensá-la através do discurso para o desenvolvimento de uma compreensão das práticas significantes, que se sustentam pela construção de "artefatos de leitura", ou seja, procedimentos construídos com "instrumentos teórico-analíticos...", como formulou Orlandi (2003, p. 13), "o que é em si a produção portanto de uma tecnologia de leitura."

O artefato de leitura é, pois, um procedimento que construímos para ler e interpretar um determinado objeto simbólico, sustentado por um dispositivo teórico e analítico, neste caso, o da Análise de Discurso, para construir contornos significantes para questões de pesquisa. Assim, a elaboração de uma noção, por exemplo, pode se constituir num artefato de leitura.

A exemplo da noção de "digital" que tomada da perspectiva discursiva, se torna um *objeto de saber* a partir do qual somos capazes de produzir formas de compreensão dos efeitos de sentido das ferramentas digitais na produção do conhecimento, para além do seu utilitarismo, de seu funcionalismo tecnicista. O que não significa que a dimensão técnica não esteja considerada na constituição do digital como objeto de saber, artefato de leitura.

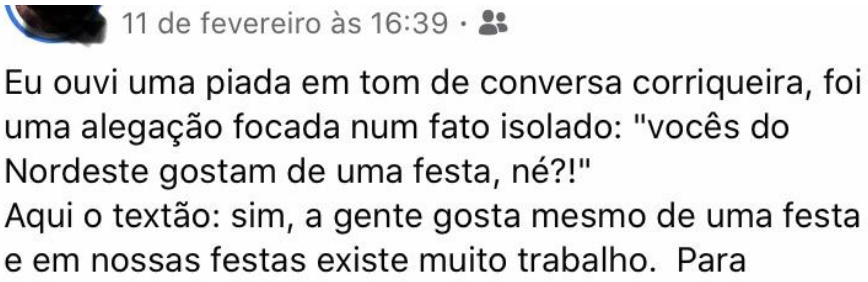
Podemos dizer que construir um artefato de leitura se dá ao mesmo tempo em que sua elaboração constrói a possibilidade de compreensão de

funcionamentos do discurso, a partir de "procedimentos heurísticos de análise"[2] (ORLANDI, 2020).

Mas tudo isso não ocorre sem que se configure, antes, num batimento entre "leitura, descrição e interpretação", como pontuou Pêcheux (2008), o objeto de análise. Pois é em relação a esse objeto que o artefato de leitura ganha seus contornos.

É nessa direção que nos interessa pensar a leitura (não sem a interpretação e o efeito-leitor), enquanto um objeto de saber e, para isso, lançamos um convite: "Aqui o textão".

3. Aviso: "Aqui o textão"



Interessa-nos, com este exemplar de linguagem, pensar algumas questões, dentre elas a produção dos sentidos e as formas de interpretação. Nós estamos, assim, atentos, à materialidade da linguagem, no que diz que respeito ao interdiscurso, e isso é parte fundamental da construção do objeto discursivo.

a) "algo fala" (ça parle) sempre "antes, em outro lugar e independentemente" (Cf. PÊCHEUX, 1997, p. 162) - Semântica e Discurso
b) "isso circula (ça circule)" – Materialidades Discursivas (cf. PÊCHEUX, 2016, p. 28), o que impõe os modos e o tempo.
c) Os dados são eles mesmos um efeito ideológico dos quais, pela leitura, procuramos descontruir as evidências. Ou como diz Orlandi

[2] Nota de seminário de pesquisa "Metáfora e Interdiscurso", com Eni Orlandi, no âmbito do Projeto "Imagens da Cidade", coordenado por Greciely Costa (FAPESP/Processo 18/26073-8), em 14/09/2020, cujo vídeo encontra-se disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=f7Sk259EyLw.

(1998, p. 44 – Interpretação) ao explicitar os modos de produção "é a própria noção de real e a de interpretação que são colocadas em questão.

Cada um de nós tem de lidar, em nosso trabalho, com as coisas-a-saber. Entretanto, nesse tempo do capitalismo, as coisas-a-saber se reduziram a uma questão pragmática. Dois exemplos: como cientistas somos atravessados e constituídos pelo fato de que não comunicamos à sociedade que nos financia nossos trabalhos. Não sabemos falar com a sociedade. A nossa prática discursiva, como bem analisou Orlandi (2010), no texto "*Formas de Conhecimento, Informação e Políticas Públicas*" é tomada no seguinte ordenamento: 1- O sujeito lê/ouve x, logo sabe que x. Está informado sobre ciência; 2- Você não conhece x, você sabe que x. É um efeito de informação. Daí que, para a autora.

> A contradição entre o real da divisão e o imaginário da difusão e da rapidez de informação dá, com frequência, origem ao que tenha chamado de "intelectual da internet", o conceito vira senso-comum, informação, o pesquisador vira usuário. (ORLANDI, 2012, p. 25).

A isso se acrescenta o funcionamento das redes sociais digitais em que se comunicar parece ter como regra a quantidade limitada de caracteres (o que implica o consumo de conteúdo rápido e instantâneo, assim como (replicar) esse conteúdo. Estamos falando, assim de textos que exigem um outro tipo de leitura, porque se produzem em outra discursividade. Com esses dois exemplos, a questão importante que nos colocamos aqui é: como inaugurar outras formas de relação da sociedade com o conhecimento? Vejam: nós não estamos falando em formas de comunicação, como se houvesse técnicas para comunicar ***um*** conhecimento, ***um*** fato. Estamos tratando de outra coisa: da relação entre a sociedade, a produção e a circulação de conhecimento e de informação, pelo discurso digital.

Tomemos novamente o exemplo da Endici - Enciclopédia Discursiva da Cidade[3], um artefato de leitura da cidade que também coloca em questão a

[3] O projeto da Endici contou com financiamento do CNPq (Processo nº 462190/2000-5), Vigência: 2001 a 2003, em sua primeira fase e com financiamento da Fapesp (Aux. Pesquisa nº 2012/22917-

relação entre a sociedade, a produção e a circulação do conhecimento e de informação, só que pelo discurso urbano tornado objeto de saber, e que se construiu ao mesmo tempo em que construiu a cidade como seu objeto de observação, ao compreendê-la através do discurso (ORLANDI, 2003, 2004), através do dispositivo construído pelo analista. Teoria e objeto estão ligados na construção de um artefato de leitura: a Endici. Esse artefato, sustentado sobre o método da Análise de Discurso, diz respeito, pois, à "formulação de procedimentos analíticos, formular questões e trabalhar em seu desenvolvimento" (ORLANDI, 2012, p. 42).

No caso do digital, sua construção como objeto de reflexão e análise do discurso, implica pensar a tecnologia digital para além e independentemente da estrutura de suas leis, normas, para além do "fantasma sistêmico" (PÊCHEUX, 1997) que rege os procedimentos de gestão e controle das sociedades e dos sujeitos.

É aqui que se insere a nossa reflexão sobre os artefatos de leitura pois isso implica, a nosso ver, em se pensar no circuito linguageiro, no trâmite dos dizeres. A noção de artefato põe em movimento o lugar de produção, de práxis da circulação dos discursos. Nós sabemos o que é ler? – Pergunta-se Pêcheux (2016, p. 24), em Materialidade Discursivas. E temos como resposta, uma outra questão: como liberar a matéria verbal através do procedimento da leitura-trituração do sentido? A aposta de Pêcheux é a de tomemos partido pela imbecilidade, isto é, "decidir não saber nada do que se lê" (idem, p. 25), o que implica duas ações: considerar o resíduo do traço eleito (há restos a dizer e ler); fazer repercutir, na leitura, o que trabalha às margens do discurso.

Nas margens do textão parece trabalhar um mote de nosso tempo: escrever o que ninguém vai ler. Muito se tem falado da verborragia das redes sociais e todo pragmatismo para se tornar acessível o que se diz e o que se lê. Escrever um textão que ninguém vai ler, ou apostar na injunção à interpretação? Apostamos aqui na leitura. E o que se lê em um textão?

---

0), Vigência: 2013 a 2015, em sua segunda fase. A Endici está disponível no seguinte endereço: https://www.labeurb.unicamp.br/endici.

A análise de Flores (2019)[4] nos chama a atenção, no textão, para o funcionamento de um aviso inicial. Nesse processo de aviso, algo se mantém, e faz com que "o aviso se inscreva na memória do espaço digital" (idem, p. 96). Em outras palavras: "um textão é um textão, porque há o aviso. [...] O aviso do textão é repetir, é chamar a atenção do outro para o que eu estou dizendo" (idem, p. 97). Vale lembrar que estamos aqui trabalhando com o funcionamento do discurso e que, nessa perspectiva, "é preciso fazer intervir a relação com a exterioridade, ou seja, compreendermos a sua historicidade, pois o repetível a nível do discurso é histórico e não formal. (ORLANDI, 1998, p. 29).

Flores tem bastante razão em nos dizer da relação do sujeito e de seu próprio dizer com a tessitura da memória (coisas-a-saber) nas mídias digitais. O que trazemos na esteira da autora é que irrompe aí, nesse ato de aviso, uma demanda: leia! Com a questão dessa demanda trabalhamos com uma dimensão do aviso que coloca a leitura para além da ordem da pressuposição; o que há é a experiência com esse objeto, o textão, cuja leitura tem a função de obturar a incompletude do dizer, do simbólico. Chamamos a atenção para uma relação intrínseca com a ordem do dizer, que se materializa num apelo dirigido ao outro: há um a mais, para além da contiguidade da rede, que demanda a leitura, para além de uma ferramenta, de um ritual do ato de ler. Falar aqui da demanda de leitura nos permite pensar no problema da informação e da comunicação: há no textão o ato de oferecer "um a mais" da informação, do que se comunica, em rede. O textão carrega em si, pela compreensão do funcionamento do discurso digital, a negação da rapidez, da instantaneidade, da condensação da escrita pela injunção técnica das próprias plataformas. Outras formas de escrita, de textualização dos sentidos pelo discurso digital.

Para tanto, como propusemos no início desse trabalho, ou seja, pensar a articulação do artefato em sua especificidade ao lado da escrita, do texto e da leitura, é preciso lançar mão de um artefato de leitura que dê conta de outros gestos de interpretação do digital, pelo discurso. É nessa medida que o discurso digital pode ser um instrumento de compreensão dos modos de relação da

[4] Ressaltamos aqui a dissertação de mestrado de Nathalia Marques Flores: "O textão no Facebook: o posicionamento do sujeito na rede", apresentada em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Letras, da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria – RS).

sociedade com o conhecimento. Reforçando que a escrita do conhecimento, da informação e da comunicação é parte de sua produção.

Nesse sentido, muitas vezes, o "a mais" que se materializa no aviso: "aqui, lá vai textão", nos frustra, enquanto leitores, face às nossas evidências subjetivas do que é ler, do que ler. Decidir nada saber do que se lê (questão, aviso de Pêcheux em Materialidades Discursivas) nos permite trazer à baila, com os artefatos de leitura, a falha de toda ortopedia que muitas vezes sustenta o nosso ato de ler. Muitas vezes as leituras portam doutrinas, assim como o exame das anônimas, conversacionais, ordinárias. Um artefato, calcado na leitura, se sustenta na ideia de que o sentido é sempre dividido, entre autor e leitor, entre o que se diz e o mundo, entre o que se diz, se cala e se silencia, frente ao que se escuta. Ler é o ato mais inquietante, pois é o que nos permite recolocar questões. É o que nos põe à prova, enquanto sujeitos estabilizados, no confronto com a dispersão de textos e de sentidos.

Algumas notas para concluir

Refletir sobre o artefato de leitura, como propõe este livro e, mais especificamente, como estamos propondo neste capítulo, no qual elegemos uma amostra de como podemos pensá-lo, diz respeito:

1. À não estabilidade, à não fixidez de um campo teórico-conceitual.
2. Ao processo de uma pesquisa e os dispositivos que dele resultam;
3. À não neutralidade desses dispositivos em relação às próprias condições sociais e históricas de produção da pesquisa e seu objeto;
4. À mediação, no que diz respeito à relação da sociedade com o conhecimento produzido;

O artefato pode ser tanto o meio quanto o resultado, assim como a possibilidade de continuidade, de abertura para outras reflexões que venham a se desenvolver a partir dele, na medida em que constrói uma possibilidade de leitura, ancorada em procedimentos específicos e bem descritos.

Desse modo, um artefato de leitura deve implicar:

1. O corpo teórico de uma disciplina;
2. A construção de um objeto;

3. O trabalho sobre o método.

Por fim, como procuramos demonstrar, o artefato de leitura pode vir a produzir outras significações para práticas já estabilizadas, como a própria prática da leitura, em seus distintos modos. Pode ressignificar, pela mediação da teoria, a relação do sujeito com os sentidos. Pode deslocar a própria representação de um objeto empírico, com sua função pragmática já bem determinada no mundo, uma vez que ao incorporar esse objeto à reflexão teórica, reinventa o sentido de sua própria utilidade, como vimos no exemplo da máquina de escrever, citado por Robin (2016). A apropriação teórica de um objeto empírico lhe confere, portanto, pelo artefato de leitura, um outro estatuto: o de *objeto de saber*.

Referências Bibliográficas

DIAS, Cristiane. Considerações sobre o texto pelo digital. In: PFEIFFER, Claudia; DIAS, Juciele Pereira; NOGUEIRA, Luciana (orgs.). *Língua, Ensino, Tecnologia.* Campinas: Pontes, 2020.

DIAS, Cristiane. *Análise do discurso digital*: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes, 2018.

FLORES, Nathalia Marques. *O textão no Facebook:* o posicionamento do sujeito na rede. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Letras, UFSM (Universidade Federal de Santa Maria – RS), 2019.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da "análise automática do discurso" de Michel Pêcheux (1969). *In*: GADET, F. & HAK, T. (orgs.), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 13-38.

HERRENSCHMIDT, Clarisse. *Les Trois Écritures*: langue, nombre, code, Paris, Gallimard, 2007.

MARIANI, Bethania. Apresentação. *In*: MARIANI, B. (Org.), *A escrita e os escritos*: reflexões em análise do discurso e psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006, pp. 7-12.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise*: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Ponte, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Ler a cidade: o arquivo e a memória. *In*: ORLANDI, Eni P. (Org.), *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação:* autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento*: As formas do discurso. 4 ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Formas de conhecimento, informação e políticas públicas. *Animus*. Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 9, n. 17, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/2373.
ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto*: Formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.
PÊCHEUX, Michel. Abertura do colóquio. *In*: CONEIN, Bernard, COURTINE, J.-J., GADET, F. MARANDIN, J.-M. PECHEUX, M. (orgs.) *Materialidades discursivas.* Campinas: Editora da Unicamp, 2016 [1981], pp. 23-29.
PÊCHEUX, Michel; HERBERT, T. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. *In:* ORLANDI, E. P. (Org.), *Análise de Discurso:* Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas, Pontes, 2011 [1966], pp. 21-54.
PÊCHEUX, Michel. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi, 5 ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.
PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
ROBIN, Régine. *A memória saturada.* Trad. Cristiane Dias; Greciely Costa. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

Sinalário de análise de discurso materialista: de uma escuta analítica a um artefato de leitura

Maraisa Lopes

"Todo trabalho tem uma estória", como diria Pfeiffer (1995, p.06), e a deste remonta ao ano de 2015, momento em que me tornei professora da área de Linguística em turmas de um Curso de Licenciatura em Letras-Libras, passando a ter, além de alunos ouvintes, alunos surdos em sala de aula. Esse acontecimento tem me afetado diariamente, fazendo com que minha prática docente seja (res)significada a cada disciplina, a cada novo grupo de alunos, a cada inquietação. Tenho me proposto a refletir acerca do processo de institucionalização dos cursos de Letras-Libras no Brasil, pensando, especificamente, que lugar tem cabido a esses alunos no espaço da Ciência, considerando-se as políticas afirmativas que instrumentalizam as relações próprias de uma divisão social do acesso à universidade (LOPES, 2018).

No Brasil, muitas são as discussões que envolvem a temática da educação para as pessoas com deficiência. Em setembro de 2020, o Governo Brasileiro lançou, por meio do Decreto nº10.502, a *Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida*, significando-a como capaz de ampliar o atendimento educacional especializado a mais de 1,3 milhão de estudantes no país, garantindo às famílias e ao público da educação especial o direito de escolher em que instituição de ensino estudar, se em escolas comuns inclusivas, se em escolas especiais ou se em escolas bilíngues para surdos. Essa nova política tem sido elogiada por alguns e amplamente rechaçada por outros, já que retira a obrigatoriedade das escolas regulares realizarem a matrícula de estudantes com deficiência, o que é visto como um retrocesso para a educação inclusiva no país, num movimento de (in)visibilidades possíveis em estratos históricos particulares (HASHIGUTI, 2016), que produzirá efeitos no acesso dos sujeitos diversos (LOPES, 2016) à universidade.

Essas discussões vão se constituindo como *memória* e produzindo sentidos que vão dizendo sobre esses espaços de escolarização, sobre que

sujeitos os constituem, tal qual sobre as práticas que os significam. Assim, em meio a esse turbilhão de formulações que constituem um *dizer sobre* a inclusão escolar em nosso país, muitos são os problemas que se nos apresentam, especialmente quando a diferença se marca pela língua falada pelos alunos.

Nesse meandro, tenho buscado, atravessada pelos sentidos próprios à minha prática de ensino, pensar o sujeito surdo na relação com o processo de leitura em língua portuguesa, que, por lei (n° 10.436/2002), acaba sendo colocada como obrigatória para a modalidade escrita da relação cotidiana dos sujeitos surdos no Brasil. Para além disso, me inquieta reflexionar sobre como os surdos leem os textos-base para as disciplinas de um curso como o Letras-Libras, para disciplinas como as de Linguística, como a de Análise de Discurso (AD).

Tenho tentado promover uma escuta analítica de minha experiência empírica. Em minha posição de professora de Linguística, de analista de discurso, me indago a compreender de que ordem é a relação desses alunos com os textos selecionados para a disciplina de AD, como é a aula, como se dá a questão da interpretação, em língua de sinais, pelos intérpretes, das discussões promovidas em sala-de-aula.

Como dito em estudos anteriores (LOPES, 2019), no que se refere à disciplina de Análise de Discurso nos cursos de Letras-Libras, nacionalmente, a base teórica formulada por Fairclough acaba por dominar as discussões realizadas, num movimento que remete às *condições de produção* que corroboram a criação desses cursos no Brasil, tomando o currículo proposto pela Universidade Federal de Santa Catarina (primeira universidade a propor o curso) como um *dizer sobre* o que "deve" ser um curso de Letras-Libras, trazendo no bojo de sua constituição uma *memória* (PÊCHEUX, 2007).

Em nossa experiência, a disciplina de Análise de Discurso teve como base teórica Pêcheux, Orlandi e o conjunto de autores que tem assumido uma perspectiva materialista de trabalho. Muitas foram as dificuldades dos alunos surdos quanto à leitura dos textos selecionados, já que estes estão em língua portuguesa, mas, mais que isso, durante as aulas, percebi que o processo de leitura, de interpretação, estava, de certo modo, sendo marcado por uma falta de construção/reflexão crítica acerca dos sinais que seriam usados para significar cada uma das noções que estávamos discutindo.

Foi nesse ponto que percebi que havia a necessidade de pensarmos em algo que permitisse aos nossos alunos surdos ler as práticas discursivas relacionadas à Análise de Discurso, "um espaço de metaforização de relações sociais na produção de conhecimento" (ORLANDI, 2019[1]), uma nova textualização que fosse elaborada para produzir outros efeitos no leitor (surdo), a partir da qual ele pudesse não ser reduzido a um decodificador, a um consumidor de informação 'achatado' (ORLANDI, 2003).

Seria preciso pensar essa práxis simbólico-política na construção de um processo de interpretação sobre/da Análise de discurso, um elemento de mediação entre os alunos e a teoria, momento em que ponderamos sobre a produção de um artefato de leitura: o sinalário de AD, numa tentativa de suturar uma falta, num processo de "intercompreensão sempre inacabada e completa, possível de trazer outras questões, outros modos de significar" (ORLANDI, 2019).

Tomamos o artefato de leitura como um dispositivo de interpretação, de metaforização da vida social em seus possíveis modos de significar, de mediar a construção de um acontecimento científico, como um modo de metaforizar a própria vida (ORLANDI, 2019), em nosso caso, um modo de metaforizar o lugar do sujeito surdo na universidade, no curso de Letras-Libras, na relação com as discussões próprias à AD.

Como diz Orlandi (2019), não tomamos o artefato como uma engenhoca, um experimento ou uma máquina, mas como um dispositivo necessário para construir mediações em trabalhos com sujeitos sociais e com sentidos (sujeitos simbólico-políticos), em uma ciência que se valida como ciência da interpretação, como a AD. Desse modo, pensamos, corroborando as formulações da autora, a construção de um artefato, que tem como instrumento o discurso, enquanto observatório do confronto simbólico-político, produzido no funcionamento da linguagem e da ideologia.

[1] Todas as referências a ORLANDI (2019) são oriundas da transcrição e compreensão desta pesquisadora das formulações apresentadas pela Prof. Dra. Eni Orlandi, em sua conferência intitulada "Artefato nas Ciências Humanas: Um Sentido para Extensão", no X *Encontro Internacional* Saber Urbano e Linguagem: "*Artefatos* de Leitura", ocorrido em novembro de 2019, no Laboratório de Estudos Urbanos (LABEURB/UNICAMP).

Da construção do sinalário

Quando ponderamos que em uma ciência da interpretação como a Análise de Discurso não podemos não interpretar, já que nosso próprio objeto de trabalho é a linguagem, a construção de um artefato de leitura como o sinalário, que visa mediar a relação dos sujeitos surdos com a teoria, demanda que pensemos criticamente sobre ela.

Ao concebermos que "nosso método de trabalho é a interferência nos modos de ler" (ORLANDI, 2003, p. 11), devemos trabalhar

> politicamente a relação dos sujeitos com os sentidos procuramos aumentar a capacidade de compreensão do leitor, expondo-o a percursos de significação diferentes, abertos, sujeitos a equívoco. Não se trata de dar-lhes novos sentidos, mas de criar condições textuais, materiais, para que ele trabalhe a construção de arquivos – discursos documentais de toda ordem – que abram sua compreensão para sentidos outros, mesmo os irrealizados (ORLANDI, 2013, p. 14).

Nesse sentido, com o objetivo de construirmos este artefato de leitura, algumas atividades foram realizadas: 1. pesquisa sobre a existência de sinalários próprios de AD; 2. observação da tradução/interpretação feita espontaneamente pelos intérpretes em sala de aula pela docente/pesquisadora; 3. conversa com os intérpretes que acompanhavam a disciplina; 4. conversa ampliada com alunos, intérpretes e docentes do curso de Letras-Libras sobre a necessidade de construção um artefato que pudesse mediar essa relação do sujeito surdo com a AD; 5. formação do grupo de pesquisa que se dedicaria a esse trabalho, incluindo-se alunos (surdos e ouvintes), intérpretes, docentes com experiência na área de tradução e Libras, docentes surdos e docentes/pesquisadores da AD; 6. discussão para a seleção das noções que comporiam o sinalário (novas inserções foram sendo feitas na medida própria em que nos colocávamos na relação teoria e análise); 7. discussão teórica sobre as noções; 8. discussão sobre o modo de textualização do sinalário; 8. seleção dos trechos teóricos que seriam apresentados no sinalário como referências para as noções; 9. oficina de discussão teórico-analítica das noções, produção e validação de sinais pelos membros do grupo; 10. organização de uma versão preliminar do sinalário; 11. socialização da versão com os intérpretes da disciplina para que eles pudessem

fazer uso dos sinais convencionados durante a interpretação em sala de aula; e 12. validação pela comunidade surda dos sinais propostos/utilizados (que pôde ser observada ao notarmos que os alunos e intérpretes já faziam uso dos sinais durante as aulas e em outros eventos, tais como apresentações de trabalho de conclusão de curso, de projetos, e etc).

Para dar conta desse percurso, realizamos pesquisas individuais, reuniões coletivas, participamos de eventos expondo nossas percepções inconclusas e ouvindo o *feedback* de colegas da área discursiva, além de efetuarmos muitas oficinas de trabalho. Todas essas atividades estão documentadas em anotações de campo, com partes descritivas e reflexivas, contendo questões como a descrição dos sujeitos e do local, quais noções foram discutidas, o que estava sendo aprendido no estudo, novas ideias que surgiram, os procedimentos e as estratégias metodológicas utilizadas, problemas encontrados e percepções da docente/pesquisadora. Ainda como forma de registro de nossas ações, ao longo dos anos de 2018 e 2019, construímos uma versão preliminar do sinalário em que se encontram os recortes selecionados para cada noção, as gravações em vídeo da sinalização (ainda em caráter provisório, já que foram feitas durante nossas oficinas de trabalho) e a escrita dos sinais em *Sign Writing*[2]. O ano de 2020 estava sendo dedicado à gravação em estúdio dos sinais e à editoração do sinalário, ações que foram impactadas pelas regras de distanciamento social que nos foram impostas devido à pandemia da Covid-19.

Acredito que importem, para a compreensão do modo de construção teórica desse artefato, algumas reflexões feitas em relação à teoria e aos sinais utilizados que nos permitiram chegar à versão atual do sinalário. Algumas dessas considerações foram publicadas no artigo "Da AAD-69 ao Sinalário: leituras da/sobre a Análise de Discurso", em 2019, sendo aqui são retomadas e ampliadas.

Em nosso processo, tivemos como incômodo inicial a relação com o sinal já estabelecido em língua de sinais para "Análise de Discurso". Vejamos:

[2] Sistema de escrita da língua de sinais. Foi proposto por Valerie Sutton, em 1974.

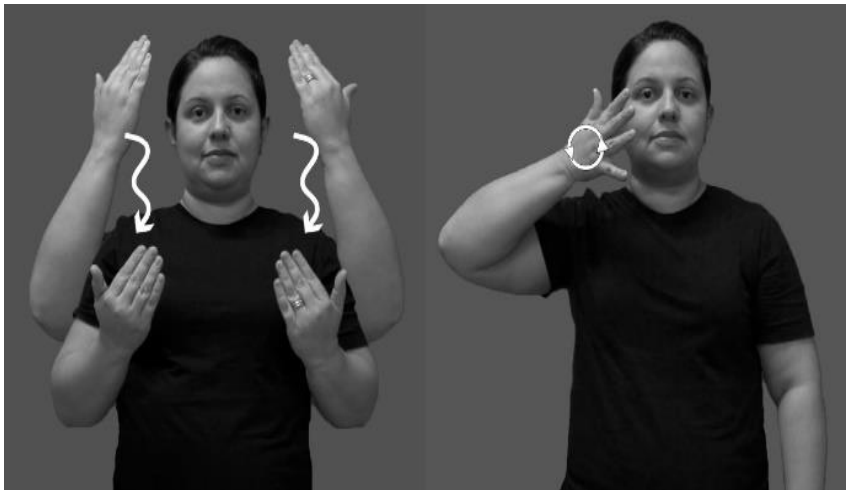


Figura 1- Sinal de Análise de Discurso em Libras.[3]

Quando observamos o sinal convencionado para AD, especificamente, naquilo que se refere a *discurso* (entendido consoante Pêcheux (1995) como efeito de sentidos entre locutores), vemos funcionar um sinal que se apresenta numa cadeia de significação que nos permite tomá-lo para dizer "palestra", "conferência", um sinal amplamente marcado pela base do oral, da língua que não é a do surdo. Não há como não pensar na equivocidade de sinalizarmos *discurso* perto do ouvido; equivocidade, tal qual discutida por Pêcheux (2002), que é constitutiva da linguagem, "nos colocando a importância de perguntarmos pelos sentidos em suas condições de produção, de colocarmos as interpretações em suspenso" (LAGAZZI, 2011, p. 504).

Figura 3 –
Sinal de Discurso (1) em Libras

Figura 2 –
Sinal de Discurso (2) em Libras.

[3] Agradeço aos colegas da Universidade Federal do Piauí: Pedro Júlio Santos de Oliveira, Mestre em Comunicação Social pela UFPI, Técnico em Multimídia, pela edição das imagens; Adila Silva Araújo Marques, Mestra em Estudos da Tradução pela UFSC, Professora do Curso de Letras-Libras, e Heron Ferreira da Silva, Graduado em Letras-Libras, Intérprete de Língua de Sinais/Português, pela cessão das imagens relativas aos sinais em Libras.

Nesse meandro, algo a ser analisado é o fato de que há uma outra possibilidade de sinalizar *discurso* que traria em si a marca da Libras na relação com a produção discursiva, mas que tem sido colocada em desuso pela própria comunidade surda, num movimento, em uma primeira análise, motivado pelo contato com a língua oral, remontando à acepção mais reproduzida pelo discurso lexicográfico, em sua evidência, que toma o *discurso* como uma "mensagem oral, geralmente solene e prolongada, que um orador profere perante uma assistência" (HOUAISS, 2019).

Nas primeiras aulas da disciplina, notamos que o processo entremeado pela leitura dos textos em língua portuguesa e pela tradução das aulas para Libras não permitia que o sujeito surdo ocupasse uma *posição-sujeito* a partir da qual lhe coubesse a possibilidade de um gesto de interpretação acerca da teoria.

Pensando na formulação de Orlandi (1998) de que

> [...] há uma injunção à interpretação. Diante de um objeto simbólico o homem tem necessidade de interpretar. Ele não pode não interpretar. Esta é uma injunção. E o homem interpreta por filiação, ou seja, filiando-se a este ou aquele sentido, inscrevendo-se nesta ou naquela formação discursiva, em um processo que é um processo de identificação: ao fazer sentido, o sujeito se reconhece em seu gesto de interpretação (ORLANDI, 1998, p. 19),

um processo que permite a abertura da possibilidade de leituras da/sobre a análise de discurso materialista, à comunidade surda, tinha de ser gestado.

Fazendo das aulas nosso próprio material de análise, uma compreensão nos fora possível: muitas das palavras utilizadas nos textos para abordar noções próprias à AD eram tomadas na evidência dos sentidos e, de modo análogo, traduzidas para a Libras: sinais como o de sentido na relação com sentir; o de pessoa utilizado numa relação de sinonímia com o de posição-sujeito; o de ideologia numa relação de algo que está escondido, que está por trás de algo; o de textos na linearidade do escrito sobre o papel; dentre outros.

A partir dessas observações, consolidamos a percepção da necessidade de produzirmos um sinalário de Análise de Discurso, trazendo à tona o papel do artefato de leitura como "teoricamente fabricado e que se apresenta como uma técnica sustentada em um método que é discursivo (o que é em si a produção

portanto de uma tecnologia de leitura) – a inscrição do sujeito nas redes significantes" (ORLANDI, 2003, p. 13), formulação que tomo para compreender o sinalário para além daquilo que é posto por Stumpf (2005), ao classificá-lo como um conjunto de expressões que compõe o léxico de uma determinada língua de sinais, nessa mesma esteira.

Observar esses artefatos como parte da relação com a sociedade e a história transforma-os "objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana" (ORLANDI, 2001, p. 08).

Tomar as diversas formas de discurso sobre a(s) língua(s) para análise permite efetuar leituras que as remetam às suas *condições de produção*, considerando-se a materialidade linguística na qual são produzidas, bem como os modos pelos quais se produzem conhecimentos em determinadas conjunturas históricas, observando-se e descrevendo os funcionamentos discursivos (NUNES, 2008).

Como dissemos anteriormente, a construção desse artefato se deu com base na participação dos sujeitos em um momento de levantamento coletivo das noções que se colocavam como relevantes para a compreensão da teoria, sua discussão, para que depois se pensassem possíveis sinais, que seriam, a *posteriori,* levados para sala de aula e validados pelo uso da comunidade surda.

Para explicitar um pouco do gesto analítico que tem sido feito para formularmos os sinais, selecionamos dois para apresentá-los: o de *ideologia* e o de *posição-sujeito*.

O sinal de ideologia já convencionado na comunidade surda traz em si a questão da ocultação, de que algo se esconde, opondo-se à ideia de *ideologia* enquanto o próprio funcionamento simbólico, em que as direções de sentido ganham corpo, *ideologia* não tomada como conteúdo, mas como processo. Como diria Orlandi (1994, p. 56), "a ideologia não é 'x', mas o processo de produzir 'x'".

Figura 4 - Sinal de Ideologia em Libras.

Então, se o simbólico se dá pelo atravessamento da *ideologia*, se a *ideologia* é algo que interpela o indivíduo enquanto sujeito (ALTHUSSER, 1976), se é processo, se é constitutiva dos próprios processos de significação, da relação do mundo com a linguagem, ou melhor, ela é condição para essa relação (ORLANDI, 1994), passamos a significá-la a partir do seguinte sinal:

Figura 5 - Sinal para Ideologia em Libras proposto para o Sinalário de AD.

A discussão sobre o sinal para *posição-sujeito* oferece um lugar de análise interessante. Nas primeiras vezes em que, como professora da disciplina de AD para alunos surdos, utilizei o termo em sala de aula, notei que os intérpretes usaram os sinais abaixo, que remetem a *pessoa*.

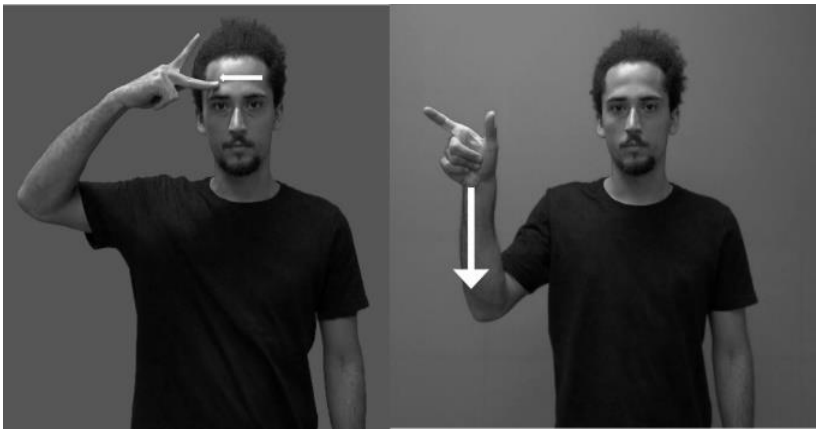


Figura 6 - Sinais para Pessoa em Libras.

Havia aí um efeito de sentido que colava a pessoa, o indivíduo, o sujeito biológico à noção de *posição*. Deixava-se de fora o simbólico, o histórico e a *ideologia*, que tornam possível a interpelação do indivíduo em sujeito. Para Orlandi (2005), *posição* é aquilo que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz, não é uma forma de subjetividade, mas um 'lugar' que ocupa para ser sujeito do que diz. Pêcheux (1995) chama de *posição-sujeito* a relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber (forma-sujeito). Isto posto, passamos a formular o sinal para *posição-sujeito* da seguinte maneira:

Figura 7 - Sinal para Posição-sujeito em Libras proposto para o Sinalário de AD.

Muitos poderiam ser os sinais a serem discutidos aqui. Mas, para finalizar a apresentação daquele que tem sido nosso investimento teórico-analítico que dá vazão à produção do sinalário de AD, gostaríamos de falar de um outro processo fundamental para a constituição do sinalário: o "batismo" dos autores pela comunidade surda, como parte da Cultura Surda. Pelo viés da AD, eu o

tomo como um acontecimento discursivo, um processo de nomeação, perpassado pelo simbólico, afetado ideologicamente. Como disse Costa (2012),

> gesto de nomear para nós é um dos modos de formular, de se interpor na relação indireta, opaca, da representação linguagem/pensamento/mundo pelo homem. É interpretar. É, por isso, também, dar corpo aos sentidos. É, ainda, levando em conta o que explica Orlandi [...], o gesto de nomear situa-se na fronteira entre o dito, o silenciado e o dizível (COSTA, 2012, p. 134).

E, em se tratando de AD, e, de pensar os pontos de constituição de uma memória sobre a teoria, na qual o "trabalho de Pêcheux retoma seu sentido e lugar", como diria Courtine (2005), não poderíamos finalizar este texto sem apresentar o sinal dado a Michel Pêcheux, como vemos abaixo:

Figura 8 - Sinal de Michel Pêcheux em Libras.

Um fecho aberto

Finalizo meu texto retomando Pêcheux (2016, p. 26) para afirmar que "a escuta analítica transforma alguma coisa pelo viés da 'intervenção'". Temos tentado, em nossos investimentos teórico-analíticos, compreender como os sujeitos surdos e suas práticas acadêmicas têm sido significadas em nossa sociedade. Mais especificamente, neste trabalho, buscamos enfatizar como a construção de um artefato de leitura como o sinalário em AD, permitindo gestos de interpretação sobre os textos de AD, sobre as aulas de AD, sobre a teoria de modo geral, pode se constituir como um observatório para compreendermos o funcionamento da linguagem e o próprio modo de subjetivação dos sujeitos surdos.

A interpretação intervém no real do sentido, colocando-nos face ao trabalho do analista, mas, sobretudo, fazendo com que percebamos que ela está inscrita no próprio objeto da análise na medida em que não há sentido (nem sujeito) sem interpretação (ORLANDI, 2003). Com o sinalário de AD, esperamos que os sujeitos surdos saiam dos processos de reprodução mnemônica, reconheçam-se em meio a "processos de subjetivação e a constituição da realidade desse/para esse sujeito" (ORLANDI, 2003), relacionando-se simbolicamente com os sentidos.

Referências

ALTHUSSER, L. Idéologie et appareils idéologiques d'État. In: *Positions*. Paris: Éditions Sociales, 1976.

COSTA, G. C. da. Denominação: um percurso de sentidos entre espaços e sujeitos. In: *RUA*, Campinas, SP, v. 18, n. 1, p. 134–147, 2012. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638291. DOI: 10.20396/rua.v18i1.8638291.

COURTINE, J. J. A estranha memória da Análise do Discurso. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs). *Michel Pêcheux e a análise de discurso:* uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (orgs.). *Língua e Cidadania*: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.

HASHIGUTI, S. T. Corpos e formas (in)visíveis: entre a regularização e a ruptura de sentidos. In: COSTA, G. C.; CHIARETTI, P. (orgs.). *Arte e Diversidade.* Trilogia Travessia da Diversidade. Vol.3. Campinas: Pontes, 2016.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. 2019. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#0. Acesso em 11 de setembro de 2019.

LAGAZZI, S. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. In: *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 11, n. 3, p. 497-514, set.dez/2011.

LOPES, M. O Sujeito Surdo e a Literatura Surda: sentidos possíveis. In: COSTA, G. C.; CHIARETTI, P. (orgs.). *Arte e Diversidade.* Trilogia Travessia da Diversidade. Vol.3. Campinas: Pontes, 2016.

LOPES, M. A institucionalização do curso de licenciatura em Letras-Libras no Brasil: língua, sujeitos e sentidos. In: *Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, SP, n.42, p.57-71, 2018.

LOPES, M. Da AAD-69 ao sinalário: leituras da/sobre a análise de discurso. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, n. 44, p. 222-237, 2019.

NUNES, J.H. (2008). Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. In*: Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107–124, jul.dez/2008.

ORLANDI, E. P. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. In: *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan.mar/1994.

ORLANDI, E. P. *Discurso e Texto*: formulação e circulação dos sentidos. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. (Org.). *A Leitura e os Leitores.* Campinas, SP: Pontes, 1998.

ORLANDI, E. P. Ler a Cidade: o arquivo e a memória. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Por uma enciclopédia da cidade*. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003.
PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*: uma Crítica à Afirmação do Óbvio. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
PÊCHEUX, M. *O Discurso*: Estrutura ou Acontecimento. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.
PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al*. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 2007.
PÊCHEUX, M. "Abertura do Colóquio". In: CONEIN, B. *et al*. *Materialidades Discursivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
PFEIFFER. C. C. *Que autor é este*?. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas-SP, 1995.
STUMPF, M. *Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais pelo sistema SignWriting*: Línguas de sinais no papel e no computador. Tese (Doutorado em Informática na Educação). Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em <http://ged1.capes.gov.br/CapesProcessos/919079-ARQ/919079_5.PDF>.

Ler, (d)escrever e interpretar os artefatos

Ana Cláudia Fernandes Ferreira

Introdução

> *Noutras palavras, na página em branco, uma prática itinerante, progressiva e regulamentada – uma caminhada – compõe o artefato de um outro "mundo", agora não recebido, mas fabricado. O modelo de uma razão produtora escreve-se sobre o não lugar da folha de papel. Sob formas múltiplas, este texto construído num espaço próprio é a utopia fundamental e generalizada do Ocidente moderno.*
>
> *Michel de Certeau*

As palavras que trago aqui, incitadas pela terceira mostra de pesquisa do X Encontro Internacional Saber Urbano e Linguagem – X EIS: Artefatos de leitura, buscam refletir sobre o trabalho de ler, (d)escrever e interpretar artefatos a partir da relação tensa e contraditória entre *língua imaginária* e *língua fluida* (Orlandi, 1985, 2009; Orlandi e Souza, 1988).

Tendo participado do evento como debatedora de uma mesa-redonda, comecei a escrever este texto me detendo na articulação e discussão de algumas das questões principais apresentadas pela mesa[1]. Mas não foi bem esse o curso que a escrita tomou. Vários caminhos de discussão teriam sido possíveis por meio de aproximações, da exploração de pontos de convergência, de distanciamentos e de especificidades. A partir deles, seria possível contribuir teoricamente para o desenrolar de comentários realizados naquele momento durante o debate. Mas essa pretensão inicial foi se modificando ao longo da escrita diante da necessidade que senti de elaborar algo *antes*: uma reflexão

[1] A mesa contou com os belíssimos trabalhos de Larissa Becko (Unisinos) sobre o mundo pop da história em quadrinhos tomada como artefato de divulgação científica; de José Horta Nunes (Labeurb/Unicamp) sobre a fotografia enquanto um artefato de pesquisa sobre as narratividades de transição espacial; e de Verli Petri (UFSM) sobre a construção de um "dicionário compartilhado" como artefato de leitura e escrita na escola e como observatório do funcionamento da língua de fronteira.

sobre aspectos teóricos que dão sustentação aos diferentes e produtivos caminhos de pesquisa que pude conhecer no evento.

A trajetória de exploração desse *antes* ocupou praticamente todo o espaço da escrita. O desejo de dizer sobre o que se quer saber é sempre limitado de inúmeras maneiras, dentre elas: pelo *silêncio*, em suas diferentes formas, em relação à linguagem (ORLANDI, 2002)[2]; pelas *condições de produção do discurso sobre o saber*, das quais fazem parte os percursos prévios e particulares do sujeito do conhecimento; e pelo *tempo presente da escrita*, que tem um curso muito mais imprevisível do que pode parecer quando construímos nossos projetos.

Da imprevisibilidade do curso da escrita não decorre que ela desembocaria em reflexões inéditas – "malgrado a ficção da página em branco, sempre escrevemos sobre algo escrito" (DE CERTEAU, 2014, p. 103) –, mas apenas que seu curso permite *confluir* reflexões, produzindo um (re)fazer-se de sentidos com outras/mesmas palavras.

A necessidade de trabalhar discursivamente a complexidade dos mais diversos artefatos, mobilizados ou construídos, tendo em vista o trabalho com, na e pela língua/linguagem, sempre esteve presente, de diferentes modos, em minhas pesquisas. É uma questão sempre me instigou e seus silêncios me impelem a continuar querendo falar dela.

Em minha formação, da graduação ao doutorado, realizei pesquisas no âmbito do Programa Interinstitucional História das Ideias Linguísticas no Brasil – HIL[3] que me levaram a querer compreender a discursividade dos processos de constituição dos saberes linguísticos[4]. Ao mesmo tempo, o lugar institucional que ocupo agora, como docente concursada na área de história das ideias linguísticas, tem exigido que eu me debruce mais detidamente sobre a

[2] A autora distingue três formas de silêncio: "a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar; e b) a política do silêncio, que se subdivide em: b 1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as "outras" palavras); e b 2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura)." (p. 23-24)

[3] O site do Programa HIL está disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil>. Acesso em: jun. 2020

[4] Em trabalho anterior (Ferreira, 2018), pude refletir sobre o papel da análise de discurso na constituição da história das ideias linguísticas no Brasil.

complexidade da relação entre língua, linguagem, artefatos e saberes na história. Dessa maneira, as reflexões que trago aqui resultam dos efeitos a) do papel da análise de discurso na institucionalização da área de história das ideias linguísticas como disciplina dos cursos do IEL da Unicamp, e de sua projeção no espaço acadêmico brasileiro; b) desse papel em meu percurso particular de formação nessa área; e c) de meu atual lugar institucional enquanto docente da área no DL do IEL da Unicamp.

A esse respeito, é interessante observar que sempre me considerei como linguista que faz história das ideias linguísticas a partir de uma perspectiva discursiva. Perspectiva esta filiada à análise de discurso, tal como ela vem sendo desenvolvida a partir dos estudos de Michel Pêcheux e de Eni Orlandi. Isso é interessante porque não me considero como analista de discurso que faz história das ideias linguísticas, o que indica como o modo de identificação teórica com as áreas do saber se constrói de percursos heterogêneos, da mesma maneira que o saber e suas divisões são menos fixas do que aparentam. No caso específico do processo de construção de meu vínculo teórico-histórico-institucional, tem sido muito forte, para mim, a tarefa de discutir e deslocar discursivamente a compreensão de algumas noções formuladas na história das ideias linguísticas e que não se filiam a essa perspectiva discursiva.

Diante isso, penso que as apresentações e o debate da mesa contribuíram para a elaboração de algumas considerações sobre o trabalho de ler e (d)escrever a relação entre a língua e o imenso e indefinido conjunto de artefatos a ela articulados. Considerações balizadas por indagações como: O que são artefatos de leitura? O que são artefatos? O que é escrever e ler? O que é ler, (d)escrever e interpretar (sobre) os artefatos e seus saberes? Qualquer construção humana é uma construção simbólica e, portanto, envolve algum tipo de escrita, algum tipo de leitura e algum tipo de saber. Ao lado disso, qualquer construção humana é passível de se tornar objeto de estudo enquanto um artefato a ler, a descrever, a interpretar.

Alguns de meus apontamentos e questões discutidos no evento estavam ligados a indagações fundamentais sobre diferentes sentidos possíveis para a palavra *artefato*. Palavra essa que pode ser tomada enquanto uma noção, ao lado de outras palavras que, por vezes, também podem ser tomadas como

noções. Naquele momento, pude recordar que as palavras *ferramenta* e *instrumento*, por exemplo, têm tido uma presença significativa enquanto noções discutidas nos domínios de estudos da análise de discurso e da história das ideias linguísticas. Embora possam ser consideradas como palavras sinônimas, não necessariamente o são e, ao mesmo tempo, não necessariamente são consideradas do mesmo modo enquanto noções.

Essas duas palavras, *ferramenta* e *instrumento*, já tinham chamado a minha atenção antes por uma razão mais específica, e, durante o evento, não pude deixar de recordar delas. Em francês temos a expressão *Le mauvais outil*, título de um livro de Paul Henry (1977) que, na versão brasileira foi traduzida como *A ferramenta imperfeita*. Ao lado disso, também temos em francês, a expressão *outil linguistique*, de Sylvain Auroux (1989, 1992a), traduzida como *instrumento linguístico* (AUROUX, 1992b). Foi de maneira diminuta, em um breve comentário de rodapé, que apontei para essa questão em um trabalho anterior (FERREIRA, 2015). Portanto, o presente trabalho é também uma maravilhosa oportunidade de retomar essa questão, buscando discuti-la de maneira aprofundada e, a partir dela, tratar da complexidade da relação entre língua, linguagem e artefato, discursivamente.

Desse modo, um primeiro aspecto a considerar é que nada impediria que a tradução de *mauvais outil* fosse, por exemplo, *instrumento imperfeito*, *ferramenta ruim* ou *instrumento ruim*. Ao lado disso, nada impediria que a tradução de *outil linguistique* fosse, por exemplo, *ferramenta linguística*. No entanto, considerando o efeito de cristalização das traduções, formular ou propor essas outras possibilidades de tradução produziria, hoje, certa estranheza.

Assim, há, em francês, uma mesma palavra – *outil* – mobilizada para noções diferentes e, em português, palavras diferentes – *ferramenta* e *instrumento* – para essas diferentes noções. A ferramenta imperfeita de que fala Henry é a linguagem em sua relação com a língua, ao passo que o instrumento linguístico de que fala Auroux são gramáticas e dicionários. É com base nessas considerações, esboçadas bem brevemente durante o debate no evento, que pude delinear aproximações e distinções teóricas fundamentais entre essas e outras palavras-noções no presente trabalho.

Para isso, começando pela noção de *linguagem imperfeita*, percorro diversos textos que discutem sobre a questão da língua, da linguagem, do impossível e dos artefatos e que problematizam a concepção instrumental da linguagem e da língua. A seguir, faço um trajeto pelas reflexões de S. Auroux sobre o papel dos artefatos na constituição dos saberes linguísticos na história humana, apontando para os modos pelos quais as noções de saber, de língua e de instrumento linguístico são significadas em suas reflexões. Com isso, discuto sobre os deslocamentos teóricos necessários que permitem uma compreensão discursiva não apenas dessas noções, mas do próprio processo de constituição dos saberes linguísticos. Por fim, essa reflexão me leva a outra, mais específica, em que mobilizo textos que discutem sobre as relações entre ler, (d)escrever e interpretar para pensar os artefatos de leitura no batimento entre língua imaginária e língua fluida.

A linguagem, a língua, o impossível e os artefatos

A noção de ferramenta imperfeita comparece na obra de P. Henry (1992 [1977]) em razão de suas análises sobre um incômodo que parte da filosofia, para a qual seria necessária uma linguagem perfeita, que seria a linguagem lógica, uma linguagem diferente daquela que muitos filósofos chamaram de *linguagem ordinária*. Conforme Henry, a linguagem ordinária é considerada por Frege como uma ferramenta imperfeita "porque [ela] deixa escapar um certo impossível, embaraça-o; porque nela se pode dizer algo que, para ele [para Frege], não existe" (p. 193). Henry nota que Frege não considera a língua e que a linguagem só poderia dizer do que existe. Mas Henry nota também que essa ferramenta imperfeita também incomoda os linguistas, de Saussure a Chomsky, embora de outros modos. Para os linguistas, há outro impossível que escapa, ligado ao que seria exterior à língua:

> "(...). Concluímos então que da linguagem nada escapa propriamente à língua, nada é exatamente sem relação com a língua, o que dá todo o alcance da afirmação de Saussure: é a língua que faz a unidade da linguagem. O embaraço dos linguistas é ainda maior quando se vêem obrigados a produzir a razão de um impossível que não tem fronteiras determináveis. Com o impossível ninguém tem compromisso, salvo o linguista. Esse impossível, enquanto defeito na relação da linguagem com

> a língua, é aquilo por que a língua existe, sua própria razão de ser. O objeto dos linguistas está sempre a ponto de lhes escapar. Com os critérios que adotam, eles estão inteiramente presos para estruturá-lo, para produzir a razão, para além de uma simples descrição, para, na ordem da linguagem, enunciar a diferença entre aquilo que é e não é da língua. Eles podem vir a divergir sobre esse ponto e não se privam de fazê-lo. Isso não impede que enquanto houver linguagem haja língua. E é aí que um real insiste, um real que não saberíamos contornar." (HENRY, 1992 [1977], p. 194-195)

Henry diz ainda que, com o reconhecimento desse real, o risco que se corre é reduzi-lo ao real de um sujeito, para que possa ser objetivado. Assim é que noções de *faculdade da linguagem* e de *língua como instituição social*, de *competência linguística* e de *intuição linguística* acabam funcionando como suportes para essa objetificação. Essa redução do real alivia o linguista e dá a ilusão de uma autonomia do eu, a partir da qual ele procura estudar a linguagem e a língua. De acordo com Henry, esse real da língua não tem a ver apenas com o sujeito, que acaba sendo tomado pelos linguistas como um "sujeito universal", mas com o sujeito na relação com o inconsciente e com a ideologia, com as dimensões do discurso e da história, que são constitutivas da linguagem.

Desse modo, para Henry, é justamente esse defeito, essa imperfeição da linguagem que faz com que a língua exista. É justamente essa imperfeição da linguagem que, na psicanálise pode ser pensada a partir de noções como lapso, ato falho por exemplo, e que, na análise de discurso, pode ser pensada a partir de noções como como *falha* (da língua) e *equívoco* (do discurso), por exemplo (ORLANDI, 1999). Dessa maneira, a linguagem e a língua são imperfeitas, elas não são apenas uma ferramenta, um instrumento para comunicação. Michel Pêcheux (1997) já dizia que a língua permite *comunicar e não comunicar*:

> "a expressão "instrumento de comunicação" deve ser tomada em sentido figurado e não em sentido próprio, na medida em que esse "instrumento" permite, ao mesmo tempo, a comunicação e a não-comunicação, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão do fato de não estar tratando, em primeira instância, da comunicação de um sentido." (PÊCHEUX, 1997, p. 93)

Pêcheux não nega que a língua seja tomada como um instrumento e nem como um instrumento de comunicação. No entanto, ele salienta que se trata de

um instrumento que, em aparência, serviria apenas para comunicar: aparentemente, seria uma ferramenta perfeita, que teria uma utilidade específica. Mas, como a língua é imperfeita, essa utilidade se amplia – a língua serve para outras coisas, inclusive para não comunicar – ao mesmo tempo em que pode ser questionada – a língua é inútil para comunicar, já que ela não comunica também, é imperfeita.

Mas, já que é assim, a linguagem, pela língua, pode dizer não apenas do que existe, mas também do que não existe. Como diz Benveniste (1991), o papel fundador da linguagem "instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que não existe, traz de volta o que desapareceu" (p. 27). E, como diz Saussure, lembrado acima por Henry, é a língua que faz a unidade da linguagem. Mas Henry salienta que essa unidade, no entanto, nunca se fecha, sendo, portanto, "um impossível que não tem fronteiras determináveis". O que faz lembrar a afirmação de Pêcheux e Gadet (2004): "O real da língua é o impossível".

Ainda a esse respeito, gostaria de apresentar mais detidamente a distinção entre *língua imaginária* e *língua fluida* de Eni Orlandi (1985), Eni Orlandi e Tania Clemente de Souza (1988) e Eni Orlandi (2009). Logo no início do texto de Orlandi e Souza (1988), as autoras atentam para a um aspecto da relação entre objeto e método:

> "Não vamos nos estender na reflexão sobre o fato de que por um jogo de espelhos, objeto e método se configuram mutuamente e a tal ponto que não distinguimos mais entre o instrumento e o objeto da observação. Um reflete o outro. Deriva daí a produção contínua de artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história.
> Artefatos, objetos-ficção, que nem por isso têm menos existência que o real." (ORLANDI e SOUZA, 1988, p. 27-28).

Podemos dizer que esse jogo de espelhos entre objeto e método produz *um efeito do artefato sobre o analista*. A compreensão, pelas autoras, desse efeito (embora não definida desse modo) se dá em razão de um questionamento sobre o que seria o objeto da observação do analista e por meio de que instrumento (método) se observa o objeto. No caso dos analistas de linguagem, o objeto é a língua. A definição de língua imaginária é formulada logo a seguir:

> "A esses objetos-ficção é que chamaremos línguas-imaginárias. São as línguas-sistemas, normas coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam fluidez e se fixem em línguas-imaginárias". (ORLANDI e SOUZA, 1988, p. 28)

A indagação sobre o processo de construção da língua pelo analista nesse percurso de reflexão também permite indagar sobre algo incontornável, nada banal, indagação sempre feita e refeita por estudiosos da linguagem: O que é a língua? Assim, retomando de Benveniste, Henry, Gadet e Pêcheux, a linguagem, cuja unidade se faz pela língua, é uma ferramenta imperfeita porque o real da língua é o impossível. Nesse sentido, a construção de línguas imaginárias busca responder ao impossível, muitas vezes contornando e subestimando esse real.

Essa concepção das línguas artefatos pela noção de *língua imaginária* está ligada aos percursos de reflexão da análise de discurso sobre a história das ideias linguísticas que questionam os efeitos da construção teórica e histórica do objeto língua. Ao mesmo tempo, tais percursos tornaram possível a formulação da noção de *língua fluida*. A língua imaginária, conforme Orlandi (2009), deve ser pensada em sua relação tensa e contraditória com o que lhe escapa o tempo todo, que é a língua fluida:

> "A *língua fluida*, por seu lado, é a língua movimento, mudança continua, a que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas. A que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição das formas e sentidos, nas condições de sua produção, na sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente. A que não tem limites. Fluida. Em nosso imaginário (a língua imaginária) temos a impressão de uma língua estável, com unidade, regrada, sobre a qual, através do conhecimento de especialistas, podemos aprender, termos controle. Mas na realidade (língua fluida) não temos controle sobre a língua que falamos, ela não tem a unidade que imaginamos, não é clara e distinta, não tem os limites nos quais nos asseguramos, não a sabemos como imaginamos, ela é profundidade e movimento contínuo. Des-limite." (ORLANDI, 2009, p. 18).

Segundo a autora, trabalhar com a relação tensa e contraditória entre língua imaginária e língua fluida é trabalhar "com a língua em seu funcionamento" (p. 19). Em outas palavras, a língua em seu funcionamento não

é a língua fluida, mas a relação tensa e contraditória entre língua imaginária e língua fluida. É nesse sentido que podemos compreender sobre o que é a língua sem cair em idealizações, acreditando que, sem os artefatos da língua imaginária, seria possível chegar à língua fluida. Ao mesmo tempo, essa compreensão também contribui para

> "(...) Não nos iludirmos com teorias e métodos milagrosos que se sustentam na crença absoluta de bancos de dados, esquecendo-se que o que temos nas línguas são fatos complexos e opacos. Com sua materialidade. Que nos desafiam em nossa capacidade de compreensão." (ORLANDI, 2009, p. 19).

Ter em vista o trabalho com a língua em seu funcionamento, pela relação tensa e contraditória entre língua fluida e língua imaginária, permite que o analista se volte sempre para a relação inescapável entre o real da língua, impossível de ser alcançado, e os artefatos que almejam esse impossível.

Artefatos de artefatos

De modo geral, é possível dizer que artefatos são construtos simbólicos presentes nos mais diversos modos de existência das sociedades humanas. Como não temos acesso ao real, não há algo que não seja engendrado pelo sujeito enquanto sujeito simbólico. A questão é como produzir saberes sobre esses artefatos que construímos.

Artefato, artifício, manufatura, dispositivo, utensílio, fabrico, aparelho, máquina, engenho, equipamento, aparelhagem, aparato, mecanismo, ferramenta, instrumento, utensílio, apetrecho, equipamento, confecção, feitura, montagem, técnica, tecnologia, fábrica, oficina, usina, indústria...

São sinônimos e não são. No sentido comum, em nossa forma social capitalista, na maior parte das vezes, os artefatos são significados como transparentes, como feitos para um fim específico, determinado, claro para todos, evidente. Mas os sentidos dx`os artefatos não estão nos artefatos, eles são produzidos pelo sujeito, na história. Conforme Eni Orlandi (1999), a materialidade do sujeito é histórica, ideológica e simbólica. Ela resulta do processo de interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Esse processo

de interpelação se dá por uma "relação constitutiva do sujeito com o simbólico: é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história" (p. 11).

Dito isso, passo a discutir sobre artefatos que vêm sendo bastante estudados na história das ideias linguísticas: os instrumentos linguísticos. Já há importantes deslocamentos teóricos realizados sobre a noção de *instrumento linguístico* a partir de uma perspectiva discursiva, e é a partir desses deslocamentos que a presente discussão se baseou.

A gramática e o dicionário são definidos por Sylvain Auroux (1992b) como instrumentos linguísticos que não apenas produzem "uma simples descrição da linguagem natural", mas que *prolongam* e *transformam* "a fala natural". Isso porque eles dão "acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor" (p. 69). *Prolongar* e *transformar* não é, portanto, *descrever* um objeto que existiria *a priori*, mas antes construir esse objeto por meio de instrumentos.

Na história das tecnologias de linguagem, instrumentos linguísticos como a gramática e o dicionário contribuíram de maneira decisiva para a delimitação do que entendemos hoje como sendo língua. Auroux mostra como o processo de gramatização intensificado no Renascimento pelo modelo latino durante o processo de constituição dos Estados Nacionais contribuiu, de maneira decisiva, para a delimitação do que seria uma língua, enquanto uma unidade, bem como para a delimitação de determinadas palavras da língua, enquanto suas partes[5]. Nesse sentido, podemos dizer que artefatos (instrumentos linguísticos) constroem artefatos (línguas nacionais).

Essas reflexões do autor se sustentam em uma concepção do conhecimento enquanto realidade histórica que tem uma temporalidade ramificada pela constituição cotidiana do saber. A espessura temporal dessa ramificação, para o autor, é limitada por um horizonte de retrospecção e por um horizonte de projeção, ambos produzidos pelo ato de saber.

O saber é aí tomado enquanto resultante de um ato, que seria cognitivo, e que, ao lado de outros atos de saber, produz uma ramificação que contribui para a constituição do conhecimento. O saber linguístico comparece como algo

[5] Esse processo, segundo Auroux, é também um processo de *linguicídio*, que reduziu amplamente o conjunto das línguas não instrumentalizadas ou pouco instrumentalizadas.

da ordem do empírico, como uma experiência de cognição relativa à uma competência linguística produzida com a ajuda de instrumentos linguísticos. É um saber que pode ser *epilinguístico* (não consciente, ou inconsciente no sentido de não-representado)[6] ou *metalinguístico* (representado e manipulado por meio de uma metalinguagem).

Auroux (1998) chega à consideração de que "A língua em si não existe". Segundo ele, o que existe são "sujeitos, dotados de certas capacidades linguísticas ou ainda de "gramáticas" (não necessariamente idênticas" envolvidos por um mundo de artefatos técnicos, entre os quais figuram (por vezes) gramáticas e dicionários" (p. 19). Considerar que a língua em si não existe não significa afirmar que nada existe, mas contestar o entendimento de língua *em si* e enquanto uma unidade isotópica e delimitável empiricamente. Dessa perspectiva teórica é que Auroux propõe sua noção de *hiperlíngua*: espaço-tempo estruturado por relações de comunicação entre diferentes indivíduos que têm atividades sociais, relações estas realizadas em certos ambientes e sobre a base de competências/aptidões linguísticas individuais que não são as mesmas, podendo ter acesso a instrumentos linguísticos (p. 19).

Ao discutir sobre os efeitos da automatização, Auroux (2001) considera os instrumentos linguísticos em termos da inteligência artificial – IA e os concebe como *extensões artificiais da inteligência humana*, que não apenas simulam uma aptidão humana, mas a transformam. A inteligência humana, segundo o autor, "é feita de artifícios, ela não é um dado bruto da natureza; ela é social e amplamente externa ao indivíduo, ela não é definível pela competência de um sujeito abstrato" (p. 320). O autor acrescenta que a evolução das sociedades "se constitui pela invenção de novos instrumentos e sua integração em comportamentos e relações humanas complexas", constituindo "um só tecido indissoluvelmente tecnossocial. (p. 320-321). Posteriormente, Auroux (2008) define os livros, as bibliotecas, as calculadoras etc. como *externalidades cognitivas* "que levam a ultrapassar as capacidades individuais por meio de instrumentos técnicos e significantes" (p. 125).

[6] Auroux observa que a noção de *epilinguístico* é emprestada de Culioli, que a define como "o saber inconsciente que todo locutor possui de sua língua e da natureza da linguagem", e assume que *inconsciente* significa *não-representado*. (p. 33)

Desse modo, em diferentes textos, a questão do artefato é articulada por Auroux relativamente à competência linguística ou à inteligência, tomadas como externas e consideradas não como da ordem de uma cognição individual, mas social. É em relação a esse percurso conceitual muito específico, no âmbito do que chama de historicismo moderado, que o autor se pergunta por relações de causa e efeito ligadas ao desenrolar do longo processo de constituição de saberes produzidos pelas revoluções tecnológicas da escrita, da gramatização e da mecanização da linguagem.

É interessante que as descrições e reflexões de Auroux sobre os saberes linguísticos produzidos na história humana podem ser compreendidas de outra maneira se tomadas em termos de condições de produção, discursivamente. De uma perspectiva discursiva, o sujeito que produz o saber ou o conhecimento não é um indivíduo psico-biológico-social com uma cognição externa, mas um sujeito de linguagem, sujeito à língua, à ideologia, à história. Enquanto sujeito de linguagem, ele não está simplesmente localizado em determinado espaço e tempo, mas inscrito em espacialidades e historicidades significantes, atravessadas por discursos, pela relação entre ideologia e inconsciente (no sentido psicanalítico do termo).

Do mesmo modo, o saber ou o conhecimento não são apenas um ato cognitivo, técnico e social e nem apenas os resultados acumulados desses atos. O saber é uma prática discursiva produzida em determinadas condições materiais de existência. Ele pode ser também, enquanto conhecimento, efeito da cristalização de algumas dessas práticas cujo discurso se consolidou por meio de processos de institucionalização e disciplinarização. É nesse sentido que os instrumentos linguísticos são considerados como objetos históricos, conforme Orlandi (2001):

> "(...) na perspectiva em que consideramos a produção do saber metalinguístico, não se trata de pensar o mero uso de um artefato mas da construção de objetos históricos, com consequências sobre as políticas das línguas. (...) Não falamos, então, dessa perspectiva, na função da gramática ou do dicionário, na escola, mas do funcionamento deles na relação do sujeito com a sociedade na história. Não se trata apenas de aplicação mas da constituição do saber e da língua, na instituição." (ORLANDI, 2001, p. 8)

Enquanto objetos históricos *em funcionamento*, os instrumentos linguísticos podem ser pensados em sua materialidade discursiva. Para isso, as análises sobre esses artefatos são empreendidas considerando sua materialidade linguística, ou seja, a língua em sua historicidade. Ou seja, não é possível prescindir da língua, em sua materialidade, para compreender os processos discursivos de historicização dos instrumentos linguísticos enquanto saberes metalinguísticos.

Retomando Pêcheux (2002 [1983]):

> "Eu disse bem: a língua. Isto é, nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional, mas aquilo que é colocado pelos lingüistas como a condição de existência (o princípio), sob a forma da existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan." (PÊCHEUX, 2002 [1983], p. 50)

> "(...) toda descrição – quer se trate da descrição de objetos ou de acontecimentos ou de um arranjo discursivo-textual não muda nada, a partir do momento em que nos prendemos firmemente ao fato de que "não há metalinguagem" – está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. (PÊCHEUX, 2002 [1983], p. 53)

Como a língua está sempre aberta a pontos de deriva, nenhuma metalinguagem conseguirá descrever, de uma vez por todas, o que *é* a língua. Não há metalinguagem possível – que possa falar da linguagem, como se a linguagem fosse transparente – que alcance o real da língua[7]. É esta a razão pela qual os instrumentos (meta)linguísticos estão sempre sendo re-construídos. A língua não existe em si enquanto uma unidade isotópica ou fechada não em razão de competências linguísticas diferentes, mas porque sua materialidade se constitui de pontos de deriva que afetam a relação entre forma e sentido.

[7] De todo modo, é importante destacar Auroux não ignora as discussões teóricas sobre o que seria ou não a metalinguagem. Em *A filosofia da linguagem*, ele faz uma discussão interessante a respeito do que chama de uma *recusa da metalinguagem* enquanto algo em comum às teses de Heidegger, Lacan e Wittgenstein.

Segundo Orlandi (1992), “A ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história” E continua: “Como o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação.” (p. 20). A autora observa ainda que a importância de considerar a especificidade da materialidade da língua não significa desconsiderar que Pêcheux faz menção a outras formas materiais.

De fato, a questão da língua e de sua materialidade era e continua sendo uma questão extremamente necessária a ser discutida, justamente porque ela tende a ser facilmente subestimada, contornada, ignorada ou recusada, inclusive pelos especialistas que a tomam como objeto, como salienta Pêcheux em vários trabalhos, notadamente em seu “Ler o Arquivo Hoje” (1997).

É nessa direção que compreendo a especificidade do primeiro projeto de História das Ideias Linguísticas no Brasil quando propõe, como tema, a relação intrínseca entre a construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Embora o projeto tenha abrigado diferentes perspectivas teóricas de trabalho, sua proposta, se realizada a partir de uma perspectiva discursiva, permite compreender como a constituição da língua nacional se dá por meio de discursividades que afetam a construção de instrumentos linguísticos e a implementação de políticas linguísticas. Essa incursão de pesquisas de analistas de discurso sobre a história das ideias linguísticas tem contribuído para que não apenas a materialidade linguística não seja subestimada, contornada, ignorada ou recusada, mas que a materialidade dos artefatos também não o seja.

Em análise de discurso e em história das ideias linguísticas, a constituição do dispositivo de análise pode ser compreendida como uma construção discursiva de artefatos de leitura. Por meio de um dispositivo que o analista constrói, ele vai buscando trabalhar a opacidade do discurso nos arquivos que pesquisa e nos materiais que toma como objeto, buscando compreender o funcionamento de gestos de interpretação que constituem esses materiais em suas condições de produção. Uma construção discursiva de artefatos de leitura é também a construção de um ler, (d)escrever e interpretar que se atém aos efeitos de artefatos sobre artefatos, considerando a relação entre o artefato e o impossível da língua.

Ler, (d)escrever, interpretar: a língua se inscreve e flui por entre artefatos

A leitura é uma questão importante e específica para Lacan, Althusser, Pêcheux enquanto autores que são mobilizados pela análise de discurso. De modo mais amplo é também uma questão para vários outros pensadores. Em suas reflexões sobre o trabalho de leitura de arquivo, Michel Pêcheux (1997) cita em epígrafe Michel de Certeau (2014, p. 241): "*A história dos rastros do homem através de seus próprios textos permanece em grande parte desconhecida*".

De modo geral, Michel de Certeau, nessa obra, busca mostrar como o cotidiano nos constitui e nos atravessa de diversas formas, e como isso está relacionado ao fato de que não é possível escapar ao jogo da linguagem. Ele vai mostrando como, em nosso cotidiano, fazemos outras coisas com as determinações que nos são impostas.

Em relação à questão da leitura, De Certeau critica uma concepção do leitor como mero consumidor passivo, discutindo sobre a não transparência do texto e buscando mostrar *o que fazemos quando lemos*. Ao mesmo tempo em que aponta como há diferentes tipos de leitura, o autor salienta que muitas das *reflexões sobre* diferentes tipos de leitura são realizadas por literatos, ou seja, por aqueles *que poderiam falar sobre a prática leitora*. Suas reflexões o afastam de definições meramente tecnicistas sobre o que é ler, sem deixar de considerar os efeitos das razões técnicas sobre seus "consumidores".

Segundo o autor, "Com efeito, ler é peregrinar por um sistema imposto (o do texto, análogo à ordem construída de uma cidade ou de um supermercado)." (p. 240-241). Ao lado disso, ler não é se informar, mas é desviar da "informação". Embora, cotidianamente, possamos ser tomados pelo efeito de transparência dos textos e de outros artefatos, sejam os que construímos, sejam os que consumimos, essa construção e esse consumo não são passivos, não são necessariamente o que se espera que sejam. Mesmo não sabendo do que se trata, o consumidor não necessariamente irá ler da maneira como se espera.

Tendo isso em vista, o autor escreve:

> "Uma política de leitura deve portanto articular-se a partir de uma análise que, descrevendo práticas há muito tempo efetivas, as torne politizáveis. Destacar alguns aspectos da operação leitora

> indica já como é que ela escapa à lei da informação." (DE CERTEAU, 2014, p. 244)

Podemos estender essa reflexão não apenas à leitura, mas também à escritura. Tanto De Certeau, quanto Pêcheux discutem sobre essa questão. Conforme Pêcheux (1997):

> "No cerne da questão: a ambiguidade fundamental da palavra de ordem mais que centenária: "aprender a ler e a escrever", que visa ao mesmo tempo a *apreensão de um sentido unívoco* inscrito nas regras escolares de uma assepsia do pensamento (as famosas "leis" semântico-pragmáticas da comunicação) e o *trabalho sobre a plurivocidade do sentido* como condição mesma de um desenvolvimento interpretativo do pensamento. (...)" (PÊCHEUX, 1997, p. 59).

Segundo De Certeau, as atividades de escrita e de leitura estiveram por muito tempo separadas no passado. Sua junção se deu pelo processo de generalização da escritura, a partir dos séculos XVII e XVIII, que "provocou com efeito a substituição do costume pela lei abstrata, das autoridades tradicionais pelo Estado e a desagregação do grupo em benefício do indivíduo" (p. 239). Ler e escrever são práticas que se uniram muito recentemente com a Instituição Escolar iniciada no século XIX e, hoje, são inseparáveis.

A esse respeito, é interessante pensar que o artifício da leitura e o artifício da escrita não são meras técnicas. São as condições de produção dos discursos de diferentes ofícios que determinam a construção de artifícios próprios de leitura e de escrita. E, embora políticas de escrita e leitura (explícitas ou não) que gerem essas práticas tendam a normatizá-las, tais práticas não se reduzem a essas normas. E é aí que a materialidade da língua se insinua sob a pretensa transparência da diversidade de textos escritos e lidos, bagunçando o que está estabilizado ao mesmo tempo em que torna possíveis novas normas e políticas de leitura e escrita. Materialidade linguística que se movimenta no âmbito das condições de produção do discurso, *des-instrumentalizando* os instrumentos[8].

[8] Isso funciona para qualquer instrumento linguístico, mas não deixa de ser interessante o surgimento recente de artefatos como o Desdicionário e o Greengo Dicionary. Esses, digamos, *des-instrumentos linguísticos* colocam em cena a relação tensa e contraditória entre saberes metalinguísticos produzidos por tecnologias de linguagem, como os dicionários e o Google, com outros tipos de saber linguístico que circulam em espaços de saber não legitimados por alguma autoridade intelectual "tradicional".

Desse modo, o *funcionamento* da leitura e da escrita não é uno, mas múltiplo, assim como o funcionamento da escrita.

Embora a escrita não seja o tema de De Certeau (2014), não é possível para o autor deixá-la de lado. O tema de sua obra está mais fortemente ligado à oralidade, pensada não como uma mera oposição de escritura, mas como indissociável dela. Conforme De Certeau, a triunfal *conquista* da economia escriturística da "modernidade" a partir dos séculos XVII e XVIII (p. 201) modificou a oralidade (ou a "voz do povo"):

> "Hoje, "registrada" de todas as maneiras, normalizada, audível em toda a parte, mas uma vez "gravada", mediatizada pelo rádio, pela televisão ou pelo disco, e "depurada" pelas técnicas de sua difusão. Onde ela mesma se infiltra, ruído do corpo, torna-se muitas vezes a imitação daquilo que a mídia produz e reproduz dela – **a cópia de seu artefato**" (DE CERTEAU, 2014, p. 202, grifos meus)

E, salientando que não há voz "pura", diz:

> "Inútil portanto sair em busca dessa voz simultaneamente colonizada e mitificada por uma história ocidental recente. Não existe, aliás, voz "pura", porque ela é sempre determinada por um sistema (familial, social, etc) e codificada por uma recepção. Mesmo que as vozes de cada grupo componham uma paisagem sonora – um sítio sonoro – facilmente reconhecível, um dialeto – um sotaque – se destaca por seu traçado na língua, como um perfume; mesmo que uma voz particular se distinga entre mil por acariciar ou irritar o corpo que ouve, instrumento de música tocado por essa mão invisível, não há tampouco unicidade entre os ruídos da presença, cujo ato enunciador influencia uma língua quando a fala. Deve-se por isso renunciar à ficção que reúne todos esses ruídos sob o signo de uma "Voz", de "uma cultura própria" – ou do grande Outro. A oralidade se insinua sobretudo como um desses fios de que se desfaz, na trama – interminável tapeçaria – de uma economia escriturística." (DE CERTEAU, 2014, p. 202).

A partir das palavras do autor, é possível compreender que a oralidade é domesticada pela escrita ao mesmo tempo em que resiste de seu interior enquanto um exterior constitutivo. Os artefatos de escrita colonizam a oralidade e a oralidade desestabiliza os artefatos de escrita. Em sua obra, De Certeau não fala especificamente de língua, mas em oralidade e, de modo mais amplo, de

linguagem ordinária (a partir de um diálogo com Wittgenstein), da qual não se pode escapar[9].

Já para Pêcheux, como vimos, interessa considerar não a *linguagem* propriamente, mas a *língua* (que inclui o ordinário do sentido): "Tentar pensar a língua como espaço de regras intrinsecamente capazes de jogo, como *jogo sobre as regras*" (PÊCHEUX, 1998, p. 27-28). De uma perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas, interessa pensar o modo como o cotidiano nos constitui e nos atravessa, pela linguagem, considerando as relações entre sujeito, língua, ideologia, inconsciente, história e política tal como elas foram definidas pela análise de discurso filiada aos estudos de Michel Pêcheux e de Eni Orlandi.

Assim, escrever não é dominar uma mera técnica, seja qual for o "uso" que se faz dela. Do ponto de vista do analista, ter isso em vista é fundamental para seu próprio processo de construção de artefatos de leitura. Efetuar a construção de artefatos de leitura a partir de uma perspectiva discursiva exige um trabalho de *leitura e escrita* que tem uma especificidade. Parafraseando Pêcheux (2002), diria que se trata de *ler, (d)escrever* e *interpretar*, isso porque a leitura e a escrita se fazem no batimento entre descrição e interpretação.

Algumas considerações

A página em branco sobre a qual lemos (d)escrevemos e interpretamos é um artefato atravessado e limitado pelo silêncio, pela linguagem e pela língua, como todos os outros artefatos. É também um espaço atravessado e limitado pelas condições de produção do discurso sobre o saber e pelo próprio tempo do presente da escrita. Metáfora do espaço da possibilidade da escrita, a página em branco é nosso *artefato fundador*. A partir dela, ao seu lado e ao lado de outras tecnologias de linguagem, a página em branco do analista possibilita, de uma maneira bastante particular, possibilita a criação de outros artefatos. Ler, (d)escrever e interpretar é peregrinar pela opacidade da página em branco mobilizando artefatos para conseguir criar o "próprio" artefato de leitura.

[9] A meu ver, De Certeau pode ser considerado entre os autores que realizam uma leitura não-positivista dos estudos de Wittgenstein.

Quando estou nesse percurso, sou de escrever mil vezes a “mesma coisa” e é por esse processo que vou conseguindo compreender algo novo: um saber! Depois, quanto mais leio e quanto mais escrevo, verifico que aquele saber que nem é tão novo assim... É novo apenas por ser outro modo de ler e escrever: efeito do escrito sobre o que já havia sido construído, efeito da língua na escrita, da língua na história: discurso.

Por fim, escrever acalma-e-desespera. Acalma porque escrevi: pretérito perfeito. Desespera porque todos os tempos são tempos imperfeitos e nunca se consegue escrever o que e como se quer. A escrita vai tomando rumos inesperados... No entanto, ela não vai nunca para qualquer lugar... Curiosamente, mesmo o impulso desesperado de escrever requer pausas e cortes. Eles podem se dar por razões inesperadas e urgências inúteis e, quando isso acontece, aquilo que parecia uma necessidade devastadora acaba se transformando em algo suportável. Quando não, é o próprio autor quem precisa fazer a interrupção para, assim, transformar suas inquietações em um novo artefato. Então, talvez o que mais aflija seja somente a página em branco. As palavras escritas, sempre inacabadas, retornarão em outros lugares, em outros tempos, em outros textos! Ou talvez se percam de vez e desapareçam... Porque a escritura também é um "sonho laborioso, ocupado pelo impossível ao qual ou do qual se acredita "falar" (DE CERTEAU, 2014, p. 224).

O trabalho da leitura, da escrita, da descrição e da interpretação de artefatos se faz por esse sonho impossível ao qual ou do qual acreditamos falar. Para quem trabalha com a língua, esse trabalho se dá na, com e sobre a língua, numa relação tensa e contraditória entre a língua imaginária e a língua fluida. Entre os artefatos e o impossível da língua, vamos inscrevendo a língua em nossos artefatos, ao mesmo tempo em que a língua flui por entre eles.

Referências bibliográficas

AUROUX, Sylvain. Introduction. Em: AUROUX, Sylvain (Dir.) *Histoire des idées linguistiques. Tome I. La naissances des métalangages en Orient et en Occident*. Liège-Bruxelles: Pierre Madarga, 1989.

AUROUX, Sylvain. Introduction. Le processus de grammatization et ses enjeux. Em: AUROUX, Sylvain (Dir.) (1992) *Histoire des idées linguistiques. Tome 2. Le développement de la grammaire occidentale*. Liège: Pierre Madarga, 1992a.

AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992b
AUROUX, Sylvain (com a colaboração de Jacques Deschamps, Djamel Kouloughli). *A filosofia da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
AUROUX, Sylvain. Língua e hiperlíngua. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, 1. Campinas: Pontes/HIL, 1998.
AUROUX, Sylvain. *A questão da origem das línguas seguido de A historicidade das ciências*. Campinas: RG, 2008.
BENVENISTE, Émile. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1991, 3ed.
DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014, 22ed.
FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. O papel e o poder fundador da linguagem na reflexão sobre conhecimento e tecnologia. *Entremeios: revista de estudos do discurso*, 11, jul-dez. Pouso Alegre: PPGCL/Univás, 2015.
FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. A análise de discurso e a constituição de uma história das ideias linguísticas do Brasil. *Fragmentum. Edição especial, História da Ciência da Linguagem, das Teorias Linguísticas, da construção do conhecimento sobre a(s) língua(s),* 2018.
HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992 (1977).
ORLANDI, Eni. Língua imaginária e língua fluida. Seminário IEL/Unicamp, 1985.
ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, 5ª ed.
ORLANDI, Eni. Ética e Política Linguística. *Línguas e instrumentos linguísticos*, 1, p. 7-16. Campinas, Pontes, 1998.
ORLANDI, Eni. Do Sujeito na História e no Simbólico. *Escritos*, 4. Campinas: Labeurb/Unicamp, 1999.
ORLANDI, Eni. Língua imaginária e língua fluida. Em: ORLANDI, Eni. *Língua brasileira e outras histórias. Discursos sobre língua e ensino no Brasil.* Campinas: RG, 2009.
ORLANDI, Eni; SOUZA, Tania Clemente. Língua imaginária e língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. Em: Eni Orlandi (Org.). *Política linguística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.
ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo (Orgs). *Língua e cidadania. O português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.
PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. *A língua inatingível*. Campinas: Pontes, 2004.
PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 (1975).
PÊCHEUX, Michel. Sobre a (Des-)construção das teorias linguísticas. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, 2. Campinas: Pontes, 1998 (1982a).
PÊCHEUX, Michel. Ler o Arquivo Hoje. Em: ORLANDI, Eni (Org.) *Gestos de Leitura. Da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 (1982b), 2 ed.
PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002 (1983), 3ed.

Relações entre língua, espaço e tecnologias: a *Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil* como artefato de leitura da cidade

Carolina Rodríguez-Alcalá

1. Os instrumentos técnicos e a leitura da cidade

No espaço da mostra de pesquisas deste *X Encontro Internacional Saber Urbano e Linguagem: Artefatos de Leitura*[1], gostaria de apontar algumas relações que podem ser estabelecidas entre língua, espaço e tecnologias, a partir da apresentação do projeto *Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil* (bvCLB). A bvCLB está constituída por um conjunto de gramáticas e dicionários elaborados no período da gramatização brasileira do português, a partir da segunda metade do século XIX, além de outros textos de referência sobre a língua nacional no Brasil. Sua construção é resultado de um projeto de colaboração internacional sobre história comparada das ciências intitulado *Relações Entrecruzadas das Ciências da Linguagem na Europa do Leste e no Brasil*. O projeto foi desenvolvido pelo Labeurb, em colaboração com uma equipe de especialistas em linguística eslava da Universidade de Lausanne, Suíça[2].

O objetivo dessa apresentação é contribuir para o debate que nos convoca neste Encontro sobre o lugar da leitura no processo de produção do conhecimento e sobre o papel que as tecnologias têm nesse processo. A proposta, nessa direção, é caracterizar a bvCLB como um artefato de leitura da

---

[1] Evento realizado no LABEURB, nos dias 27 e 28 de novembro de 2019.

[2] O projeto foi desenvolvido junto com a equipe do *Centre de recherche en histoire et épistémologie comparée de la linguistique d'Europe centrale et orientale* (CRECLECO), vinculado ao Departamento de Línguas Eslavas, do Instituto de Linguística e de Ciências da Linguagem da Universidade de Lausanne, no quadro do Acordo de Cooperação Científica Internacional com essa instituição celebrado pela UNICAMP (Processos Unicamp No. 01-P-22955-02 e No. 01-P-22951/2002). A etapa inicial do projeto foi realizada entre 2003 e 2007, sob coordenação de Patrick Sériot, professor titular dessa instituição, e minha. O projeto teve o apoio da UNICAMP, através do *Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão* (FAEPEX) e do *Programa de Apoio a Projetos Institucionais* (PAPI) do *Serviço de Apoio ao Estudante* (SAE), que concederam bolsas e recursos financeiros para a aquisição de equipamentos, a digitalização das obras e a construção da página eletrônica. O projeto contou também com a parceria da Biblioteca do IEL/UNICAMP, que cedeu obras de seu acervo para digitalização.

cidade para, a partir disso, esboçar algumas observações sobre a noção de artefato, sua relação com a língua, com o espaço e com o saber urbano.

Alguns esclarecimentos preliminares fazem-se necessários para situar essa proposta.

Em primeiro lugar, cabe perguntar-se: em que sentido o conhecimento sobre a cidade envolve um trabalho de leitura e qual é o papel dos artefatos técnicos nesse trabalho?

Nas pesquisas na área saber urbano e linguagem em que nos inscrevemos, tomamos a cidade como objeto de linguagem e a analisamos através do dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso (doravante AD). A cidade é, dessa perspectiva, "um espaço simbólico, que tem sua materialidade e suas formas específicas de significar" (ORLANDI, 1999). Construir artefatos que permitam *ler* os sentidos que se formulam e circulam na cidade é, portanto, como afirma Orlandi (2003, p. 7), uma tarefa central para compreender a constituição do próprio espaço, bem como dos sujeitos e das relações sociais que nele se instituem. É preciso considerar que esses sentidos não são transparentes – daí a necessidade de uma leitura que atravesse sua opacidade – e que, sempre de acordo com a autora, podem ser produzidos em e através de discursos orais ou escritos e ter como base – ou *meio* – diferentes matérias significantes (palavras, imagens, sons, vídeos, etc.) (*ibidem*, p. 15; 1995)

Uma segunda questão a ser respondida é: o que um artefato digital como a bvCLB, constituído por gramáticas, dicionários e outros textos sobre a língua, tem a ver com a cidade?

Traremos, para tanto, algumas reflexões surgidas da articulação, que propomos em nossos trabalhos, entre as áreas saber urbano e linguagem e história das ideias linguísticas (doravante HIL) (cf. RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2008; 2011a; 2018; 2019)[3]. A constatação de que a história da língua e das ideias linguísticas está, por diversas vias, estreitamente ligada à história da cidade

[3] Esses trabalhos, inscritos na linha de pesquisa *estudos da língua, escrita e cidade* do LABEURB, estão vinculados ao Programa de Pesquisa História das Ideias Linguísticas, desenvolvido no Departamento de Linguística do IEL, em parceria com diversas instituições brasileiras e internacionais. A descrição do Programa, bem como os projetos desenvolvidos e as publicações, podem ser consultados na página www.unicamp.br/iel/hil.

levou-nos a caracterizar as *tecnologias linguísticas* como *tecnologias urbanas*. Se, como propõe Auroux (1992; 1995), a escrita, as gramáticas e os dicionários, assim como as mais recentes tecnologias digitais, são *instrumentos* que intervêm na constituição da própria língua e do saber linguístico, o que sustentamos é que tais instrumentos participam, ao mesmo tempo e no mesmo movimento histórico, da constituição da cidade e do saber urbano.

É nessa direção que propomos pensar a noção de *artefato*, a ser relacionada não somente aos instrumentos técnicos, como também à língua e ao espaço-tempo que resultam desse trabalho histórico de instrumentação.

Passemos, primeiramente, à descrição da bvCLB.

2. A "compreensão entrecruzada" das ciências

O objetivo geral do projeto desenvolvido com a equipe da Universidade de Lausanne foi estudar os percursos e as transformações de noções científicas – relativas à gramática, à norma, às teorias linguísticas, à própria língua – nos diferentes países da Europa do Leste e da América Latina, com foco principal no Brasil. A partir da noção de "compreensão entrecruzada" (*éclairage croisé*), buscamos relacionar a história desse conhecimento à história das sociedades que o produzem, em suas semelhanças e diferenças. O projeto visou, também, tornar disponíveis para um público amplo textos importantes e às vezes mal conhecidos ou de difícil acesso para a história da constituição das línguas e do conhecimento linguístico nesses diferentes espaços nacionais.

A construção da bvCLB respondeu, assim, ao desafio de construir um artefato que, pelo próprio formato, desse sustentação à pesquisa contrastiva, permitindo pôr em relação textos dessas diferentes tradições científicas.

Para atingir esse objetivo, a bvCLB foi concebida como uma página eletrônica "em espelho" com uma página similar da equipe da Universidade de Lausanne, com textos de referência para a linguística eslava. Essa articulação será feita através de dois mecanismos:

- a construção de um sistema de navegação multilíngue, apoiado na criação de palavras-chaves comuns, traduzidas em português, russo, inglês e francês;

- a elaboração de fichas das obras, incluindo um resumo das mesmas em duas línguas: a língua original (português ou russo) e inglês.

O intuito é permitir que a busca de uma noção a partir de quaisquer das quatro línguas em questão – por exemplo, *gramática* (português), *грамматика* (russo), *grammaire* (francês) ou *grammar* (inglês) – leve a todas as obras indexadas de acordo com essa palavra-chave, em ambas as páginas, independentemente da língua original em que foram escritas.

A elaboração do artefato envolve diversas etapas, que incluem a seleção, a digitalização e o tratamento textual das obras; a construção das páginas eletrônicas; a elaboração e a tradução das fichas e das palavras-chaves; a construção do sistema de buscas e a articulação das páginas.

Descrevemos brevemente, a seguir, o estado atual do projeto.

3. A construção da bvCLB

O primeiro passo para a construção da bvCLB foi a seleção das obras mais significativas para a história das ciências da linguagem no Brasil, sem perder de vista a disponibilidade de acesso a elas para digitalização[4] e a legislação brasileira vigente relativa aos direitos autorais[5]. A relevância do período da gramatização brasileira do português que foi inicialmente selecionado justifica-se a partir da ampla e consolidada produção da equipe de pesquisadores das ideias linguísticas no Brasil (discorreremos sobre essa questão no item 4).

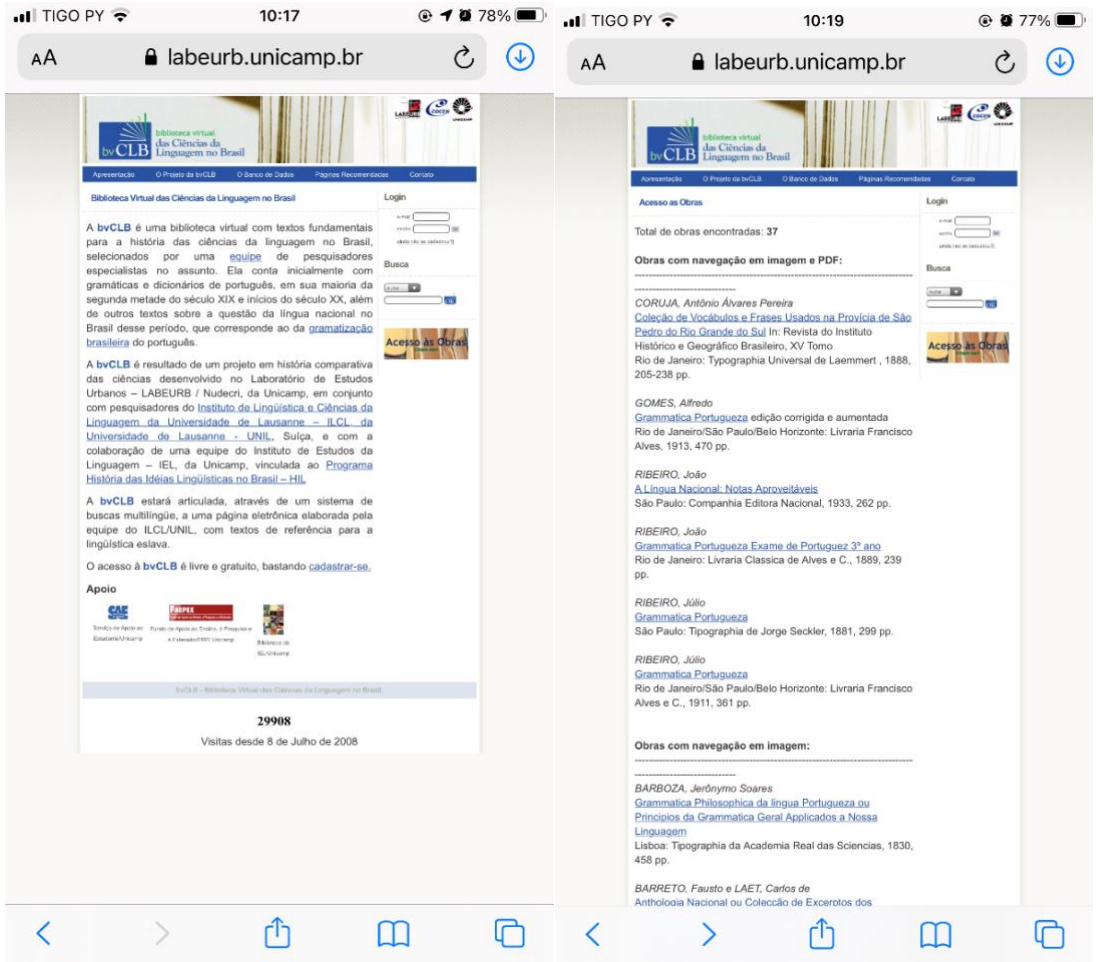
O acervo conta atualmente com 37 obras digitalizadas em formato JPEG, disponíveis para navegação em imagem, das quais 7 estão tratadas através do programa OCR (*Optical Character Recognition*) e disponíveis em formato PDF, para realização de buscas textuais e *download* dos arquivos. Está prevista também a elaboração de uma versão em formato HTML.

O acesso à bvCLB é gratuito e pode ser feito no endereço www.labeurb.unicamp.br/bvclb. É preciso realizar um cadastro simples (as informações solicitadas são o nome, o vínculo institucional, o país e o correio

[4] Além das obras cedidas pela biblioteca do IEL, como mencionado, a equipe contou com obras de acervos pessoais.

[5] Conforme estabelecido no Artigo 41, Capítulo III, Título III, Lei No. 9.610, de 19 de fevereiro de 1999: "Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil."

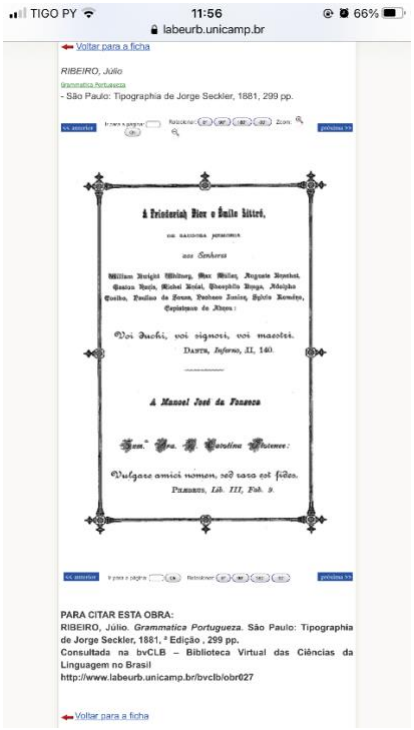
eletrônico do usuário), o qual tem por objetivo acompanhar e possibilitar pesquisas sobre a circulação e o percurso de leitura dos textos.



Figuras 1 e 2 – Página da bvCLB. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

A maior dificuldade para a construção do acervo é o grande esforço de correção que o tratamento textual das obras exige, tarefa realizada pela equipe de bolsistas. As páginas amareladas, rasgadas, com rasuras, a tipografia e a ortografia da época (século XIX e inícios do século XX) dificultam enormemente o reconhecimento dos caracteres pelo programa OCR, produzindo muitos erros. Adicionalmente, para a elaboração da versão em PDF, houve um cuidado em manter o *layout* das obras o mais próximo possível de sua publicação original, como podemos observar nas figuras 3, 4, 5 e 6 a seguir.

Figuras 3 e 4 – RIBEIRO, Julio. Grammatica Portugueza (1881). Versão JPEG à direita e PDF à esquerda. Acervo da bvCLB. Acesso em 15 de dezembro de 2020.



Figuras 5 e 6 – RIBEIRO, Julio. Grammatica Portugueza (1881). Versão JPEG à direita e PDF à esquerda. Acervo da bvCLB. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

A página da bvCLB contém também uma apresentação do projeto de pesquisa em que foi desenvolvida, a descrição do processo de construção do banco de dados, além de indicações sobre outras bibliotecas digitais e páginas eletrônicas de interesse para a história das ciências da linguagem. A apresentação inclui uma breve reflexão sobre as relações entre escrita, gramática e cidade, com foco no processo de constituição da língua e do espaço nacionais no Brasil, ideia que começávamos a esboçar na época (cf. RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2008). É sobre essa questão que nos deteremos a seguir.

4. A constituição das línguas e dos espaços de vida: entre técnica, ciência e política

Um pressuposto geral das pesquisas em HIL é que a história das ciências da linguagem compreende a criação da escrita e a elaboração de gramáticas e dicionários. Esses instrumentos tecnológicos, afirma Auroux (1992), são os pilares do conhecimento sobre a língua antes mesmo de a Linguística se instalar como disciplina moderna, a partir do século XIX, com os trabalhos da linguística histórica e comparada e, já no século XX, com a obra de Ferdinand de Saussure, que delineou os contornos atuais da disciplina.

Baseadas nesse pressuposto geral, as pesquisas em HIL realizadas a partir da perspectiva da AD têm por objeto, especificamente, a relação dessas tecnologias e do saber que sobre elas se apoia com os processos políticos que determinam o funcionamento das sociedades (cf. RODRÍGUEZ-ALCALÁ; 2011a, p. 205; 2014). A emergência da escrita, da gramática e do dicionário, a *forma* que tais instrumentos assumem ao longo da história, explicam-se a partir de uma relação tensa e indissociável entre as condições *tecnolinguísticas* e *sociopolíticas* em que foram elaborados[6] (cf. RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2006;

[6] Assim, por exemplo, a especificidade de uma gramática de francês do período clássico e de guarani nas missões jesuíticas, ambas elaboradas na mesma época e a partir do mesmo modelo greco-latino, não se explica *somente* em virtude dos aspectos *técnicos* envolvidos na adaptação desse modelo gramatical a uma língua tipologicamente mais próxima (francês) ou distante (guarani) do grego ou do latim. Fatores *extralinguísticos*, relativos à finalidade dessas gramáticas (AUROUX, 1992), ao *valor* das línguas descritas, à imagem de seus locutores e ao tipo de sociedade instituída nesses diferentes contextos políticos intervirão igualmente na estruturação e no funcionamento *internos* dos instrumentos linguísticos elaborados. Esses fatores determinarão diferenças nos procedimentos técnicos de formulação das regras, de seleção dos exemplos, bem como no estatuto da norma e da própria escrita nessas línguas (cf. RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2006; 2014; RODRÍGUEZ-ALCALÁ e NUNES, 2008).

RODRÍGUEZ-ALCALÁ e NUNES, 2008). Os *instrumentos linguísticos* (AUROUX, 1992) são por isso, ao mesmo tempo, *objetos históricos* (ORLANDI, 2001), *documentos* em que é possível analisar os processos sociais e políticos que neles se materializam.

É nessa perspectiva discursiva da HIL que se insere nossa proposta de introduzir o espaço, os processos de espacialização, para refletir sobre esses processos linguísticos e sociopolíticos. Tal proposta vai ao encontro de um postulado central que enunciamos na área de saber urbano e linguagem, a saber, que *sujeitos, sentidos (linguagem)* e *espaço* se constituem em um mesmo processo simbólico e político que se opera na história (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2002; 2011b; 2014; 2018; 2019). Trazer esse postulado para o campo da HIL consiste em estender a relação indissociável pressuposta na constituição desses três termos à constituição das *ideias* sobre eles, que estão na base tanto do *saber* – científico ou *cotidiano* (FERNANDES, 2020) – produzido, como das *políticas* que historicamente visaram regulá-los.

Essa ideia surgiu de uma constatação inicial na leitura do conjunto de pesquisas realizadas na área de HIL: todos os *processos de gramatização* que se desencadearam a partir da escrita estiveram associados a *processos de urbanização*, nas mais diferentes formas que tais processos assumiram ao longo da história, de acordo com as condições econômicas, sociais e políticas muito heterogêneas em que se operaram (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2008; 2011a, p. 199; 2018). Essa constatação levou-nos a voltar a atenção para uma coincidência *inaugural* e muito sintomática, a saber, a de que *escrita e cidade nascem juntas*, que a *revolução da escrita* (AUROUX, 1992) é contemporânea da *revolução urbana* (CHILDE, [1936] 1978), fez parte dos processos políticos, econômicos e culturais que produziram a emergência histórica da cidade (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2008; 2011a). A referência emblemática para ambas as revoluções é a cidade de Uruk, na antiga Suméria (Mesopotâmia), em finais do terceiro milênio antes de nossa era (AUROUX, 1992; CAVIGNEAUX, 1992; LIVERANI, 2006).

Tal regularidade é uma constante em todos os momentos-chaves para a HIL na história de Ocidente:

- a criação da escrita e o desenvolvimento da gramática na Antiguidade clássica coincidem com o processo de formação da *polis* grega e da cidade romana;
- a gramatização dos vernáculos europeus, a partir do Renascimento, acompanhou o processo de urbanização operado a partir de finais da Idade Média e os fatores políticos, econômicos e socioculturais associados: a formação dos Estados nacionais, o desenvolvimento do capitalismo mercantil, a demanda pelo acesso à cultura letrada da nova classe burguesa, entre outros (cf. AUROUX, 1992).
- a gramatização massiva das línguas do mundo (*ibidem*), desencadeada nessa mesma época com a grande expansão europeia, esteve vinculada à implantação do modelo urbano ocidental nos territórios das sociedades conquistadas, aí incluído o atual território brasileiro (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a; 2018).

O objetivo da construção da bvCLB é construir um artefato para observar essas relações entre escrita, gramática e cidade no Brasil, confrontando-as com as que se constituíram em outros espaços nacionais, em particular, da América Latina e da Europa do Leste. Nosso ponto central, a partir de uma leitura dos instrumentos linguísticos e de outros textos sobre as línguas, é compreender de *modo articulado*: a) a constituição *das línguas* e *do espaço* territorial brasileiro (primeiramente como colônia de Portugal, depois como Estado independente), em sua relação com a constituição dos *sujeitos* e da *sociedade* nacionais; b) o *saber* produzido sobre esses objetos (*línguas, espaços, sujeitos*), e c) as *políticas* historicamente instituídas para regulá-los.

Apresentamos, a seguir, alguns elementos que orientam a leitura proposta[7].

[7] Além de algumas das referências na área de HIL no Brasil mais relevantes para a presente discussão que serão citadas, o conjunto de autores que embasam nossa exposição pode ser consultado na bibliografia, bem como na própria página eletrônica do Programa HIL no Brasil.

5. A língua e os processos de espacialização: do Brasil colônia à unidade do Estado nacional independente

A reflexão linguística no Brasil durante todo um primeiro período da colonização, a partir do século XVI, teve como objeto exclusivo as línguas indígenas, com a finalidade de permitir a comunicação oral e a instrução religiosa das populações locais. O trabalho foi realizado por missionários jesuítas, que criaram a escrita e elaboraram gramáticas e dicionários do tupi, além de traduções de textos religiosos para essa língua. A primeira gramática, *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, foi publicada em 1595, mas o manuscrito circulava já desde algumas décadas anteriores.

Essa política de transformação da língua esteve associada à política de transformação do espaço colonial, através da implantação das primeiras aldeias indígenas, separadas das vilas e cidades portuguesas. Tratava-se de instituir uma *ordem urbana*, assentada sobre uma ideia de *permanência* – dos *sujeitos* (no espaço) e de suas *línguas* (na escrita) – inexistente para as sociedades locais, seminômades e de tradição oral (cf. RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2002; 2008; 2011a). Era necessário, para tanto, *fixar a língua* e *fixar o índio*, "fazê-los viver quietos", como dizia o padre Manuel da Nóbrega (cf. RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a, p. 209-210; RODRÍGUEZ-ALCALÁ e NUNES, 2008). Limitar a mobilidade da língua e de seus falantes, para podê-los *catequizar* – sinônimo, nos documentos da época, de *civilizar* –, era uma estratégia central para estabelecer o controle político sobre estes (*ibidem*; RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2008).

A publicação do *Diretorio dos Índios*[8] pelo Marques de Pombal, primeiro-ministro do Rei José I, em 1757, representou uma mudança de orientação dessa política linguística e territorial. De um lado, o decreto proibiu as línguas indígenas e instituiu a obrigatoriedade do uso e do ensino exclusivos do português, "língua do Príncipe" (§ 6); paralelamente, determinou a transformação das aldeias indígenas em povoações e vilas portuguesas (§ 1 e 2). A ideia de *disjunção* ou *divergência* das línguas e dos espaços demarcados para esses diferentes sujeitos – índios e portugueses –, que sustentara

[8] *Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Magestade não mandar o contrário*, consultado em Almeida (1997).

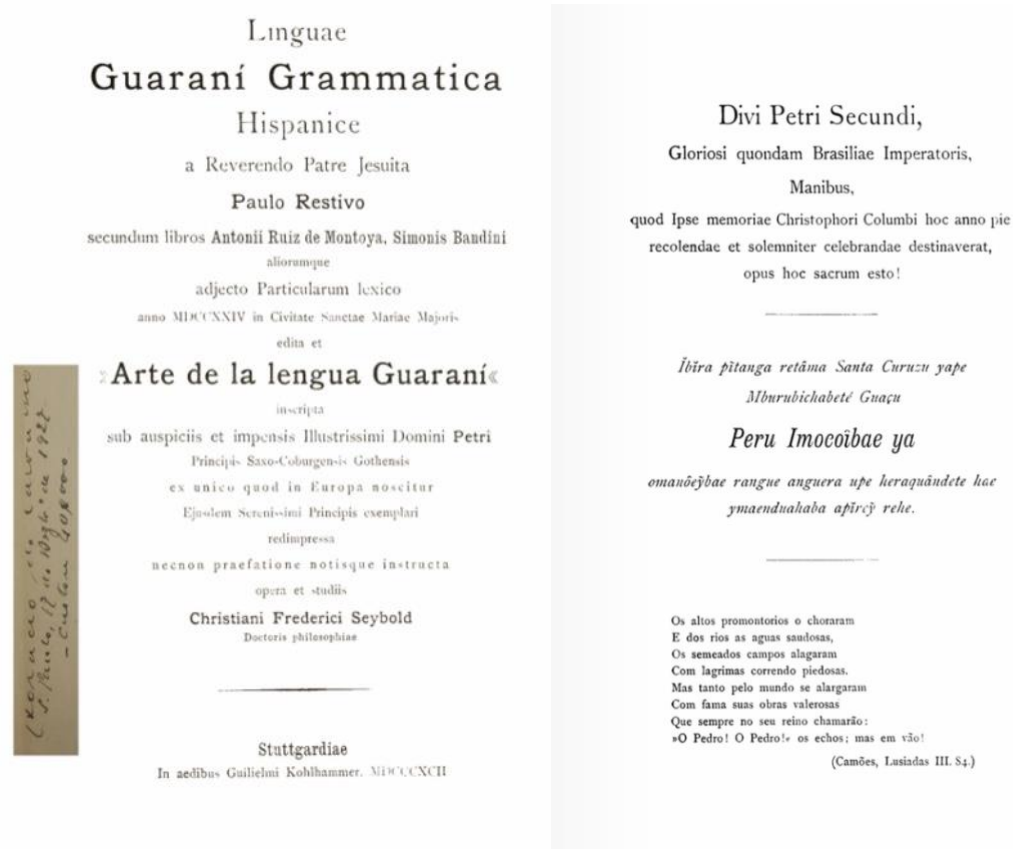
inicialmente o projeto colonial, é substituída, nesse documento, por uma ideia de *convergência* em torno de uma *língua* e um *espaço comuns*, que intervirá na progressiva constituição da unidade do Estado nacional independente[9] (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a).

A reflexão linguística, a partir de então, passou a ter como foco o português, que se tornou objeto de ensino e de discussões nas diversas Academias fundadas nesse período (cf. MARIANI, 2001). Os primeiros trabalhos gramaticais sobre o português do Brasil, escritos por autores brasileiros, entretanto, apareceriam somente no século XIX, intensificando-se de forma decisiva a partir da segunda metade do século, o que desencadeou a *gramatização brasileira do português* (ORLANDI e GUIMARÃES, 2001). A característica desse período é que os estudos da linguagem no Brasil passaram a apresentar-se como uma questão brasileira, ao ser colocada em debate a questão do português do Brasil e não somente a questão do português, que tinha como modelo a língua de Portugal (*ibidem*; ORLANDI, 2002; 2009). Tratava-se de descrever a língua tal "como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal", como dizia o gramático Macedo Soares (cf. ORLANDI, 2002). Através da construção da unidade e da legitimidade da língua falada no Brasil, pela produção de um conhecimento científico sobre ela, visava-se reafirmar a unidade e a legitimidade do próprio Estado nacional independente, frente a Portugal (cf. ORLANDI e GUIMARÃES, 2001).

Esse processo de gramatização esteve vinculado ao processo de urbanização que se operou na mesma época no Brasil, caracterizado por um aumento significativo das cidades e pelos fatores decorrentes desse fenômeno: a estruturação da instituição escolar e de outras instituições administrativas, a ampliação da cultura letrada e do público leitor, entre outros. Essa reorganização

[9] Conforme discutimos em outro trabalho (cf. RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a), a construção de uma *língua comum*, associada à emergência de um novo *espaço comum* de civilidade, é um projeto que sustentou a formação das nações europeias alguns séculos antes. No Brasil, tal projeto esteve marcado pelas contradições características de um país surgido da separação de uma nação já constituída, Portugal. Um exemplo disso são as polêmicas surgidas no século XIX, posteriormente à independência, em torno do próprio *nome* da língua, homônimo daquele da antiga metrópole: a língua da nova nação devia chamar-se de *portuguesa* ou *brasileira*? (cf. ORLANDI, 2002; 2005; GUIMARÃES, 2004; MARIANI e SOUZA 2000; DIAS 1996). Uma questão que, como afirma Orlandi (2005, 2009), não deixa de importunar até hoje nas discussões sobre a língua nacional brasileira.

interna do território nacional foi contemporânea do processo de demarcação de suas fronteiras externas, tanto ao norte como nas regiões do oeste e do sul, com as nações limítrofes em formação a partir dos antigos domínios coloniais espanhóis. A gramatização das línguas indígenas amazônicas, como o apurinã (cf. BEZERRA, 2021); as reedições (uma delas com dedicatória ao Imperador Dom Pedro II, escrita em latim e guarani e acompanhada de versos de Camões - cf. figuras 7 e 8) das gramáticas e dicionários coloniais elaborados nas missões da antiga Província Jesuítica do Paraguai, no contexto dos conflitos territoriais que estiveram na base da chamada Guerra do Paraguai (1864-1870); a implantação de escolas nas fronteiras com a Argentina, ainda *"vazias"* em inícios do século XX (cf. LEMOS, 2019), são alguns exemplos dessa articulação entre língua, escrita, espaço e instituições nas políticas de construção e legitimação da unidade do Estado e de suas fronteiras.


Linguae
Guaraní Grammatica
Hispanice
a Reverendo Patre Jesuita
Paulo Restivo
secundum libros Antonii Ruiz de Montoya, Simonis Bandini
aliorumque
adjecto Particularum lexico
anno MDCCXXIV in Civitate Sanctae Mariae Majoris
edita et
»Arte de la lengua Guaraní«
inscripta
sub auspiciis et impensis Illustrissimi Domini Petri
Principis Saxo-Coburgensis Gothensis
ex unico quod in Europa noscitur
Ejusdem Serenissimi Principis exemplari
redimpressa
necnon praefatione notisque instructa
opera et studiis
Christiani Frederici Seybold
Doctoris philosophiae

Stuttgardiae
In aedibus Guilielmi Kohlhammer. MDCCCXCII

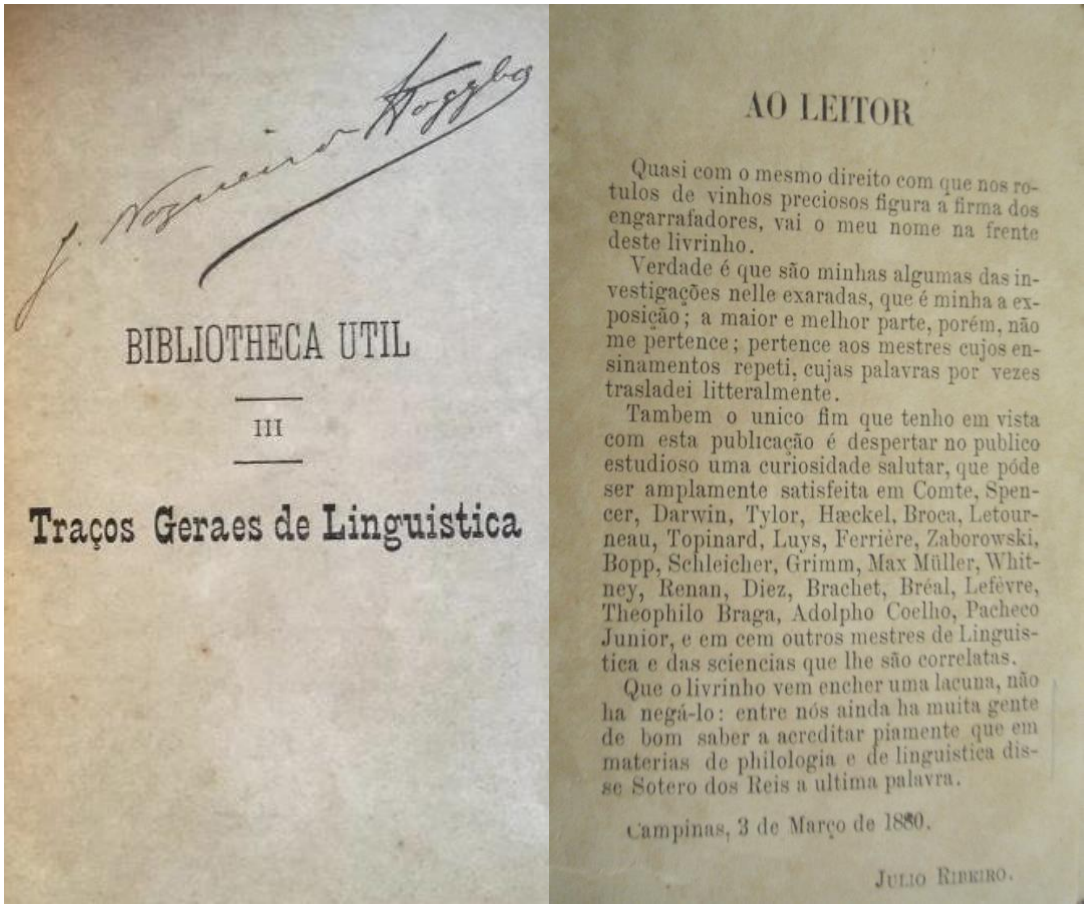
Divi Petri Secundi,
Gloriosi quondam Brasiliae Imperatoris,
Manibus,
quod Ipse memoriae Christophori Columbi hoc anno pie
recolendae et solemniter celebrandae destinaverat,
opus hoc sacrum esto!

Ibira pitanga retâma Santa Curuzu yape
Mburubichabeté Guaçu
Peru Imocoîbae ya
omanôeÿbae rangue anguera upe heraquândete hae
ymaenduahaba apîrcÿ rehe.

Os altos promontorios o choraram
E dos rios as aguas saudosas,
Os semeados campos alagaram
Com lagrimas correndo piedosas.
Mas tanto pelo mundo se alargaram
Com fama suas obras valerosas
Que sempre no seu reino chamarão:
»O Pedro! O Pedro!« os echos; mas em vão!
(Camões, Lusiadas III. 84.)

Figuras 7 e 8: RESTIVO, Paulo. Arte de la lengua guaraní. Stuttgart, 1892. Consultada em https://digital.bbm.usp.br. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

A gramatização brasileira do português sentou as bases para a posterior institucionalização da Linguística no país, já na segunda metade no século XX, com a contribuição decisiva de Joaquim Mattoso Câmara Jr. (cf. ORLANDI e GUIMARÃES, 2001; 2007; ORLANDI, 2002; GUIMARÃES, 2004; BALDINI, 2005; LAGAZZI, 2002). Cabe observar, entretanto, que a publicação do primeiro tratado brasileiro de Linguística, *Traços Geraes de Linguistica*, de Julio Ribeiro, data de 1880 – sendo anterior, portanto, a sua *Grammatica Portugueza*, de 1881, considerada a obra *fundadora* (ORLANDI, 2000; 1993; ORLANDI e GUIMARÃES, 2001) do período da gramatização brasileira. Tal tratado, porém, permaneceria desconhecido para os estudiosos da história das ideias linguísticas, até sua descoberta por pesquisas recentes (cf. AQUINO, 2016). Isso fez com que a obra não entrasse em aquilo que Auroux (1992) chama de *horizonte de retrospecção* das ideias linguísticas, o que constitui um fato historiográfico da maior relevância à espera de estudos mais aprofundados.



BIBLIOTHECA UTIL

III

Traços Geraes de Linguistica

AO LEITOR

Quasi com o mesmo direito com que nos rotulos de vinhos preciosos figura a firma dos engarrafadores, vai o meu nome na frente deste livrinho.

Verdade é que são minhas algumas das investigações nelle exaradas, que é minha a exposição; a maior e melhor parte, porém, não me pertence; pertence aos mestres cujos ensinamentos repeti, cujas palavras por vezes trasladei litteralmente.

Tambem o unico fim que tenho em vista com esta publicação é despertar no publico estudioso uma curiosidade salutar, que póde ser amplamente satisfeita em Comte, Spencer, Darwin, Tylor, Hæckel, Broca, Letourneau, Topinard, Luys, Ferrière, Zaborowski, Bopp, Schleicher, Grimm, Max Müller, Whitney, Renan, Diez, Brachet, Bréal, Lefèvre, Theophilo Braga, Adolpho Coelho, Pacheco Junior, e em cem outros mestres de Linguistica e das sciencias que lhe são correlatas.

Que o livrinho vem encher uma lacuna, não ha negá-lo: entre nós ainda ha muita gente de bom saber a acreditar piamente que em materias de philologia e de linguistica disse Sotero dos Reis a ultima palavra.

Campinas, 3 de Março de 1880.

JULIO RIBEIRO.

Figuras 9 e 10: RIBEIRO, Julio. Traços Geraes de Linguística. Campinas: Livraria Popular de Abílio A. S. Marques, 1880. Acervo pessoal. Gentileza de José Edicarlos de Aquino.

Na leitura dos instrumentos linguísticos produzidos no período da gramatização brasileira do português percebemos que a imagem de língua que sustenta a construção da norma está estreitamente associada à imagem da cidade, significada como lugar de *civilização* e de *escolarização*. O imaginário ocidental da escrita e urbano, que em um primeiro período orientara o trabalho linguístico, estruturando as relações entre *europeus* e *índios*, deslocou-se neste segundo período para a relação *interna* entre *brasileiros* e *brasileiros*: estes serão significados – e hierarquizados – a partir de sua inscrição no espaço (*urbano/não urbano*) e do domínio das tecnologias linguísticas (*letrados/iletrados*) (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a). Como apontado em um trabalho anterior (*ibidem*), uma vez implantada uma *ordem urbana* no território brasileiro ao longo do período colonial, esse imaginário ocidental passou a opor, de um lado, os que vivem na *cidade* ou no *campo*, como analisado por Payer (2001), que mostra que estes últimos nunca são *sujeitos de enunciação*, mas *objetos sobre os quais se enuncia*. De outro lado, no interior do espaço da cidade, o referido imaginário passou a situar, em um extremo, o *analfabeto*, como analisado por Silva nas definições dos dicionários, nas quais quem não domina a escrita é significado como um sujeito intrinsecamente *incapaz* (SILVA, 1996, 2015); no extremo oposto, é colocado o *sujeito urbano escolarizado*, que ao *bem dizer* a língua constrói também sua urbanidade, seu lugar na cidade (PFEIFFER, 2001a e 2001b). Como afirma Nunes (2001), em relação aos dicionários:

> Ao se debruçar sobre o espaço urbano, o lexicógrafo de certo modo desenha as cidades, introduz nela os sujeitos, delimita espaços, representa as relações sociais [...]. O dicionário funciona como um agenciador dos falares da cidade, na medida em que capta e distribui as significações que identificam espaços e sujeitos citadinos. De um lado, absorve os discursos urbanos (administrativos, científicos, literários, mediáticos). De outro, representa-os em seu interior, de modo que eles aparecem como significações da língua. (NUNES, 2001, p. 101)

Esses processos de significação que podem ser analisados nas gramáticas e nos dicionários intervêm, assim, na constituição da língua, dos sujeitos e do espaço urbano, permitindo-nos refletir sobre a noção de *artefato*.

6. A noção de *artefato*: dos instrumentos técnicos à língua e ao espaço-tempo de vida

A palavra *artefato* está formada historicamente a partir do latim *artefactus*, "feito com arte". *Arte*, de acordo com A. Rey (2000), constitui uma das palavras mais complexas e definidoras da chamada cultura ocidental. Seus sentidos não se limitam àquele de "belas artes", que a partir da filosofia estética alemã dos séculos XVIII e XIX passaria a ser associado de maneira quase exclusiva à palavra. Entre técnica, ciência, método, aplicação, *arte* remete a tudo aquilo que é resultado do trabalho de transformação da natureza feito pela "mão do homem" ("*manu-faturado*"). Isto é, *arte* é tudo aquilo que é da *ordem da cultura*, por oposição à *ordem da natureza*.

As gramáticas e os dicionários, da *concepção tecnológica* que sustenta as pesquisas em HIL, não são a descrição de um *objeto real* bem delimitado que existiria enquanto tal no mundo, de uma capacidade *natural* que estaria distribuída homogeneamente entre todos os locutores de uma língua (AUROUX, 1992; 1998). As gramáticas e os dicionários são *artefatos*, construídos por certas sociedades ao longo da história, que permitem instrumentar a língua e prolongar a capacidade linguística de seus locutores, possibilitando-lhes o acesso a um corpo muito maior de regras e formas do que pode figurar em único indivíduo (*ibidem*).

O trabalho de instrumentação das "línguas naturais" através desses artefatos, afirma Auroux, não deixa essas línguas intactas, mas as transforma, o que faz delas *artefatos*. Como sustenta o autor (1998), a língua, objeto dos linguistas, concebida como unidade homogênea, com fronteiras nítidas e independentes do espaço, das circunstâncias e dos locutores, não existe enquanto tal no mundo, mas é um *artefato* que resulta de um trabalho histórico de instrumentação realizado através das tecnologias linguísticas.

Mas essas tecnologias, como apontado, participam também na instrumentação do espaço-tempo da cidade. De um lado, enquanto tecnologias do *registro*, da *permanência*, as tecnologias da escrita são artefatos que permitem lidar com as necessidades econômicas, políticas e jurídicas que a administração da cidade coloca (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a; 2018). De outro

lado, promovem processos de significação que são indissociáveis desses e de outros aspectos técnicos que intervêm na produção *material* do espaço urbano.

Nessa concepção que poderíamos também chamar de *tecnológica* da cidade e do espaço-tempo, de modo geral, este não se confunde com o espaço físico *natural*, *já dado*, de vida humana, mas constitui também, em si mesmo, um *artefato*. Isto é, a *cidade* – assim como qualquer outra *forma histórica* de espaço-tempo –, concebida como unidade geográfica e temporal, com fronteiras nítidas, mensurável e divisível independentemente das circunstâncias e dos sujeitos da percepção, não existe enquanto tal no mundo, mas é um *artefato* produzido por um trabalho tecnológico de instrumentação realizado em condições históricas e políticas particulares (cf. RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2018; 2011a).

No Brasil, a cidade e a escrita surgem nas condições específicas da colonização europeia, que promoveu um trabalho articulado de instrumentação massiva dos espaços-tempo e das línguas do mundo a partir do modelo urbano e gramatical ocidental. Através de suas tecnologias cartográficas (mapas, bússolas, astrolábios, relógios, calendários...), os europeus segmentaram e categorizaram o espaço e o tempo *fluidos* do planeta (estabeleceram os pontos cardeais, a divisão dos hemisférios, a contagem do tempo...), produzindo o que chamamos de *espaço-tempo imaginário*, *cartográfico*, organizado a partir de Ocidente (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2018) — assim como produziram, através da tecnologia gramatical, o que Orlandi e Souza chamaram de *língua imaginária*, num gesto de construção de uma unidade homogênea que manterá sempre uma relação tensa, contraditória com a *fluidez* real da língua, que está em contínuo movimento e que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas (cf. ORLANDI e SOUZA, 1988, p. 34; ORLANDI, 2009, p. 18).

Compreender a historicidade dessas categorias gramaticais e urbanas ocidentais, portanto, é fundamental para desnaturalizar a relação que temos hoje com nossas línguas e nossos espaços de vida e compreender o funcionamento das sociedades. O interesse da bvCLB é analisar, especificamente, as características particulares da implantação desse modelo ocidental comum nas condições sociais, políticas e culturais muito diferentes do Brasil e demais países da América Latina e da Europa do Leste.

Conceber as línguas e os espaços-tempo como *artefatos*, produzidos, por sua vez, por outros *artefatos* (instrumentos técnicos), é considerar que a vida humana em seu conjunto é *produzida pelas mãos dos homens*, é situá-la definitivamente na *ordem da cultura*, reconhecendo que a *ordem da natureza* é opaca e em si mesma inatingível.

Bibliografia

ALMEIDA, R. H. de. *O diretório dos índios*: um projeto de 'civilização' no Brasil do século XVIII. Brasília, Editora da UnB, 1997.
AQUINO, José Edicarlos de. *Júlio Ribeiro na história das ideias linguísticas no Brasil*. 2016. 1 recurso online (354 p.). Tese de doutorado defendida no Departamento de Linguística do IEL/UNICAMP, sob orientação de Carolina M. Rodríguez Zuccolillo, em 2016.
AUROUX, Sylvain. Língua e Hiperlíngua, *Línguas e Instrumentos Linguísticos,* **1**. Campinas, Pontes/Programa HIL, 1998, p. 17-30.
AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.
AUROUX, Sylvain. *Histoire des idées linguistiques*. Le développement de la grammaire occidentale. Vol. II, Lièges/Bruxelas, Mardaga, 1992b.
AUROUX, Sylvain. *Histoire des idées linguistiques.* La naissance des métalangages en Orient et en Occident. Vol. 1. Lièges/Bruxelas, Mardaga, 1989.
AUROUX, Sylvain. *Filosofia da Linguagem*. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.
BALDINI, Lauro. *Um linguista na terra da gramática*. Tese de doutorado defendida no Departamento de Linguística do IEL/UNICAMP, sob orientação de Eni de Lourdes P. Orlandi, em 2005.
BEZERRA, Diego M. Nascimento, *A Gramatização do Apurinã no Século XIX*: Língua, Sujeito e Espaço. Tese de doutorado em andamento no Departamento de Linguística do IEL/UNICAMP, sob orientação de Ana Claudia Fernandes Ferreira, com coorientação de Carolina M. Rodríguez Zuccolillo.
DIAS, Luiz Francisco. *Os sentidos do idioma nacional*. Campinas, Pontes, 1996.
CAVIGNEAU, Antoine, L'écriture et la reflexion linguistique em Mesopotamie, em AUROUX, Sylvain, *Histoire des idées linguistiques*. Vol 1, p. 99-118
CHILDE, Vere Gordon. *A Evolução Cultural do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978 (tradução de Man Makes Himself, 1936).
DESBORDES, Francoise, La naissance de la reflexion linguistique occidentale, In: AUROUX, Sylvain, *Histoire des idées linguistiques.* Vol 1.
ERNAUT, Alfred e MEILLET, Antoine. *Dictionnaire etymologique de la langue latine. Histoire des mots*. Paris, Klincksieck, 2001 (1ª edição: 1932).
FERREIRA, Ana Cláudia F. Saberes Linguísticos Cotidianos. In: *Revista Porto das Letras,* Vol. 6, Nº 2. 2020.
FERREIRA, Ana Cláudia. *A Linguística entre os nomes **da** linguagem* – uma reflexão na História das Ideias Linguísticas no Brasil. Campinas, RG Editora, 2013.
GUIMARÃES, Eduardo *História da semântica*. Campinas, Pontes, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni (orgs.). *Un dialogue atlantique*. Lyon, ENS-Editions, 2007.
GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni (orgs.) *Língua e Cidadania*: O Português no Brasil. Campinas, Pontes, 1996.
LAGAZZI, Suzy. The Portuguese Language in the Institutionalization of Linguistics. In: GUIMARÃES, E., Barros, Diana L. P. (orgs.). *History of Linguistics* 2002. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002, v. 1, p. 149-156.
LEMOS, Marilene. *Entre espaços, sujeitos e línguas*: a produção da fronteira em Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) nos relatos de viagens. Tese de doutorado defendida no Departamento de Linguística do IEL/UNICAMP, sob orientação da Profa. Dra. Carolina M. Rodríguez Zuccolillo, em 2019.
LIVERANI, Mario. **Uruk.** La primera ciudad. Barcelona, Editions Bellaterra, 2006 (Tradução de *Uruk, la prima città*, 1998).
MARIANI, Bethânia. O Papel das Academias Literárias e da Política do Marquês de Pombal, ORLANDI, Eni (org.). *História das Idéias Lingüísticas*: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas/Cáceres, Pontes/Unemat, 2001.
NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil*. Análise e História do Século XVI ao XIX. Campinas, Pontes, 2006.
NUNES, José Horta. O Espaço Urbano: A "Rua" e o Sentido Público. In: ORLANDI, E. (org.). *Cidade Atravessada*. Os Sentidos Públicos no Espaço Urbano. Campinas, Labeurb/Pontes/CNPq, 2001, pp. 101-109.
ORLANDI, Eni P. *Língua Brasileira e Outras Histórias*. Discurso sobre a Língua e Ensino no Brasil. Campinas, RG Editores, 2009
ORLANDI, Eni P. *A Cidade dos Sentidos*. Campinas, RG Editores, 2004.
ORLANDI, Eni P. *Língua e Conhecimento Lingüístico*. Campinas, Pontes, 2002.
ORLANDI, Eni P.(org.). *História das Idéias Lingüísticas:* Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas/Cáceres, Pontes/Unemat, 2001.
ORLANDI, Eni P. O Estado, a Gramática, a Autoria: Língua e Conhecimento Lingüístico, *Língua e Instrumentos Lingüísticos*, 4/5. Campinas, Pontes/Projeto HIL, 2000, p. 19-34.
ORLANDI, Eni P. (org.) *Discurso fundador*. A formação de um país e a construção da identidade nacional. Campinas, Pontes, 1993.
ORLANDI, Eni P. *Terra à Vista*. Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo. São Paulo/Campinas: Cortez/ Editora da Unicamp, 1990.
ORLANDI, Eni P. e GUIMARÃES, Eduardo (orgs.). *Institucionalização dos Estudos da Linguagem.* A Disciplinarização das Idéias Lingüísticas. Campinas, Pontes, 2002.
PAYER, M. O. 2001. O Rural no Espaço Público Urbano. In: ORLANDI, E. P. (org.). 2001. *Cidade Atravessada.* Os Sentidos Públicos no Espaço Urbano. Campinas: Labeurb/Pontes/CNPq.
PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Campinas: Editora da Unicamp (Tradução de *Les veritées de la Palice*, 1975).
PFEIFFER, Claudia R. C. A Língua Nacional no Espaço das Polêmicas do Século XIX-XX, ORLANDI, Eni (org.). *História das Ideias Linguísticas*: Construção do

Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas/Cáceres, Pontes/Unemat, 2001.
PFEIFFER, Claudia R. C. Cidade e Sujeito Escolarizado. In: ORLANDI, Eni (org.). *Cidade Atravessada*. O Sentido Público no Espaço Urbano. Campinas, Pontes/Labeurb, 2001b, p. 29-33.
REY, Alain. *Le Robert*. Dictionnaire historique de la langue française. Paris: Dictionnaires le Robert, 2000, 3a. edição (1a edição 1993).
RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Nota sobre a noção de *cultura* e sua relação com a de *civilização*: O Ocidente como observatório das formas de vida social. *Fragmentum*, n. Especial, Jul./Dez. 2018.
RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. El funcionamiento social de las tecnologías lingüísticas: Apuntes sobre la escritura en guaraní en la Provincia Jesuítica del Paraguay (1609-1768). In: ARCHIMBAULT, Sylvie; FOURNIER, Jean-Marie e RABY, Valérie (orgs.), *Penser* l'histoire des *savoirs linguistiques*. Hommage à Sylvain Auroux. Lyon, ENS Éditions, 2014, p. 507-522.
RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Escrita e Gramática como Tecnologias Urbanas: A Cidade na História da Língua e dos Instrumentos Linguísticos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 53/2, 2011a, p. 197-217.
RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Discurso e Cidade: A Linguagem e a Construção da "Evidência do Mundo". In: RODRIGUES, Eduardo A., SANTOS, Gabriel L. e CASTELLO BRANCO, Luiza Kátia A. (org.). *Análise de Discurso*: Pensando o Impensado Sempre. Uma Homenagem a Eni Orlandi. Campinas, RG, 2011b, p. 243-258.
RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina.Apresentação: Gramática, Escrita e Cidade. *bvCLB – Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil*. 2008. (Acesso em 15 de dezembro de 2020).
RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Le statut de l'exemple dans les grammaires jésuitiques du guarani, *Langages* 166. Paris: Larousse, junho de 2007
RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina.Entre o Espaço e seus Habitantes. Notas sobre a Construção de um Glossário Discursivo da Cidade. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Para uma Enciclopédia Discursiva da Cidade*. Campinas, Nudecri-UNICAMP/Pontes/CNPq, 2003, p. 65-83.
RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. A cidade e Seus Habitantes: Língua e Ideologia na Constituição do Espaço. Série *Escritos,* 6. Campinas, Labeurb/Nudecri/Unicamp, 2002.
RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina.e NUNES, J. H. 2008. Langues amerindiennes à la Renaissance: norme et exemples dans les descriptions du tupi et du guarani, *Les langues du monde à la Renaissance. Histoire, Epistémologie, Langage*, 30/2 (B. COLOMBAT org.), pp. 25-70.
SILVA, Mariza Vieira da. *História da Alfabetização no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2015.

“Caçadora de fãs: uma aventura acadêmica”: o artefato de leitura como produção de conhecimento e de experiência científicos[1]

Larissa Tamborindenguy Becko

Introdução

Recentemente, assolados pelos cortes orçamentários promovidos pelo governo federal realizados em 2019, milhares de jovens brasileiros foram às ruas em protesto às medidas anunciada pelo governo Bolsonaro[2]. Nas faixas e cartazes levantados pelos estudantes, uma unidade é facilmente percebida: a palavra “ciência”.

Parece lógico que o contingenciamento de recursos das universidades afeta diretamente a produção científica. No entanto, A Ciência, dita desta forma, com letras maiúsculas e precedida do artigo definido, parece não dar conta da complexidade do que quer dizer, em última instância, “fazer ciência”.

Entendo que a ciência enquanto prática social precisa ser revista, confrontada, desconstruída. E talvez nós, os pesquisadores, sejamos a chave para essa mudança, pois, é através da popularização dos conhecimentos, dos diálogos com a sociedade e do reconhecimento de nossa contribuição a nível coletivo que será possível avançar nesse sentido.

Pensando em formas de divulgação científica, surgiu o projeto “Caçadora de fãs: uma aventura acadêmica”, que consiste em contar a trajetória de uma pesquisa de mestrado em uma história em quadrinhos (HQ). O objetivo desse texto é, portanto, apresentar e discutir os percursos de construção desse artefato de leitura como ferramenta discursiva acerca da produção de conhecimento científico.

1. Conhecimento e experiência científicos: a construção do discurso

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

[2] Fonte: https://www.saibamais.jor.br/pesquisadores-protestam-dia-8-de-maio-contra-cortes-na-ciencia-e-educacao/

Wallerstein (1996, p. 27) declara que "a ciência foi proclamada como sendo a descoberta da realidade objetiva através do recurso a um método que nos permitia sair para fora da mente", ou seja, ir além do ao de criar cogitações sobre os fenômenos. De forma corriqueira, não é incomum usarmos e ouvirmos o termo "a ciência" para nos referirmos às produções de conhecimentos baseadas no método científico. Ao que me parece, a terminologia, no entanto, obscurece o fato de se tratar de um conjunto de processos plurais, dinâmicos, complexos e em constante desenvolvimento.

Como conclui Popper (1975, p. 184), jamais poderemos "descrever, por meio de nossas leis universais, uma essência final do mundo", pois os conceitos, as teorias e até as leis científicas estão submetidas à possibilidade da transformação. "A ciência" – no singular – figura como algo estático, sólido, fundado; parece perder seu caráter inerentemente humano. Nesse sentido, Japiassu (1991, p. 131) nos provoca a pensar: "E o que significa a ciência, de que tanto hoje nos orgulhamos? Ela mais parece um acervo de conhecimentos acumulados nos livros do que conhecimentos que, de fato, possuímos em nós e que possamos compreender".

O rigor científico é mantido a partir do método. "É somente graças ao estudo das aplicações regulares dos procedimentos científicos que será possível chegar à formação de um bom sistema de hábitos intelectuais; aliás, esse é o objetivo essencial do método" (BORDIEU; CHAMBOREDON & PASSERON, 2010, p. 9-10). Entretanto, se o fazer científico é uma ação humana, os processos que o envolvem estarão atravessados por elementos humanos, como o senso comum, as crenças e as experiências pessoais.

A pesquisa acadêmica é um importante instrumento de percepção e de análise do mundo. Ao construir a trajetória de sua investigação, o pesquisador não só contribui para o campo de estudos em que está inserido como também avança no aperfeiçoamento de seu olhar crítico em relação aos fenômenos estudados, sejam eles de qualquer natureza – humanos, sociais, naturais etc. Tendo em vista essa dimensão complexa da pesquisa acadêmica, podemos compreender que os artefatos produzidos a partir das

pesquisas acadêmicas não conseguem abarcar toda a experiência vivida pelo pesquisador. Foi pensando nisso que o projeto "Caçadora de fãs: uma aventura acadêmica" surgiu.

A criação da história em quadrinhos a partir de minha pesquisa de mestrado procurou levar em conta as relações entre interpretação e compreensão dos possíveis leitores com os processos de pesquisa acadêmica. A dissertação, o principal relatório de uma pesquisa de mestrado, possui linguagem e formato específicos, orientados e contextualizados no ambiente acadêmico. A HQ – tendo uma outra proposta de linguagem, de narrativa e de leitura – amplia a noção de conhecimento e de experiência científicos. Abstendo-se de normas e rigores acadêmicos, o principal objetivo da HQ é, justamente, ilustrar a trajetória de uma pesquisa na prática, de maneira a fazer a divulgação científica para além dos muros das universidades. Por isso, a ideia nunca foi transformar a dissertação em uma história em quadrinhos, mas sim criar uma história em quadrinhos para narrar os processos de pesquisa para além do que consta na dissertação.

A pesquisa acadêmica enquanto processo é prática social, bem como as materialidades advindas dela, porque lidam com a produção e a circulação de sentidos construídos a partir da investigação. E é exatamente esse aspecto que os faz práticas sociais: tanto a pesquisa quanto os materiais que se desdobram dela acontecem no âmbito da coletividade, já que envolvem diferentes atores nos seus processos de constituição, de apreensão, de interpretação e de circulação.

preciso reforçar que tanto a dissertação quanto a história em quadrinhos dependem da alteridade para que haja a produção de sentidos sobre a investigação que foi proposta e executada. Considerando que "compreender, eu diria, é saber que o sentido pode ser outro" (ORLANDI, 1999, p. 12), ter mais de um artefato de leitura para apresentar, analisar e discutir o percurso de uma pesquisa de mestrado a fortalece enquanto prática social. Afinal, um discurso é sempre suscetível de diferentes

"leituras", considerando que há sempre várias gramáticas de reconhecimento envolvidas (VERÓN, 2004).

No atual cenário em que vivemos, do "fim de um ciclo de hegemonia de uma certa ordem científica" (SANTOS, 2008, p. 19), não podemos negar o temor e a preocupação emergentes em relação ao surgimento e ao fortalecimento de posturas anticientificistas. Faz-se necessário buscar a legitimação da ciência e de seus atores, que hoje sofrem com o descrédito e com o silenciamento de seus discursos. É preciso recordar que as histórias em quadrinhos também precisaram passar por um processo de legitimação cultural (CARVALHO, 2017), já que foram consideradas meros artigos de massa, sem nenhum valor cultural. Por isso, a escolha de contar os percursos de uma pesquisa de mestrado na área das ciências humanas em uma história em quadrinhos é uma decisão política e, portanto, um discurso político.

2. A história em quadrinhos enquanto artefato de leitura

Os artefatos de leitura são manifestações tangíveis das práticas sociais, pois apresentam, descrevem, refletem e analisam atitudes e comportamentos humanos. Pelo viés da pesquisa acadêmica, toda a gama de materiais produzidos também constrói e aciona discursos e sentidos que vão muito além de um relatório acerca de uma determinada investigação: eles falam sobre o pesquisador, sobre o cenário em que a pesquisa foi realizada, sobre as condições de produção - mesmo quando não citados literalmente nos trabalhos científicos.

Incontestavelmente, a história em quadrinhos deve ser vista como produto cultural frente à realidade do homem moderno (KLAWA e COHEN in MOYA, 1977).

> Com a crescente necessidade de um consumo cada vez mais rápido e fácil, a imagem ganhou espaço. Diante de todas as transformações de ideais e estilo de vida, os quadrinhos encontraram as condições perfeitas para seu aparecimento. O surgimento desse conjunto organizado de imagens traduziu uma revolução no tratamento das representações analógicas,

> principalmente em função de terem sua origem na "preocupação de representar e dar a sensação de movimento (KLAWA e COHEN in MOYA, 1977, p. 110)". (BECKO, 2012)

Como produtos culturais tão consolidados historicamente, o essencial aqui é perceber as HQ's como representações do mundo em que vivemos, já que se tratam de elementos que operam sobre o imaginário, sobre as estéticas e sobre a produção e circulação de sentidos. No caso de "Caçadora de fãs: uma aventura acadêmica", há um esforço para aproximar o universo acadêmico do público geral, de maneira a construir, aprofundar ou modificar as percepções que sujeitos não acadêmicos têm sobre a ciência.

A escolha da história em quadrinhos como meio de contar a trajetória de uma pesquisa de mestrado muito tem a ver com a minha história dentro da academia, com os meus objetos de estudo, com os fenômenos que eu queria analisar. Essa conjuntura me permitiu conhecer artistas e influenciadores do universo dos gibis, o que facilitou todo o processo de concepção e de idealização do projeto. Entretanto, a HQ foi escolhida também por seu caráter educacional, já que são produtos "que possibilitam, entre outras coisas, o incentivo à leitura, o aprendizado de línguas estrangeiras, a instigação ao debate e à reflexão sobre determinado tema, ou mesmo a realização de atividades lúdicas, como a dramatização a partir de uma história em quadrinhos" (SANTOS; VERGUEIRO, 2012).

> Scott McCloud (2005) afirma que, em nenhum lugar, a colisão entre figura e palavra é explorada de modo mais abrangente do que no quadrinho moderno. Entretanto, apesar de ser uma forma de arte de muitos séculos, os quadrinhos ainda são vistos como invenção recente e sofrem o mal das mídias novas; são julgados por padrões antigos. O autor argumenta que "enquanto os quadrinhos forem vistos como gênero de escrita ou estilo de arte gráfica, talvez essa atitude nunca desapareça" (McCLOUD, 2005, p. 151). Mais que imagem e palavra, as histórias em quadrinhos são compostas de uma infinidade de elementos narrativos, que em combinação podem resultar em uma simples tira de jornal ou em uma história densa e complexa. (BECKO, 2012, p. 12)

Como artefato de leitura, as histórias em quadrinhos têm características únicas e peculiares, independente do gênero ou formato. E uma dela é a representação e a experiência em relação à passagem do tempo. Em cada quadro nos é mostrado um único momento no tempo. Entre esses momentos, "a nossa mente preenche os momentos interpostos, criando uma ilusão de tempo e movimento" (McCLOUD, 2005, p. 94). Vale apontar que o tempo também tem muito a ver com a própria pesquisa acadêmica, já que muitas vezes os recortes dos objetos de análise são feitos de acordo com o prazo de conclusão da investigação. Como no caso do mestrado estamos falando de apenas dois anos, a HQ dá conta de mostrar o dinamismo da pesquisa por meio de seus elementos narrativos.

> Nesse sentido, as histórias em quadrinhos se diferenciam dos demais campos pela maneira como encontram formas de representação para reproduzir em suas páginas o som e o movimento: as onomatopeias, o neologismo e a ação agindo como verbo, que sugerem o movimento da história (CARVALHO, 2014, p. 10), o que faz dos quadrinhos uma linguagem única. (CARVALHO, 2017, p, 136)

As histórias em quadrinhos, indubitavelmente, são importantes produtos culturais para contar histórias. E, apesar da simplicidade que elas podem parecer ter, seja em função de suas temáticas, personagens ou mesmo seu público-alvo, quando o quadrinista organiza a história em quadrinhos em uma sequência visual, ele trabalha com o tempo por meio do espaço. Assim como a pesquisa acadêmica, as histórias em quadrinhos são muito mais complexas do que parecem ser (BECKO, 2012).

3. "Caçadora de fãs": motivações, processos e resultados

Em uma reunião de grupo de pesquisa, surgiu a ideia de criar uma história em quadrinhos a partir da a dissertação de mestrado, que ainda nem estava finalizada. Afinal, nada mais adequado para uma pesquisa sobre fãs de super-heróis. Da ideia, nasceu uma parceria, e da parceria, o projeto "Caçadora de fãs: uma aventura acadêmica".

O primeiro desafio para a concretização do projeto foi encontrar os artistas que fariam a roteirização e a ilustração da história. Através de uma indicação, encontrei o roteirista Fabio Neves Martins, que aceitou participar do projeto. Juntos, elencamos ilustradores para compor o projeto. Levando em consideração que queríamos criar uma história bem-humorada e divertida, decidimos convidar o quadrinista Thiago Krening, que tem um estilo de desenho cartunesco. Krening também topou integrar o projeto. Formada a parceria, decidimos os principais objetivos da narrativa: 1) mostrar os percursos da pesquisa de mestrado, especialmente os movimentos empíricos; 2) evidenciar o caráter não linear do fazer científico; 3) valorizar a pesquisa como ação coletiva; e 4) ressignificar a academia de um lugar negativo, opressor ou aflitivo para um ambiente de criatividade, de crescimento e de entusiasmo. Para atingir esses propósitos, tomamos algumas decisões em torno da narrativa.

Primeiramente, diferente da composição de uma dissertação de mestrado, que tem seus capítulos geralmente divididos por etapas não cronológicas (apresentação do tema, teoria, metodologia etc.), a narrativa da HQ é temporal. Procuramos apresentar o passo a passo da pesquisa, mostrando como os processos da investigação não acontecem de forma linear. Leituras, disciplinas, pesquisa de campo etc. acontecem – muitas vezes – simultaneamente.

Figura 1. Página da HQ mostrando as etapas da pesquisa.

Uma das maiores dificuldades que eu tive, ainda na fase de composição dos projetos para os processos seletivos dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, foi entender os procedimentos metodológicos nos trabalhos acadêmicos que utilizava como bases da minha proposta de pesquisa. Muitas vezes, os pesquisadores apontavam quantas pessoas eram entrevistadas e mostravam as análises que eles faziam a partir das respostas, mas não explicitavam como essas pessoas foram encontradas e convidadas para participarem da pesquisa (aleatoriamente, por indicação, ou eram pessoas conhecidas?), em que condições as entrevistas eram realizadas (online, em ambientes públicos ou na casa das pessoas?), e quais as dificuldades em abordar essas pessoas. Por isso, um dos principais objetivos da HQ é – sem dúvida – mostrar os percursos empíricos da pesquisa, com suas falhas, desvios e acertos.

Figura 2. Página da HQ ilustrando parte das pesquisas de campo.

A vida de um pesquisador é composta por muitos atores que colaboram direta e indiretamente em suas produções acadêmicas; orientador, professores, colegas, familiares, amigos, entrevistados etc. são coprodutores da pesquisa. Mas como inserir de forma coerente tantos

personagens em uma história em quadrinhos de apenas 60 páginas? Sendo essa uma tarefa praticamente impossível, a solução foi dada pelo nosso roteirista. A ideia foi o resgate de um personagem criado por mim ainda na graduação: o Ampére. Em uma das disciplinas do curso de Relações Públicas relacionada à produção textual eu criei um super-herói, de forma que eu sempre tinha uma "temática" fixa para as atividades de aula. Na HQ, o papel dele é interagir com a pesquisadora ao longo de toda a história evidenciando o caráter coletivo da produção acadêmica.

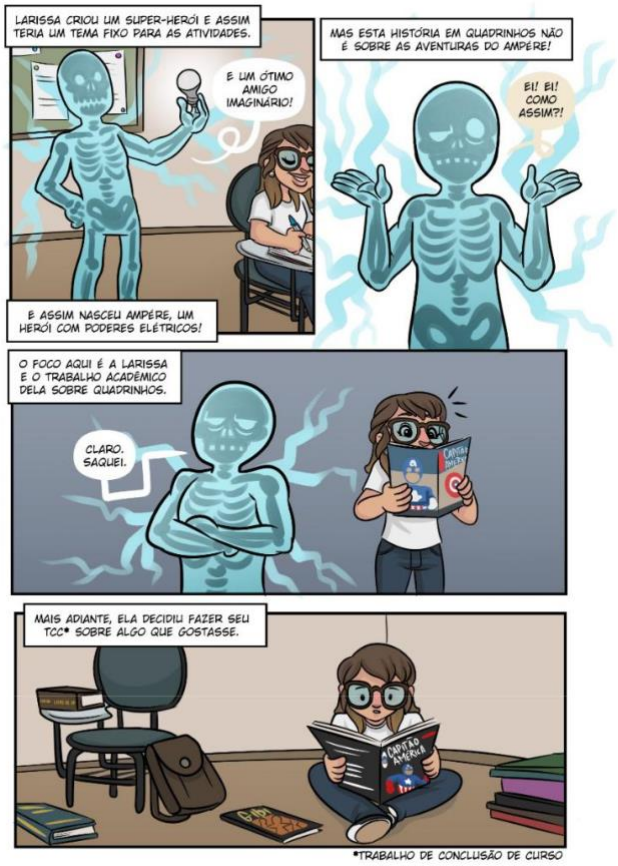


Figura 3. Página do prólogo ilustrado mostrando o surgimento do Ampére.

Finalmente, para atingirmos nosso último objetivo, incorporamos à nossa história elementos já conhecidos pelos leitores de quadrinhos. Para criar uma narrativa leve, dinâmica e divertida, utilizamos artifícios ficcionais relacionados à magia, à ficção científica, à aventura. Esses recursos nos ajudaram a ilustrar o caráter subjetivo existente nas pesquisas acadêmicas,

especialmente na área das ciências humanas. Nesse aspecto, Morin (2008) incentiva o caráter inventivo na produção de conhecimentos:

> Chegamos talvez ao ponto e ao momento de fazer dialogar nossos mitos com as nossas dúvidas, nossas dúvidas, com nossos mitos. Temos uma necessidade imperiosa de correção empírica/lógica/racional de todas as nossas atividades mentais, mas necessitamos também da cobertura imaginária/simbólica que ajuda a tecer a realidade e constrói os mitos (MORIN, 2008, P. 194)

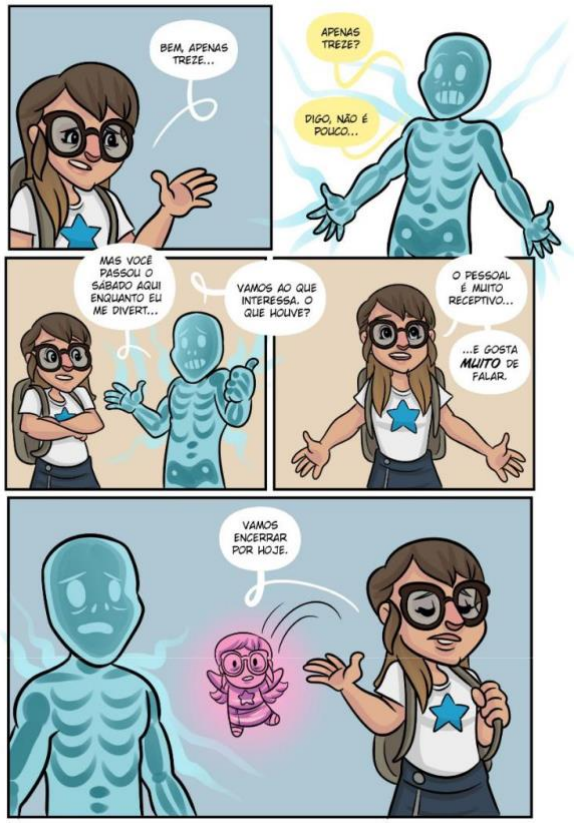


Figura 4. Página da HQ mostrando os aspectos narrativos ficcionais da história.

Com a equipe formada e os objetivos definidos, passamos para a etapa de execução do projeto. Decidimos buscar recursos para produção impressa da HQ através de uma plataforma de financiamento coletivo. Para encontrarmos nossos apoiadores, criamos perfis nas redes sociais e fizemos um prólogo ilustrado de oito páginas que disponibilizamos para download gratuito na página da campanha. Depois de dois meses de campanha, conseguimos levantar o valor estipulado para produzir a história em quadrinhos. A divulgação do projeto ganhou impulso também com a

exposição midiática. Entrevistas e matérias jornalísticas, especialmente nos veículos de comunicação locais, foram fundamentais para que o projeto alcançasse a visibilidade que teve. E complementamos essa disseminação com a participação em eventos acadêmicos e relacionados à cultura pop.

Além da divulgação da campanha de financiamento coletivo e, posteriormente, do processo de criação da HQ, usamos as redes sociais como plataformas para promover discussões sobre a produção de conhecimento acadêmico como um todo, compartilhando reflexões sobre a importância da pesquisa, sobre os processos que envolvem a pesquisa e sobre o papel do pesquisador.

4. Considerações finais

A necessidade de se pensar as práticas acadêmicas e científicas em prol da produção de conhecimentos se fundamenta quando reconhecemos as ciências como elementos essenciais para o desenvolvimento social e humano. O pensamento epistemológico, portanto, precisa ser incorporado pelos sujeitos pesquisadores. Afinal, "todas as formas clássicas de epistemologia estiveram sempre, de um modo ou de outro, vinculadas ao progresso das ciências" (JAPIASSU, 1991, p. 130).

O grande objetivo da "Caçadora de fãs: uma aventura acadêmica" é, antes de provar a importância da ciência ou da academia, contar uma história. Entretanto, essa história – enquanto discurso – carrega em si muito mais do que uma simples narrativa. O que buscamos é possibilitar aos leitores uma experiência sobre os processos, instâncias e aplicações acerca da produção de conhecimento acadêmico.

No atual cenário, fez-se necessário reaproximar a ciência das pessoas para que elas possam compreendê-la como processo humano e social.

> Tal como noutros períodos de transição, difíceis de entender e de percorrer, é necessário voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples, perguntas que, como Einstein costumava dizer, só uma criança pode fazer mas que, depois de feitas, são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade. (SANTOS, 2008, p. 15)

Sabemos que os artefatos das produções acadêmicas não são de fácil acesso e circulação entre as pessoas em geral, seja em função de suas linguagens, de seus formatos ou dos meios em que são divulgadas. Por isso, entendo que é preciso buscar outras formas de fazer a divulgação científica, de reaproximar a ciência das pessoas, de tornar a produção acadêmica disponível. Somente assim, seremos capazes de lutar contra o anticientificismo que nos ronda diariamente.

As histórias em quadrinhos, como produtos culturais de fácil circulação e consumo, se consolidaram no mundo contemporâneo mesmo já tendo sido consideradas bens de baixo valor cultural. Contar os processos de uma pesquisa acadêmica em uma história em quadrinhos é contribuir, mesmo que timidamente, para a construção de um discurso progressista e a favor da ciência.

Referências:

BECKO, Larissa T. *O atual perfil do Capitão América frente ao contexto contemporâneo dos Estados Unidos*. Trabalho de conclusão de graduação. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/54337

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean- Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo*: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

CARVALHO, Beatriz Sequeira de. *O processo de legitimação cultural das histórias em quadrinhos.* Dissertação de mestrado. Escola de Comunicação e Artes, Universidadede São Paulo,São Paulo,2017. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-31102017123128/en.php

JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao Pensamento Epistemológico*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

KLAWA, Laonte; COHEN, Haron. In: MOYA, Alvaro de (ORG.). *Shazam!* São Paulo: Perspectiva, 1977.

MCCLOUD, Scott. *Desvendando os quadrinhos*. São Paulo: M. Books, 2005.

MORIN, Edgar. *O método 3*: conhecimento do conhecimento. Tradução: Juremir

Machado da Silva. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Discurso e leitura*. 5. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

POPPER, K. R. *Conhecimento objetivo*: uma abordagem evolucionária. Tradução: Milton Amado. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.
SANTOS, R. E.; VERGUEIRO, W. Histórias em quadrinhos no processo de aprendizado: da teoria à prática*. Eccos Revista Científica* (Impresso), v. 27, p. 81-95, 2012.
VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
WALLERSTEIN, Immanuel et al. *Para abrir as ciências sociais.* São Paulo: Publicações Europa-América, 1996.

Artefato e equívoco:
discurso artístico e espaço público

José Horta Nunes

Esta pesquisa está ligada a um estudo mais amplo de exposições artísticas em museus, centros culturais e também em espaços públicos. Para isso, visitamos o entorno da Avenida Paulista e a Estação Sumaré do metrô, em São Paulo, observando materiais para a montagem de um *corpus*[1]. Realizamos caminhadas por calcadas, vãos livres e espaços de exposições em prédios e estações de metrô. Vamos nos deter aqui em: a) uma exposição interna e uma instalação localizada na fachada de entrada do Centro Cultural Itaú; b) obras expostas em muros frontais do Hospital Santa Catarina; c} um painel fotográfico em uma instalação permanente na Estação Sumaré do Metrô. São diferentes discursos artísticos institucionais privados (Centro Cultural Itaú e Hospital Santa Catarina) e público (Estação Sumaré). No decorrer dessas caminhadas, chamou a atenção o modo como em alguns locais os sujeitos são "convidados" a visitar os espaços artísticos e culturais.

Para este trabalho, efetuamos um recorte de análise tendo em vista compreender o papel dos ˜artefatos˜ como parte do processo de pesquisa[2]. Pareceu-nos pertinente distinguir os artefatos teórico-metodológicos, que nos interessam aqui mais de perto, frente às obras artísticas enquanto objeto de análise ou resultados artísticos decorrentes da pesquisa. O que tentamos compreender é a relação do analista com os artefatos de análise,

---

[1] O *corpus* desta pesquisa foi obtido, em sua grande maioria, no segundo semestre de 2019; portanto, antes do início da pandemia do coronavírus. No caso da análise do painel fotográfico da Estação Sumaré, complementamos o material com notícias veiculadas na mídia sobre uma nova intervenção do autor dos painéis (Alex Flemming) durante a epidemia, no mês de junho de 2020.

[2] Esta reflexão sobre o "artefato" teve início com a participação no evento *X Encontro Internacional Saber Urbano e Linguagem. - Artefatos de Leitura*, realizado em novembro de 2019 no Laboratório de Estudos Urbanos (NUDECRI/UNICAMP). Uma das propostas de discussão no evento foi a de "considerar a construção de artefatos como parte do processo da produção científica".

na medida em que estes participam da montagem do dispositivo de interpretação (teórico e analítico) da Análise de Discurso.

Procuramos, assim, observar os artefatos envolvidos no questionamento e na implementação de procedimentos no decorrer das análises. Nesse sentido, podemos considerar tanto certos procedimentos de montagem de corpus, como relações de paráfrase, cadeias de co-referência, distinção de domínios de *corpora*, gestos de leitura e documentação de arquivo e outros, quanto recortes de análises mediados por mecanismos técnicos, como dispositivos digitais, aplicativos de leitura, ferramentas de análise informatizada, recursos de celulares e filmadoras, dentre outros. É na medida em que tais recursos desembocam em reflexões teóricas e procedimentos de análise que eles são aqui considerados.

Em trabalhos anteriores, ao analisar textualidades diversas em espaços públicos, dentre as quais: outdoors, pichações, grafites, placas informativas, equipamentos em espaços urbanos (praças, ruas, avenidas), manifestações artísticas e políticas (NUNES, 1996a, 1996b, 2006a, 2006b, 2011, 2013a, 2013b), procurei efetuar montagens de *corpora* com base na observação de diferentes materialidades e na captura de imagens por meio de câmeras fotográficas. Mais recentemente, tenho analisado discursos de divulgação artística em instituições e em espaços públicos (NUNES, 2020). Inserido nos estudos sobre diferentes materialidades e tecnologias na Análise de Discurso (ORLANDI, 2017; SOUZA, 2001; LAGAZZI-RODRIGUEZ, 2010; PETRI, 2013; NECKEL, 2019; DIAS, 2018; BARBAI, 2013; COSTA, 2016; RIGAT, 2005), tenho atentado para técnicas e procedimentos de montagem do dispositivo teórico e analítico.

Na análise de discursos artísticos, observo o modo como os sujeitos estão expostos a situações de contato com a arte. Diante da complexidade discursiva em espaços abertos, os sujeitos são atraídos ou convidados a "entrar" em um ou outro discurso artístico, a "estar" nele, bem como, na fluidez do mundo contemporâneo, a "sair" dele. Abordamos assim o sujeito

urbano diante das instâncias transitórias de produção e divulgação do saber artístico.

Se o sujeito urbano se apresenta como uma categoria que marca sua ligação com o espaço e as discursividades citadinas, outras posições podem igualmente ser aí consideradas. Uma delas é a do "pedestre", na medida em que o caminhante está determinado por práticas de organização da cidade, que orientam para uma ancoragem institucional, para os percursos do trânsito, as informações sobre os locais de acesso a espaços artísticos, etc. O pedestre também está sujeito à arquitetura silenciosa das ruas, que condicionam os percursos, os obstáculos, na tensão entre espaços abertos e fechados (SOUZA, 2001). Além disso, a rua é também lugar de convívio com diferentes identidades sociais, seja no sentido da diversidade plural, seja no sentido de concentração de certos grupos identitários que configuram "tópicas cívicas" (ORLANDI, 2017). Há também as manifestações políticas voltada para diversos segmentos da sociedade e ou reivindicações mais amplas, que aproximam frequentadores das redes sociais ao real da cidade (NUNES, 2013a, PETRI, 2013; DIAS, 2018). No espaço público, atentamos para situações de interpelação dos sujeitos para ocupem posições de sujeito artístico (contato, curiosidade, gosto, iniciação, formação, vivência, participação, conexão digital, ocupação, empoderamento, apoio cultural, etc.). São muitas as posições de sujeito que aí se desdobram e com isso são igualmente múltiplos os processos de constituição dos sujeitos.

Diante de tal diversidade e do jogo social prismático da cidade (ORLANDI, 2001a), vamos focar alguns instantes evanescentes do contato artístico, enquanto situações de transição subjetiva. Trata-se de delimitar para a análise momentos de vivência artística, observando os processos de constituição dos sujeitos, as formas de interpelação, os rituais de entrada e saída, os modos de “estar˜, de estabelecer uma "estância” artística diante das condições disponíveis. Ao mesmo tempo, há as vias de estreitamentos de laços, os chamados para uma inserção mais ampla em um ou outro

discurso, em uma ou outra instituição ou grupo social. Lidamos, então, com os limites da subjetividade no discurso artístico, na tensão que envolve o a-sujeitamento fluxo discursivo constituído com ancoragem espacial.

Entrar no discurso artístico significa também se identificar imaginariamente a certas filiações de memória. O espaço público é distração, fluxo, errância, vertigem. Ele é também possibilidade de identificação, de entrada, iniciação, enlace. Além de se aproximar do *flaneur* e do nômade (ROBIN, 2009), o sujeito caminhante tende também a permanecer de certo modo no espação público, no sentido de pertencimento, de de(mora). Entre a organização da cidade e as práticas urbanas, os sujeitos se constituem na relação entre interpelação e resistência, entre identificação e equívoco.

O equívoco no discurso artístico

A exposição pública de materialidades artísticas, bem como de textos expositores e outros aparatos empregados na divulgação, coloca em jogo a relação entre a arte e os sujeitos situados no espaço urbano. Na circulação discursiva que aí tem lugar, os sentidos da arte migram[3] para outras situações, para certos sítios de significação. Há uma tópica artística na cidade, que projeta sentidos para os sujeitos, condicionando a tensão entre os sentidos estabilizados e os inusitados. Assim, o funcionamento do discurso está sujeito às falhas nas fronteiras entre diferentes filiações de sentidos. São as "brechas" do discurso artístico que expõem os sujeitos aos "equívocos˜, bem como às tentativas de controlar as falhas estruturantes e demarcar os campos da arte diante de sua exterioridade.

[3] Segundo E. Orlandi, no discurso de divulgação ocorre uma "migração" de sentidos. Não se trata, dessa perspectiva, de uma tradução ou da simples retomada de um discurso, mas de "transferência", de deslocamentos de um a outro discurso (Divulgação Científica e Efeito Leitor: uma política social urbana. In: E. Guimarães (Org.). *Produção e Circulação do Conhecimento*. Campinas: Pontes Editores, 2001a, p. 21-30).

A fim de compreender esses processos discursivos, procuramos observar alguns fatos marcados por equívocos no discurso de divulgação[4]. Para isso, trazemos a discussão sobre o funcionamento do equívoco no discurso artístico e também sobre a posição do analista situado no espaço público.

Comecemos pela noção de *equívoco* na Análise de Discurso, retomando a questão dos ˜instrumentos˜, das ˜ferramentas˜. Michel Pêcheux (1990a, 1994), em suas reflexões sobre os instrumentos na ciência e a automatização da leitura com as tecnologias informáticas, aponta para a pertinência de se considerar os equívocos na análise discursiva mediada pelas ferramentas, pelos algoritmos, sem deixar de lado a espessura da língua, a possibilidade da polissemia e a relação com as condições de produção históricas dos discursos. Em uma publicação dedicada aos 50 anos dos livro *Análise Automática do Discurso* (AAD 69), E. Orlandi (2019) ressalta a noção de "sequência discursiva", que permite a distinção entre "sequência lingüística" e "seqüência discursiva", entre "texto" e "discurso". Em um trabalho posterior, Pêcheux afirma que, para se analisar o discurso, deve-se "ter como objeto os processos de arranjo dos termos em uma sequência discursiva e em função das condições em que a sequência discursiva é produzida" (PÊCHEUX, 1975, p. 173). Considera-se, assim, na análise de um discurso, a relação com o estado da produção de discursos em uma conjuntura. As formações discursivas afetam o funcionamento de uma sequência, envolvendo o *intradicurso* (o fio do discurso, as retomadas por co-referência) e o *interdiscurso* (complexo das formações discursivas, memória do dizer), que funcionam simultaneamente na produção do discurso. Essa é uma primeira condição de aparecimento de equívocos nos discursos, com a possibilidade de múltiplos sentidos, derivas metafóricas, contradições conforme as posições de sujeito, sentidos diferentes para mesmas palavras, distintas feições a memórias discursivas, etc.

[4] Para uma abordagem dos equívocos em materialidades imagéticas no discurso de divulgação, ver S. M. Lagazzi (A equivocidade na circulação do conhecimento científico. *Linguagem em (Dis)curso* (Impresso), v. 11, p. 1-18, 2011).

Para a observação dos equívocos na análise discursiva, salientamos duas colocações de Pêcheux. A primeira delas ao tratar do *discurso-outro* na relação entre estrutura linguística e acontecimento, e a segundo ao comentar um debate sobre a *memória discursiva* e a imagem como *operador de memória social* em estudos que contemplam diferentes materialidades:

> a descrição de um enunciado ou de uma sequência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência. (PECHEUX, 1990, p. 54-55).

> Concebemos desde então que o fato incontornável da eficácia simbólica ou "significante" da imagem tenha atravessado o debate como um enigma obsediante, e que, por seu lado, os fatos de discurso, enquanto inscrição material em uma memória discursiva, tenham podido aparecer como uma espécie de problemática-reserva. Essa negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória poderia bem, com efeito, colocar em jogo a nível crucial uma passagem do *visível* ao *nomeado*, na qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito. Na transparência de sua compreensão, a imagem mostraria como ela se lê, quer dizer, como ela funciona enquanto diagrama, esquema ou trajeto enumerativo. Refiro-me a tudo o que Jean Davallon adiantou a esse respeito. (PECHEUX, 1999, p. 51)

Em nossa análise, visamos a mobilizar conceitos discursivos para efetuar uma leitura das materialidades artísticas (verbais e não-verbais) no espaço público. São textualidades, situações, imagens, espacialidades. Buscamos explicitar os gestos de interpretação, levando em conta também o olhar do analista, com suas coincidências, discrepâncias e ajustes diante da descrição/interpretação de tais materialidades.

A análise do discurso artístico na região da Avenida Paulista terá em vista, desse modo, a pluralidade de discursos em circulação, como

potencial discursivo de tensão entre paráfrase e polissemia. No movimento dos sujeitos urbanos, em suas caminhadas e vivências artísticas em diferentes espaços, atentamos para as regularidades mais amplas das formações discursivas, assim como para os fatos de equívoco que viemos de mencionar. Há um fluxo discursivo que atravessa o espaço do entorno público, e ao mesmo tempo lugares de interpelação específicos, relacionados a certas identidades e modos de dizer a arte.

Posição do analista-caminhante e montagem do corpus

Diante da fugacidade que envolve os encontros com a arte no "agito" da Avenida Paulista, o discurso direcionado ao passante anônimo funciona inicialmente como um chamado para uma experiência momentânea, a ser despertada, propiciada em meio à fluidez do trânsito. Diferentemente de rituais formais de longa duração e de cenários institucionais, os momentos de arte pública caracterizam-se pelo efêmero, pelo inusitado e pela adaptação à espacialidade urbana. Como abordar esses momentos de contato do sujeito com a arte? Que procedimentos de análise mobilizar para buscar compreender esse processo de constituição (iniciação, vivência, fruição, formação, curtição, etc.) do sujeito convidado para a arte?

Para compreender os sentidos possíveis do discurso artístico, adotamos o procedimento de caminhada no espaço público, realizando uma simulação do contato dos pedestres com as materialidades artísticas. Com tal direcionamento, partimos da colocação de E. Orlandi (2006) sobre o lugar do analista no dispositivo de interpretação da Análise de Discurso:

> Na realidade, todo sujeito interpreta a partir de um dispositivo ideológico que o faz interpretar de uma maneira e não de outra. Pelo processo de identificação, como sabemos, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva para que suas palavras tenham sentido. E isto lhe aparece como natural, como o sentido lá, transparente. Ele não reconhece o movimento da interpretação, ao contrário, ele se reconhece nele. Ele se reconhece nos sentidos que produz. É, no entanto, a possibilidade de contemplar o movimento da interpretação, de compreendê-lo, que caracteriza a posição do analista. Nem acima, nem além do

> discurso ou da história, mas deslocado. Numa posição que entremeia a descrição e a interpretação e que pode tornar visíveis as relações entre diferentes sentidos. Desse modo, com esses dispositivos (o teórico e o analítico), ficamos sensíveis ao fato de que a descrição está exposta ao equívoco e o sentido é suscetível de tornar-se outro. O que se espera do dispositivo teórico é que ele produz um deslocamento que permita que o analista trabalhe as fronteiras das formações discursivas. Em outras palavras, que ele não se inscreva em uma formação discursiva mas entre em uma relação crítica com o conjunto complexo das formações. E o dispositivo analítico deve oferecer procedimentos (paráfrase, substituição etc.) para que ele possa explicitar isso.
> Com isso não estamos pretendendo uma posição neutra do analista em relação aos sentidos. Não só ele está sempre afetado pela interpretação como um dispositivo analítico marca uma posição em relação a outras. O que estamos afirmando é que o dispositivo analítico é capaz de deslocar a posição do sujeito, trabalhando a opacidade da linguagem, a sua não evidência e, com isso, relativizando a relação do sujeito com a interpretação. Ele poderá assim fazer uma leitura o menos subjetiva possível, mediado pela teoria e pelos mecanismos analíticos. (ORLANDI, 2006, p. 26)

Considerando que a posição do analista é mediada pela teoria e os procedimentos analíticos, consideramos que, nas caminhadas pelo espaço público, a contemplação do movimento de interpretação é acompanhada pelo olhar, pela corporalidade, pela experimentação, pela vivência científica, pelos gestos de montagem do dispositivo de análise. Muitas vezes essa prática funciona de modo espontâneo, porém há também reflexões produtivas sobre o tema. P. De Sousa (2001), ao abordar o fechamento no espaço público por meio de grades e outros obstáculos, discute o modo de analisar os percursos pela cidade. Ao propor uma abordagem por meio de fotos obtidas por um fotógrafo, ele propõe montagens como na direção de um filme, a fim de analisar os percursos em que os sujeitos se deparam com fechamentos. E. Orlandi (2001b) propõe a noção de “flagrante" ao abordar situações diversas no espaço urbano multifacetado. Ao analisar o modo como pedestres, ao atravessar ruas, se relacionam com o tráfego, S. Merlino e L. Mondada (2019) refletem sobre a formação de um corpus de filmagens dessas situações, efetuadas por meio

de várias câmeras, documentando-se a perspectiva dos participantes na medida em que caminham e se deparam com carros, cruzamentos, obstáculos que despertam a atenção.

Em nosso caso, o *corpus* da análise foi composto de fotos das situações de contato com a arte no entorno da avenida. Tratou-se de um procedimento de visitas acompanhadas de uma câmera de celular para obtenção de fotos. Note-se que atentamos para a prática fotográfica na medida em que ela participa da construção do dispositivo de análise: na formulação de questões, na mobilização de conceitos, na montagem dos procedimentos metodológicos. Encenamos a posição de pedestre em seus percursos sujeitos a vacilações. Desse modo, a captura de fotos buscou observar na perspectiva do caminhante os fatos "equívocos" nas situações de divulgação artística (polissemias, diferentes gestos de interpretação, discrepâncias entre o olhar fotográfico e o real da cidade, sentidos diferentes conforme distintas posições de sujeito, etc.). É nessa medida que consideramos a fotografia como um artefato de análise, remetendo o instrumento técnico (a câmera e seus dispositivos) à posição do analista e ao dispositivo teórico metodológico ao qual ele tem acesso.

Passemos, então, às análises.

Instituição e sujeito caminhante: ocupação e jogos especulares

O Itaú Cultural está situado em uma das margens da Avenida Paulista, próximo da Estação Brigadeiro. Em parceria com o Banco Itaú, é uma "organização voltada para a pesquisa e produção de conteúdo e para o mapeamento, o incentivo e a difusão de manifestações artístico-intelectuais" (ITAÚ CULTURAL, 2020). Dentre seus princípios, estão os de "estimular a participação cultural e artística das pessoas" e ˜democratizar o acesso à arte e à cultura". Pode ser considerado como uma das instituições artísticas fomentadas pelo setor econômico na Avenida Paulista.

O espaço arquitetônico misto condiciona a relação público e privado, com construções que garantem o fluxo de pedestres entre espaços abertos e fechados:

Entrada do Itaú Cultural

Um dos projetos de exposição do Itaú Cultural é o ˜projeto Ocupação˜. Sua denominação é uma pista para notar o modo como o espaço citadino é significado no discurso artístico. A apropriação de uma palavra em circulação em movimentos sociais e na mídia (*ocupação* de terra, *ocupação* moradias, etc.) migra para o discurso artístico na divulgação cultural. Esse projeto mantém tal denominação em todas as exposições desde 2009, dedicadas a personalidades consideradas influenciadoras:

> O Itaú Cultural criou, em 2009, o projeto Ocupação, com o objetivo de fomentar o diálogo da nova geração de artistas com os criadores que a influenciaram. Uma exposição física somada à imersão on-line, proporcionada pelo conteúdo aqui disponibilizado, amplia a difusão de um importante recorte da produção cultural brasileira e estreita esse diálogo. Por isso a Ocupação Itaú Cultural celebra nomes de diversos estados do Brasil e, através de livros, contos, crônicas, charges, poemas, músicas, filmes, apresenta suas biografias ao público. (ITAÚ CULTURAL, 2020)

As exposições proporcionam situações de participação dos visitantes, de "imersão", inclusive no sentido de ocupar espaços preparados pela montagem. Na Ocupação Vladimir Herzog[5], por exemplo, havia, sobre uma mesa, uma máquina de escrever que podia ser utilizada por qualquer visitante para datilografar em páginas que eram disponibilizadas. E assim acontece igualmente com outras tecnologias antigas e atuais, de modo multi-tecnológico:

Diferentes tecnologias expositivas na *Ocupação Wladimir Herzog*

[5] Vladimir Herzog foi um jornalista, repórter, editor, professor. Húngaro naturalizado brasileiro, formou-se em filosofia pela Universidade de São Paulo. Trabalhou no jornal *O Estado de S. Paulo*, na T*V Cultura* e também para a *BBC* de Londres. Foi também professor na Escola de Comunicação e Artes da USP.

O visitante é convidado a ocupar uma posição que coincide com a do personagem homenageado, no caso, a posição do jornalista Wladimir Herzog em situação de trabalho com a máquina de escrever, assim como em seus posicionamentos de resistência, na medida em que Herzog sofreu perseguições no período ditatorial no Brasil, nos anos 60/70. Na exposição sobre Herzog, além da máquina de escrever, havia uma televisão emitindo programas jornalísticos da época, fones de ouvido para escuta de áudios, telas com transcrições em libras, arquivos com documentos acessíveis em papel ou digitalizados, etc., enfim, um trabalho de arquivo mediado pelas diferentes tecnologias e por experiências sensoriais: auditivas, táteis, visuais e outras.

A significação dos sujeitos pela "ocupação" marca, dessa maneira, um modo de se relacionar com a arte e com o espaço urbano, simbolicamente evocado pela memória de reivindicações sociais e políticas. Isso traz condições para para uma “vivência" momentânea de subjetividades ligadas a personalidades reconhecidas e a profissões, como no caso o jornalismo. Os sujeitos são imersos assim em uma memória discursiva de trabalho e resistência.

Enquanto no interior do prédio, as exposições mergulham os caminhantes em memórias artísticas e sociais, na entrada do prédio nota-se uma transição entre o espaço institucional e o espaço público aberto. Ao lado da fachada do prédio, observamos uma instalação em que vários espelhos se apresentavam fixados na parede. Eram espelhos circulares, com superfícies convexas, dispostos em diferentes posições e inclinações, sobre uma grade que cobria a fachada. Ao lado, uma placa trazia um convite para fazer fotos e enviar para as redes sociais do Itaú Cultural:

Instalação temporária na fachada do Itaú Cultural. Fotos: José Horta Nunes.

Ao obter as fotos, a expectativa era de que o resultado fosse algo como uma série de selfies. Essa projeção feita da posição de analista pode ser associada à ampla circulação de selfies nas mídias. Ao mesmo tempo, houve um estranhamento, pois com os espelhos virados para várias direções, surgiram dúvidas sobre quais seriam os resultados.

No escrito do painel, temos enunciados com frases no imperativo, que funcionam como convites para a participação dos leitores em redes sociais ligadas à instituição ("Faça sua melhor pose e publique usando #itaucultural ou marcando @itaucultural. As imagens mais criativas vão aparecer nas nossas redes sociais"). Esse convite ao leitor no espaço público, para divulgar tanto sua prática fotográfica cotidiana quanto a instituição que a promove, levou a questionar como se dá o ritual que convoca os sujeitos para uma participação que liga o espaço público aos espaços virtuais da instituição e das redes sociais.

Utilizando ferramentas disponíveis no celular, foram efetuadas ampliações e cortes das imagens, obtendo versões que mostravam o jogo especular da instalação. Nesse momento, manifestaram-se a polissemia fotográfica e os equívocos diante da expectativa inicial, pois ao invés de uma imagem voltada para si, estavam ali fragmentos com partes de corpos e reflexos do espaço citadino (das vias públicas, de prédios, de outros pedestres, de automóveis). Nessa situação de um auto-flagrante especular inusitado, o eu-fotógrafo se encontra em posição de analista de discurso e ao mesmo de analisado. Isso conduziu a refletir sobre os gestos do analista enquanto sujeito tecnológico diante de fatos discursivos envolvendo o "equívoco": equívoco do sujeito fotógrafo na relação com a câmara, com o objeto de visualização e consigo mesmo enquanto analista.

A relação especular projeta também uma alteridade social não prevista. Assim, em uma das fotos, o analista se apresenta observado por passantes que não eram visíveis no momento do enquadramento. Em alguns recortes ampliados, como na imagem abaixo, ocorre a presença um tanto fantasmática dessas alteridades:

Recorte de análise da instalação com espelhos (Itaú Cultural)
Foto em detalhe: José Horta Nunes

Além do corpo do analista, com volumes e proporções alteradas pelos espelhos convexos, a foto mostra uma pessoa que o observa, o que evoca sentidos da relação, por vezes não percebida, com o outro. Assim, além das redes sociais, a leitura das imagens digitais atestou a relação com a alteridade pública: o analista é "flagrado" pelas relações sociais. Esse equívoco do sujeito fotógrafo que simultaneamente flagra e é flagrado aponta para o que podemos considerar como "falhas" constitutivas das situações cotidianas de análise. Como uma "selfie social aleatória", o sujeito analista se vê, pelo efeito do discurso artístico, em sua dupla posição de observador e observado, e em uma relação desdobrada nos movimentos de circulação entre as redes sociais e a sociabilidade no espaço público.

A análise dessa situação de assujeitamento do analista para ocupar uma posição no discurso artístico resultou em um impulso para, em outras análises mediadas pela prática fotográfica, refletir sobre a montagem do dispositivo analítico, tendo em vista outras formas de equívoco que se apresentassem ou que o flagrassem no decorrer dos procedimentos de montagem de corpus.

As duas análises que seguem dão continuidade, então, a esse processo de questionamento do artefato fotográfico e seus efeitos na prática analítica

Murais do Hospital Santa Catarina: religião, ciência e arte

O segundo espaço artístico visitado foi o de uma série de obras em murais frontais do Hospital Santa Catarina, na altura da Rua Teixeira da Silva. O Hospital Santa Catarina é uma instituição privada, fundada em 1906 e mantida pela Associação Congregação de Santa Catarina, uma entidade filantrópica.[6] Nesse caso, ao estabelecer uma relação com o espaço público por meio de uma exposição permanente em seus muros, temos o discurso religioso articulado ao da divulgação artística. As imagens religiosas,

[6] HOSPITAL SANTA CATARINA. DIsponível em: https://pt,m,wikipedia.org/wiki/Hospital_Santa_Catarina. Acesso em 05 de maio de 2020.

alternadas com outras ligadas à medicina, estabelecem a ligação com os pedestres. Com as fotos capturadas durante a pesquisa, foi montado um recorte tendo em vista mostrar a articulação entre diferentes formações discursivas no discurso hospitalar, com o efeito de conciliar ciência e religião no espaço público.

Diferentemente de situações de museus e galerias, as obras não ficam destacadas em evidência e muitas vezes passam desapercebidas para o passante apressado, mas atentando-se para o canto inferior delas encontram-se assinaturas dos artistas ou seus nomes em pequenas placas de metal. Perpassando toda a fileira de obras, distinguimos três discursos: o religioso, o científico e o artístico. O equívoco aí se dá na justaposição desses diferentes tipos de discurso em um mesmo espaço, numa relação entre o sagrado e o profano. Vejamos três imagens que remetemos respectivamente ao discurso religioso, ao científico e ao cotidiano dos passantes:

(1)

(2)

(3)

Recortes de análise da exposição permanente na fachada do Hospital Santa Catarina
Fotos 1 e 3: José Horta Nunes. Imagem 2 (MARCO ULGHERI, 2020)

As imagens, tal como montadas no corpus, constituem uma relação de paráfrase, em que diferentes discursos significam a vida e o ser humano de diferentes maneiras. As obras (1) e (2) são de autoria do artista Marco Algheri, italiano radicado no Brasil. A primeira traz uma imagem de mulher com criança no colo, como uma representação artística da Nossa Senhora, marcada por traços de religiosidade, como a auréola. A segunda, com a imagem de um pulmão, é um painel em bronze com 2,10 m x 1,00 m, do mesmo autor, que suscita a cientificidade da história da medicina[7]. O último painel (3) traz uma pintura do artista Sérgio Niculitcheff[8], com uma figura

[7] Esta imagem da obra com o pulmão, que se encontra no muro do hospital, foi obtida no site http://www.ulgheri.it/PUBLICA/MEDICINA. Segundo a descrição desse painel, no site, ele é denominado "descoberta da circulação pulmonar" e traz o seguinte texto: "Lado a lado no pulmão/ Todo o ar que se renova/ em constante oposição". No mesmo site, é apresentada a seguinte descrição do projeto da obra de Marco Ulgheri, composta por 24 painéis que narram uma história da medicina: "A obra explora o fenômeno da arte e ciência médica como intervenção humana no ciclo natural da vida e da morte. A eterna luta pela sobrevivência, é enfrentada pelo homem por meios e óticas que mudaram no curso de sua evolução. A obra fala destes diferentes pontos de vista que, além de representarem a história da medicina, constituem também a história de como o homem se relaciona com as questões existenciais". A obra teve idealização e realização de Marco Ulgheri, com espaços físicos, recursos e organização geral do Hospital Santa Catarina, Os poemas são de Eduardo Cury (Ver MARCO ULGHERI, 2020

[8] "Sérgio Niculitcheff (São Paulo, São Paulo, 1960). Pintor, desenhista, professor. Entre 1975 e 1977, estuda no Instituto de Artes e Decoração (Iadê). Frequenta, em 1978, o Ateliê

humana anônima, que ao ser relacionada ao hospital pode lembrar uma gestante. Vemos aí indícios de três formações discursivas que compõem a heterogeneidade do discurso de divulgação hospitalar: a religiosa, a científica e a artística voltada ao cotidiano.

Na continuidade, vamos tratar da abordagem da obra de Niculitscheff, na medida em que ela suscita sentidos equívocos na imagem de um corpo sem traços internos, o que produz um estranhamento. Evocando a forma de uma gestante, a imagem remete a sentidos da vida, da maternidade e da assistência médica. Já as cores sombrias, em tons de bege e marrom, despertam uma certa solidão e angústia. Na Enciclopédia Itaú Cultural, encontramos o seguinte verbete sobre o Niculitcheff e sua pintura:

> (10) O significado da pintura de Sérgio Niculitcheff decorre, em grande medida, do efeito enigmático resultante de tirar objetos cotidianos de seu contexto: colchão, escada, livro etc., enfim, uma variedade de coisas presentes em nosso dia a dia figuram no centro da tela, pairando sobre um fundo neutro, homogêneo. Tal descontextualização, porém, não deve ser entendida como simples alienação, pois não se trata de apartar um objeto de seu ambiente apenas para negar-lhe a rede de significações que o sustenta. Ao invés disso, o artista pretende dirigir nosso olhar para o objeto em questão, nele concentrando nossa atenção, desmentindo sua banalidade. O espectador, ao olhar as telas de Niculitcheff, percebe imediatamente qual é o objeto representado (é um colchão, uma árvore, etc.), mas, ao mesmo tempo, uma questão se apresenta - saber qual é o significado dessa representação. E muito do vigor dessa dúvida vem justamente do isolamento em que a figura foi posta. Niculitcheff evidencia, assim, a distância existente entre olhar e ver, entre pousar os olhos e pensar com base

---

de Gravura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), onde é aluno de Evandro Carlos Jardim (1935). Em 1980, licencia-se em Educação Artística com especialização em Artes Plásticas, pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo. Entre 1981 e 1982, viaja para a Europa, principalmente França e Espanha, onde participa de exposições e mantém contato com Leonilson (1957-1993) e Luiz Zerbini (1959). Em Paris, é auxiliar do artista Piza (1928), na Galeria Bellechase. Sua primeira exposição individual ocorre em 1985, em Curitiba. Obtém em 2004 o título de mestre em artes visuais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Desde 2007, ingressa no doutorado em Artes Visuais na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Desde então, Niculitcheff já expôs em São Paulo, Campinas, Belém do Pará, Freiburg (Alemanha), Rio de Janeiro e Brasília, entre outras cidades.”.(Ver NICULITCHEFF, 2020)

> no que se vê. É metáfora disso a distância ambígua entre as figuras e o fundo - próximos, sem dúvida, mas não se sabe o quanto. Reconhecimento e conhecimento não são idênticos, apesar de semelhantes. O artista aponta para o cerne do enigma existente mesmo nas coisas mais cotidianas, a centelha de mistério presente até mesmo naquilo destinado ao uso e ao descarte, a evocação de questões perenes vindas até mesmo de coisas passageiras, que logo se desfazem. (NICULITCHEFF, 2020)

No texto do verbete, o gesto do artista, ao elaborar sua obra, se apresenta como o de produzir "enigmas", diante da "descontextualização" do objeto ("tirar objetos cotidianos de seu contexto"). A descrição técnica explicita relações entre objeto e contexto, frente e fundo, olhar e ver, reconhecimento e conhecimento, idêntico e semelhante, perene e descartável. Nessa enunciação artística que se identifica com a do espectador, há um deslocamento da banalidade para o olhar artístico ("desmentindo sua banalidade").

Situada defronte ao hospital, a obra significa na relação entre o cotidiano banal e os sentidos de ciência, vida e religiosidade que a ela se associam. Note-se também que, ao trazermos para a análise uma enciclopédica digital artística, elaborada pelo Itaú Cultural, explicitamos que o espaço expositivo da fachada do Hospital se articula ao desse centro cultural por meio do discurso enciclopédico, onde há biografias de artistas e comentários sobre as obras. Trata-se de mais um laço discursivo que produz o fluxo de de discursos artísticos no entorno público da avenida.

Colorindo os sentidos da "massa": o movimento das identidades

Ao buscar compreender a circulação do discurso artístico na região da Avenida Paulista, as estações de metrô se mostraram como um dos espaços de divulgação em que obras e textos institucionais estão estreitamentos ligados à espacialidade urbana. O Metrô de São Paulo dispõe de exposições permanentes, sobretudo de arte contemporânea, e temporárias, distribuídas em várias linhas do metrô. Vamos abordar aqui um painel fotográfico disposto na Estação Sumaré, uma estação situada na

mesma linha de metrô que serve a Avenida Paulista (a *linha verde*). O painel faz parte de uma exposição permanente, organizada pelo artista Alex Flemming, instalada em 1999. Mais recentemente, como veremos, houve uma nova intervenção artística diante dos acontecimentos da pandemia do coronavírus. Assim, em duas circunstâncias históricas, percebem-se os diferentes gestos de interpretação envolvendo as obras e os passantes que saem dos trens e atravessam a plataforma. Na relação entre as gravuras e o olhar fotográfico do analista, o equívoco se apresenta marcado, de um lado, pelo gesto de gravação do rosto em preto e branco com letras coloridas, produzindo um estranhamento e a possibilidade de decifração. E de outro, pelo gesto analítico de montar uma foto do rosto exposto tendo como fundo a imagem de trânsito automobilístico, que no momento da visita se apresentava nas laterais de vidro da plataforma.

Buscando reconstituir o processo de produção do painel, assim como desvendar alguns dos enigmas sugeridos pelo artista, acrescentamos à análise materiais textuais que abordam a construção dos painéis e sua instalação na estação do metrô, assim como, em um momento posterior, um texto sobre a intervenção mais recente do autor.

No painel fotografado, que mostramos logo abaixo, há um jogo entre a materialidade não-verbal e a verbal. Trata-se de um painel em vidro, sobre o qual foi gravado um retrato em branco e preto. E sobre o rosto do retrato encontram-se letras coloridas que se embaralham e tornam opaca a leitura:

Recorte de análise de um dos painéis da exposição permanente

de Alex Flemming na Estação Sumaré. Foto: José Horta Nunes

Diante da figura sombreada do retrato, tendo ao fundo a avenida com carros em movimento e a luminosidade do sol, a foto contrasta o retrato em preto e branco com a paisagem urbana. Com esse gesto de montagem do corpus imagético, buscamos trabalhar a contradição entre o trânsito automobilístico e o sujeito do transporte de massa. Note-se que a instalação foi montada em uma estação que apresenta as laterais em vidro, diferentemente de outras exposições no metrô, em que o espaço expositivo se encontra no subsolo.

O gesto de fotografar apenas um dos retratos, no intervalo de passagem dos trens, produziu um recorte do conjunto da instalação, que reúne 22 pares de painéis. Tal recorte visou a compreender o processo de individualização dos sujeitos[9], tal como textualizado pela prática fotográfica. O equívoco se apresenta, assim, no movimento das identidades. Na relação do sujeito do transporte ferroviário com seu exterior urbano, a identidade de massa é abalada por identidades diversas. Essa distinção, quando observada em seu movimento, conduz a conceber as plataformas como espaços de transição identitária. Enquanto no transporte público, quando os sujeitos se aglomeram, constitui-se a identidade de massa, a passagem aos espaços públicos abertos direciona para outros lugares de individuação, no movimento cotidiano da identidade.

Tendo acesso ao catálogo da exposição de Flemming (1998)[10], realizamos outros percursos de análise, a fim de compreender alguns aspectos que tornavam a leitura opaca, particularmente as letras

[9] A individualização do sujeito pelo Metrô, enquanto instituição de Estado, resulta em um usuário de transporte, considerado indivíduo que se aglomera em uma massa. E a partir daí, diante das "falhas" nesse processo (como a massificação), o indivíduo passa a ser significado na formação discursiva cultural, que projeta para ele sentidos artísticos e humanísticos. Sobre a noção de individu(aliz)ação do sujeito, ver E. Orlandi, (Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia.* Campinas: Pontes Editores, 2012, p, 228).

[10] Agradeço ao professor Danilo Roberto Perillo, do Instituto de Artes da Unicamp, pelas conversas sobre arte contemporânea e pela indicação do catálogo da exposição de Flemming.

embaralhadas que até então flutuavam na iminência de possíveis sentidos. A publicação traz relatos do autor sobre o processo de produção dos painéis de vidro. Vejamos primeiramente uma sequência de um texto de Fábio Magalhães, que aborda a visão institucional do Metrô:

> (12) Alex Flemming, ao desenvolver seu projeto de arte para o Metrô de São Paulo, levou em conta essa multidão que se reúne e se dispersa, silenciosa ou barulhenta, rumo ao trabalho, ao jogo de futebol e que regressa a seu bairro. Levou em conta também sua experiência pessoal, sua memória de viajante, a lembrança dos seus retratos nos inúmeros passaportes.
> A fotografia de passaporte serviu como metáfora, como registro do povo usuário do metrô. Flemming cria uma poética que faz aflorar em nós a inquietação do outro e descobrir o calor humano da pessoa estranha, do desconhecido que está ao nosso lado.
> O artista utilizou duas séries de vinte e duas imagens, colocadas enfileiradas nas plataformas e ordenadas, uma no sentido inverso da outra, com vinte e dois poemas, um para cada imagem. São retratos anônimos de tipos raciais diferentes, brancos, pretos e asiáticos, fotografados frontalmente como nos passaportes, *nas* carteiras de identidade, ampliados e gravados sobre vidros. (FLEMMING, A., 1998, s.p.)

Tendo em vista a "multidão, o "povo usuário do metrô", o "desconhecido que está ao nosso lado", o projeto de Flemming surge como algo que desperta a "inquietação do outro", "o calor humano da pessoa estranha". Assim, os "retratos anônimos de tipos raciais diferentes" foram ampliados e gravados no vidro com poemas sobrepostos. A identidade aparece como uma face institucional da cidadania massificada, sobre a qual se gravam marcas que deslocam sentidos estabilizados para significar a individualidade e a diversidade. E isso ocorre no interior mesmo da instituição, quando ela reconhece suas "falhas" na individuação dos sujeitos, mobilizando artistas para despertar outros traços identitários.

No relato de Flemming, na mesma publicação, o autor apresenta uma narrativa de seu percurso artístico, salientando sua relação com a fotografia:

> (13) As fotografias de passaporte sempre me foram companheiras, pelo simples fato de ter nascido filho de um piloto catarinense e de uma aeromoça campineira que trabalhavam na real Aerovias. Era São Paulo em 1954. Era São Paulo em 1954: no IV Centenário, o aeroporto de Congonhas era só movimento, e o Super Constellation com seu rabo tripartite, a mais moderna aeronave de carreira. E, acreditem se quiser, era meu pai quem pilotava.
> Já em 1958 nos mudamos para os Estados Unidos e sinto não ter guardado todos os vários passaportes que vieram depois, testemunho fotográfico de nossa rápida passagem pelo mundo. Talvez daí tenha ficado a idéia de documento, enquadramento, pose séria, segundos de introspecção eternizados para todo o sempre no filme Kodak. Ou Agfa. Me lembro também da surpresa da relatividade do todo-o-sempre ao tirar fotos em lambe-lambes nas praças de Campinas que eram tão mal processadas quimicamente (eu não entendia) que depois de algumas semanas elas amareleceram e daí a alguns meses sumiam.
> Quarenta anos depois, já em 1998, ao realizar este projeto de Arte para o Metrô de São Paulo quis refletir um pouco sobre a verdade dos olhares nos documentos, sobre a população anônima que transita conosco sentada encostada no banco ao lado e que, na maioria arrasadora das vezes, não chegamos a perceber o manancial de poesia que se esconde atrás de um muro de paletós embrutecidos ou de vestidos plissados como armaduras. (FLEMMING, 1998, s.p.)

> (14) Também não quis nada muito correto, industrial, perfeito. Acho que me lembrei mais dos lambe-lambes do que dos passaportes, ou fiz uma junção dos dois. Mesmo as poesias são menos fiéis a uma aula de ginásio do que às reminiscências que porventura tenhamos dela. (FLEMMING, 1998, s.p.)

Nessa memória de iniciação fotográfica, duas referências são ressaltadas pelo autor. Primeiramente, as fotos de passaporte ("documento, enquadramento, pose séria"), que se mostram como "testemunhos" das situações de viagem. Depois, as fotos lambe-lambe em praças, com os sentidos de "surpresa", "relatividade", "amarelecimento" e até mesmo o "sumisso", enfim, alterações fotográficas que afetam a identidade. Desse modo, o autor trabalha a imagem de si na relação com

discursos institucionalizados e as práticas fotográficas no espaço público, memória essa que se insere no projeto da Estação Sumaré.

Na sequência, o catálogo traz uma série de fotografias que mostram a elaboração e a montagem dos painéis. Observemos primeiramente esta sequência de montagem dos paineis:

Recorte de análise da produção do painel de Alex Flemming.
Imagens: Catálogo da exposição (FLEMMING, 1998)

Observar o trabalho com as diferentes materialidades sobrepostas (vidro, fotografia, letra), tal como explicitado no catálogo da exposição, levou a refletir sobre a circulação da obra em diferentes meios. Na estação, os usuários vivenciam a instalação, o resultado final do trabalho artístico, enquanto os leitores do catálogo têm acesso ao modo de fazer e ao discurso autoral.

Passemos agora a um dos retratos que se encontram no catálogo, que consiste na imagem de uma das pessoas fotografadas no projeto (1), antes do retrato ser trabalhado e aplicado no painel. Ajuntamos a essa foto anterior, as da primeira versão trabalhada (2) e a da que foi obtida no local para este trabalho (3):

(1) (2) (3)

Recorte do análise do processo de produção da obra.
Imagens 1 e 2: Catálogo da exposição (FLEMMING, 1998).
Imagem 3: Painel exibido na Estação Sumaré (foto: José Horta Nunes)

No primeiro quadro (1), nota-se a imagem que evoca a memória das fotos de passaporte, à qual são acrescentadas pinceladas e numerações que marcam o processo de elaboração artística. Na segunda, (2), a imagem trabalhada com os fotolitos ampliados e o poema estampado sobre o retrato, que leva à identidade re-signifcada pelo discurso poético. E na terceira (3), o resultado final tal como fotografado para esta análise, que consideramos como a identidade ligada à espacialidade urbana.

Ao ter acesso à versão da imagem (2), no catálogo, foi possível identificar o poema escrito sobre o retrato do painel da estação, visto que, na passagem da imagem (2) para a (3), foram rearranjadas as letras, tornando a leitura enigmática, de modo a demandar do leitor uma parada e reflexão para decifração do poema e de sua autoria. Chegamos assim ao poema parnasiano *Via Lactea,* de Olavo Bilac (1865-1918), que teve uma estrofe destacada para figurar sobre o retrato, como a sinalização de um despertar identitário:

> Ora (direis) ouvir estrelas! Certo
> Perdeste o senso!" E eu vos direi, no entanto,
> Que, para ouvi-las, muita vez desperto
> E abro as janelas, pálido de espanto... (BILAC, 2020)

Finalmente, gostaria ainda de mencionar a intervenção efetuada por A. Flemming em seu próprio trabalho, em 06 de maio de 2020. Em meio à pandemia do coronavírus, o artista foi até a Estação Sumaré, tal como programado previamente na mídia, e sobrepôs a cada retrato da exposição uma máscara de proteção colorida, como se vê na imagem abaixo, obtida em um dos meios que veicularam a intervenção na Internet:

Intervenção de Flemming durante a pandemia do coronavírus, em maio de 2020.
Imagem: jornal Diário do Transporte (2020)

Imagens como essas voltaram a significar os movimentos identitários na relação com os equívocos, as instituições, os processos de subjetivação. Desta vez, os sentidos de saúde, de proteção no espaço público, de cientificidade, tão reiterados durante a pandemia, conformam novas identidades coletivas, marcadas ao mesmo tempo pelos gestos de individualização, condicionados pela diversidade de cores das máscaras em cada rosto. Também se notou uma alteração no discurso de autoria, na medida em que a intervenção, com a colagem das máscaras nos rostos dos

painéis, pôde ser acompanhada pelos passantes nas plataformas, além de ser sido amplamente divulgada.

Um respiro na caminhada: discurso artístico e ferramenta imperfeita

Ao abordarmos o papel da prática fotográfica na análise de três situações de divulgação artística, procuramos relacioná-la com o dispositivo de interpretação da AD. A partir das experiências de captura de imagens, ressaltamos o funcionamento do equívoco na relação entre o analista em posição de fotógrafo, afetado pela alteridade e por diferentes formas de equívoco.

A partir daí, passamos a indicar nas análises o processo de construção do dispositivo analítico, mediado pela tecnologia e pela mobilização de conceitos do dispositivo teórico, com ênfase para a noção de "equívoco". O artefato fotográfico, desse modo, se mostrou em uma série resultados desse trabalho teórico-analítico, envolvendo: imagens antecipatórias da captura de fotos pelo analista, montagens de corpus a partir de recortes de imagens, posicionamentos de câmera para captura de equivocidades, descrições de equívocos enquanto gestos de interpretação inscritos nas obras, diferentes filiações de memória resultantes da análise da materialidade fotográfica, enigmas em linguagens verbais e não-verbais, equívocos observáveis em processos de interpelação e movimentos de significação de identidades, dentre outros.

Nessa direção, a tecnologia não se apresenta como um instrumento que se utiliza independentemente do dispositivo teórico e metodológico, mas sim inserido na montagem do dispositivo, bem como nas reformulações que se dão no decorrer da análise. Para finalizar, gostaria de lembrar uma tirinha de quadrinhos de *Os Smurfs*, que Michel Pêcheux (1990b) apresenta no início de um de seus textos, denominado *O Discurso: estrutura ou acontecimento.* A tirinha retoma uma questão que sempre foi cara ao autor, a da "ferramenta" ou dos "instrumentos˜ da

ciência ou ainda, conforme o título do livro de Paul Henry[11], a “ferramenta imperfeita". Os personagens da tirinha conversam em torno da "utilidade" das ferramentas, porém há algo que falha, conforme a imagem que um personagem faz do outro:

Imagem de tirinha de *Os Smurfs* no livro *O Discurso: estrutura ou acontecimento* (PECHEUX, M. 1990b)

O instrumento, desse modo, não é pensado independentemente dos discursos em que eles se encontram, nas relações entre os sujeitos. Ao mobilizar o discurso artístico da tirinha, Pêcheux aponta que os "equívocos” que envolvem as ferramentas não são eliminados quando se visa a uma ou outra utilização imaginária. E assim acontece com a Análise de Discurso, quando se visa a instrumentalizá-la para obter certas finalidades que deixam de lado a possibilidade de interpretação ou a historicidade dos sentidos.

[11] HENRY, P. *A Ferramenta Imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

Referências bibliográficas

BARBAI, M. Sujeito e espaço "na Paulista, `tá dando pra se viver'?". In: V. Petri; C. Dias, *Análise de Discurso em Perspectiva*: teoria, método e análise. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2013, p. 109-120.

BILAC, O. Via-Lactea. In: *Domínio Público*. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br. Acesso em 02 de novembro de 2020.

COSTA, G. C. da. Um corpo em jogo: discurso, imersão e tecnologia. In: *RUA*, Campinas, SP, v. 22, p. 316–331, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8647445. DOI: 10.20396/rua.v22i2.8647445.

DIAS, C. P. A cidade como arquivo: mobilidade e sujeito. Da enunciação ao acontecimento. In: *Análise do Discurso Digital:* sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018, p. 119-135.

DIÁRIO DO TRANSPORTE. Disponível em: https://diariodotransporte.com.br/2020/05/06/metro-coloca-mascaras-nos-retratos-da-estacao-sumare. Acesso em 06 de maio de 2020.

FLEMMING, A. *Estação Sumaré*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.

HENRY, P. *A Ferramenta Imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992..

HOSPITAL SANTA CATARINA. In: *Wikipedia*. Endereço: https://pt,m,wikipedia.org/wiki/Hospital_Santa_Catarina). Acesso em 050 de maio de 2020.

ITAÚ CULTURAL. Endereço: https://itaucultural.org.br/ocupacao. Acesso em 20 de outubro de 2020.

LAGAZZI, S. Linha de passe: a materialidade significante em análise. *RUA*, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 173–182, 2010. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638825. DOI: 10.20396/rua.v16i2.8638825.

LAGAZZI, S.M.. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. *Linguagem em (Dis)curso (Impresso),* v. 11, p. 1-18, 2011.

MARCO ULGHERI. Acesso em 05 de maio de 2020. Disponível em: http://www.ulgheri.it/PUBLICA/MEDICINA.HTMhttp://www.ulgheri.it/PUBLICA/MEDICINA.HTM.

MERLINO, S; MONDADA, L. Crossing the street: How pedestrians interact with cars. *Language and Communication. 65* (2019), p. 131-147.

NECKEL, N. R. M. A(s) prvosioriedade(s) dos ATOS. In: R. Osthues [et all.]. *O Discurso nas fronteiras do social*. V. 2. Campinas: Pontes Editores, 2019, p. 183-212.

NICULITCHEFF. In *Enciclopédia Itaú Cultural.* Endereço: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9882/niculitcheff. Acesso em 05 de maio de 2020.

NUNES, J. H. Aspectos da forma histórica do leitor brasileiro na atualidade. In: E. P. Orlandi (Org.). *A leitura e os leitores.* 1a ed. Campinas: Pontes Editores, 1996a, p. 25-46.

NUNES, J. H. Fauna e flora urbana. Ensaio fotográfico. In: *RUA*, v. 2, n. 1, p. 143–161, 1996b. DOI: 10.20396/rua.v2i1.8640613. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640613.
NUNES, J. H. Janelas da Cidade: outdoors e efeitos de Sentido. *Escritos*, Campinas, v. 2, 1998, p. 9-18.
NUNES, J. H. O sujeito no discurso: um lugar para falar na praça. In: R.C. Marchezan, A. Cortina (orgs.). *Os fatos de linguagem*: esse conjunto heteróclito. 1 ed. Araraquara: FCL-UNESO Laboratório Editorial, 2006a, v. 10, p. 21-38.
NUNES, J. H. Escrita e subjetivação na cidade. In: B. Mariani. (org.). In: *A escrita e os escritos*: reflexões em análise do discurso e em psicanálise. 1a. Ed. São Carlos: Claraluz, 2006b, p. 45-58.
NUNES, J. H. Praças Públicas na Contemporaneidade: história, multidão e identidade. *Cadernos de Estudos Linguísticos* (UNICAMP), v. 52, p. 157-168, 2011.
NUNES, J. H. Marchas Urbanas: das redes sociais ao acontecimento. In: V. Petri, C. Dias (orgs.). *Análise do Discurso em Perspectiva*: teoria, método e análise. 1a ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013a, p. 64-84.
NUNES, J. H. Museu da Língua Portuguesa: instituição e discurso didático. *Letras* (UFSM), v. 23, n. 46, p. 203-224, 2013b.
NUNES, J. H. Discurso artístico no metrô: Sentidos inusitados para sujeitos em trânsito. In: *RUA*, v. 26, n. 2, p. 529–553, 2020. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8663438.
ORLANDI, E. P. Divulgação Científica e Efeito Leitor: uma política social urbana. In: E. Guimarães (Org.). *Produção e Circulação do Conhecimento.* Campinas: Pontes Editores, 2001a, p. 21-30.
ORLANDI, E. Tralhas e Troços: o flagrante urbano. In: *Cidade Atravessada.* Os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001b, p. 9-24.
ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. In: *Discurso e Textualidade*: Introdução às Ciências da Linguagem. Campinas: Pontes Editores, 2006.
ORLANDI, E. P. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: *Discurso em Análise*: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012, p. 213-239.
ORLANDI, E. Eu Tu Ele - discurso e real da história. Campinas: Pontes, 2017.
ORLANDI, E. P. A Análise de Discurso é possível? *Línguas e Instrumentos Linguísticos*i, n. 44, jul-dez 2019, p. 137-154.
PECHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: F. Gadet & Hak. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990a.
PECHEUX, M. *O Discurso*: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990b.
PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: E. Orlandi (org.). *Gestos de Leitura*: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 55 a 66.
PECHEUX, M. Papel da memória. In: P. Achard et all, *Papel da Memória*, 1999.
PETRI, V. O funcionamento pendular próprio às análises discursivas na construção do "dispositivo experimental" da Análise de Discurso. In: V.

Petri; C. Dias, *Análise de Discurso em Perspectiva*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2013, p. 39-48.
RIGAT, F. Les textes expographiques: pour une approche de la langue-culture dans les expositions d'art moderne. *Éla. Études de linguistique appliquée.* Klincksieck, nº 138, 2005/2, p. 153-170.
ROBIN, R. *Mágapolis* – Les derniers pas du flaneur. Paris: Éditions Stock, 2009.
SOUZA, P. de. Espaços interditados e efeitos sujeitos na cidade. In: E. Orlando. *Cidade Atravessada*: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Ponte Editores, 2001, p. 71-81.

A escuta psicanalítica na fronteira: por uma ética do espanto

Leo Rodriguez

Não pode haver ausência de boca nas
palavras: nenhuma fique
desamparada do ser que a revelou
Manoel de Barros, *O livro sobre nada*

Supomos de partida que a psicanálise faz alguma coisa. Essa é a ideia com a qual Jacques Lacan deu abertura ao seu Seminário sobre o ato psicanalítico (1967-1968), no qual tenta introduzir a função do ato em psicanálise enquanto *práxis* que implica profundamente o sujeito, um fazer que instaura o novo e não apenas ratifica por meio da repetição o antigo (aula de 15/11/1967). E não é sem propósito que tomamos esse fazer que instaura algo novo como nosso ponto de partida. Algo novo como *espanto* que faz falar onde havia apenas silenciamento.

Momento de ver

O objeto da leitura que aqui propomos surgiu de uma ideia compartilhada entre alguns psicanalistas ainda (e sempre) em formação de fazer *outra coisa* que não sempre o mesmo que se faz desde certa posição encastelada do saber psicanalítico. Isso em meados de 2017. O que nos movia e move é o desejo de sustentar uma clínica de psicanálise lá onde na experiência urbana e no nosso laço social ocupam o lugar de fronteira enquanto lugar próprio do periférico. Assim surgiu um coletivo de psicanalistas em torno da *Pulso: clínica social de psicanálise* – nosso objeto propriamente dito, na Vila União, na cidade de Campinas-SP, abrigada na *Maloca*, uma ocupação urbana de arte e cultura. O propósito era simples: nos dispomos à escuta do que está estruturalmente recalcado em nosso contrato social.

A leitura que aqui propomos é, portanto, uma entre outras possibilidades de leitura dessa experiência em curso e que vem se recolhendo nesse tempo "só depois" daquele desejo de fazer outra coisa que nos constituiu. Um só depois que ainda está muito cedo, diga-se.

Vale ressaltar que a *Pulso* se inscreve em um *movimento* de coletivos de psicanálise que nos últimos cinco anos surgiram em todo o país[1], com clínicas públicas, clínicas de rua e clínicas do testemunho e que apontam por uma reconfiguração da psicanálise no espaço público e levanta novas questões para a psicanálise no Brasil.

A clínica tomada em si funciona como funcionaria no centro ou nas galerias da *pólis*: atendimentos individuais, hora marcada, semanal, poltrona, divã e móveis esperados de um *setting* clássico. Mas ali não cobramos pelas sessões[2]. Além desse funcionamento clínico usual, nós nos reunimos quinzenalmente para um grupo de estudos com os analistas postos ali em causa e, periodicamente, fazemos uma supervisão coletiva dos casos clínicos com um analista de fora. Essa experiência como um (não)todo é o que torna possível a existência da *Pulso*. Deste funcionamento de modo isolado, nenhuma contradição a princípio se instaura dentro da clínica psicanalítica tradicional. E ela é isso, uma clínica psicanalítica em modos ditos tradicionais. Com um desvio.

---

[1] *Margens clínicas*; *Psicanálise na Praça Roosevelt*; *Clínica Pública de Psicanálise* (na Vila Itororó); *Clínica Aberta de Psicanálise* (na Casa do Povo), todas essas em São Paulo; *Estação Psicanálise* (em Campinas); *Psicanálise na Rua* (em Brasília e Cuiabá, com o mesmo nome); *Psicanálise na Praça* (em Porto Alegre e Santos, com o mesmo nome), entre muitos outros.

[2] Não há ainda uma reflexão constituída acerca do pagamento e de seu lugar simbólico na *Pulso*. Mas talvez seja um caminho possível de se pensar aqui a ausência do dinheiro, entendido como equivalente geral que permite o funcionamento fantasmagórico do reino das mercadorias intercambiáveis indistintamente entre si, como possibilidade de dar acesso ao analisante àquilo que nunca sequer lhe foi ofertado por dinheiro: a possibilidade da fala. A entrada em análise, na qual o sujeito de algum modo se engaja, suporia então o ato de tomar a fala que lhe foi historicamente subtraída. Da eventualidade de que isso ocorra, surgiria um peso único dos significantes postos a circular na relação analítica, distinguindo sujeito e mercadoria, um movimento do corpo-máquina ao corpo-pulsional. É claro que em psicanálise a questão do pagamento recoloca o lugar de dinheiro, não tomado como equivalente geral, mas como equivalente simbólico, ligado à economia do desejo. Mas é necessário pensar a possibilidade de uma outra equivalência quando o lugar do simbólico está expropriado no laço social.

Momento de compreender

O que atravessa radicalmente a nossa *práxis* é a condição da fronteira marcada pelo simbólico: a escuta da fala historicamente subtraída, expropriada e exilada, fura o nosso arsenal linguageiro malhado. E esse simples fato, então, parece possibilitar o surgimento de algo novo.

A noção de fronteira tem aqui uma importância particular. Essa condição fronteiriça é aquilo que isola e deixa cair da narrativa majoritária "o frágil e minúsculo corpo humano", cuja possibilidade de transmissão da experiência está perdida, posto que é a experiência mais radicalmente desmentida "do corpo pela fome" (BENJAMIN, 2012, p. 124). Corpos que comparecem na exclusão e na apropriação da vida pela política nos traços soberanos (AGAMBEN, 2002, p. 15) que regem nosso contrato social. Entendemos a fronteira, portanto, enquanto espaço de barramento, de segregação e da impossibilidade da experimentação dos viventes na cidade. É verdade que alguma experimentação sempre estará em jogo, mas, na condição da fronteira, um lado se imobiliza enquanto mercadoria responsável por produzir outras mercadorias e colocá-las em circulação e o outro lado goza de seus bibelôs em salões fechados. De todo modo o que está subtraído é a possibilidade da experiência na *pólis*, posto que capturados pela fantasmagoria do mercado.

Benjamin levanta a questão de que, estranhamente, as experiências mais marcantes da constituição da modernidade, como era o caso da guerra moderna, não se fizeram acompanhar de experiências comunicáveis. "Os combatentes voltavam silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos" (BENJAMIN, 2012, p. 124). Instalou-se uma contradição, pois o mercado literário absorveu uma avalanche de livros de guerra, nos quais não se podia encontrar uma linha sobre a experiência transmissível no boca a boca.

Ora a perda da experiência transmissível pelo emudecimento, põe em vias de extinção "o dom de ouvir, e desaparece a comunidade dos

ouvintes" (BENJAMIN, 2012, p. 221). A fronteira se materializa também, portanto, na distância entre a boca e o ouvido e quando se diz não é *isso* (o *Es* freudiano ou o *ça* lacaniano) que se escuta.

Achille Mbembe, por sua vez, diz da condição de fronteira com outro estatuto e implica os corpos em sua condição já muda. O faz ao ligar a fronteira à soberania, como traços do período de "ocupação colonial"

> Essa inscrição de novas relações espaciais ('territorialização') foi, enfim, equivalente à produção de **fronteiras** e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da **soberania** (MBEMBE, 2018, pp. 38-39, grifos nossos).

Soberania esta que se exerce pela capacidade de "definir quem importa e quem não importa, quem é 'descartável' e quem não é" (MBEMBE, 2018, p. 41). Mbembe introduz à discussão foucaultiana de biopolítica o conceito de necropolítica para afirmar que o exercício da soberania neoliberal incide na decisão de quem deve morrer e não apenas uma decisão sobre os viventes. Essa é a marca da diferença intransponível entre aquele que pode participar do laço social e aquele que lhe é indiferente, cuja exclusão não deixa de fazer ranhura na língua.

O propósito de ir escutar na fronteira se engaja, portanto, naquilo que da língua se marca pelo silenciamento, da fala como inaudível. O que aí está subtraído na materialidade, entretanto, deverá reaparecer em outro lugar na forma sujeito de desejo.

Trata-se propriamente de uma aposta quando instalamos uma clínica psicanalítica na fronteira. Uma aposta de que na possibilidade de construção de uma narrativa ainda inédita e que se tece na tomada da palavra a quem se supõe apenas o silêncio, tornando possível que algo do real de lalíngua possa comparecer de algum modo. Pela escuta

psicanalítica, pela decisão daquele que resolve se engajar em uma psicanálise, podemos supor que uma temporalidade nova possa se construir, que não o tempo rítmico da repetição dos corpos subtraídos da possibilidade de dizer. Mas um tempo do agora (BENJAMIN, 2012, p. 249) que traz do passado o seu índice secreto como marca, que faz roçar o indizível pela fala atual. E que nessa temporalidade, a seu modo, o equívoco inscrito no real da história compareça. E que isso faça algo novo.

A temporalidade aqui é duplamente implicada. No tempo da fala que faz revelação ao nomear o impossível como equívocos da língua, surge um espectro de temporalidades históricas que não encontraram lugar na narrativa do progresso enquanto motor que escreve livros, mas que não dá a palavra final da cultura. Significantes sub-situados (uma das traduções que Lacan propõe ao *Unterdrückt* freudiano) furam os significantes que circulam pela *pólis*.

De outro modo, a proposta de colocar o *setting* psicanalítico na margem e além dela, do espaço geográfico, histórico e linguístico da cidade nos liga a um fazer com pouco, fazendo surgir na barbárie da experiência intransmissível um "conceito novo e positivo de barbárie" que nos impele "a partir para frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco" (BENJAMIN, 2012, p. 127). Um fazer bárbaro que por um desvio restitua a somatória dos silenciamentos compondo uma nova língua capaz de nomear o impossível do social, uma língua dos novos bárbaros surgidos da contemporaneidade nua. Desvio que está referenciado em relação à narrativa do progresso que exclui o frágil e minúsculo corpo humano e ao fazê-lo coleta fragmentos do impossível e faz dizer uma nova língua[3].

Lacan ao longo de todo o seu ensino insistiu na apreensão do inconsciente como "estruturado como uma linguagem". Em *O aturdito,* propõe com audácia uma articulação entre essa linguagem e aquilo que da

[3] Benjamin diz "essas criaturas também falam uma língua inteiramente nova" (Benjamin, 2012, p. 126).

língua apareceu como falha. O fez ao integrar em seu sistema o ato falho que cometeu e fez aparecer *lalangue* quando intencionava dizer [André] Lalande (*Vocabulário técnico e crítico da filosofia*). Ali o inconsciente,

> por ser 'estruturado *como uma* linguagem', isto é, como lalíngua que ele habita, está sujeito à equivocidade pela qual cada uma delas se distingue. Uma língua entre outras não é nada além da integral dos equívocos que sua história deixou persistirem nela. É o veio em que o real – o único, para o discurso analítico, a motivar seu resultado, o real de que não existe relação sexual – se depositou ao longo das eras (LACAN, 2003, p. 492).

O próprio da relação analítica em que comparece com força, além do eixo imaginário de que *um* fala a *outro*, o campo do Outro, que dá a ver o sujeito da enunciação como *integral dos equívocos que sua história deixou persistirem nela*. Ora, há de se supor que ali - na fronteira do laço estabelecido enquanto língua inequívoca - o ponto de impossível da língua, o equívoco, compareça com a tessitura da contradição histórica fazendo furar o ordeiro da língua, pondo-a em desordem e fazendo inscrever algo de novo na encruzilhada. Um novo capaz de desejo.

É nesta aparição de alguma maneira do impossível da verdade ancorada na língua que a fronteira, enquanto tecido ordenado pela força, pode instituir, por desvio, um limiar que assusta ao outro lado da fronteira pelo que esconde. Aparição que incita e faz fervilhar a imaginação e estilhaça a fronteira do constituído dando lugar ao constituinte, enquanto conteúdo que se diz da verdade como equívoco. Benjamin é quem diferenciou limiar e fronteira, rigorosamente distintos, tomando o limiar [*Schwelle*] como zona, mudança, transição e fluxo, distinto da burocracia violenta da fronteira [*Grenze*] (BENJAMIN, 2018, V II, p. 816).

Em uma outra abordagem, não sem aporias, da ideia de limiar como aqui tomada, fazemos Lacan conversar com Benjamin. Em seu ousado "Lituraterra" (LACAN, 2003), Lacan faz a letra deslizar ao lixo, ao retomar o equívoco de James Joyce que tomou *a letter* por *a litter*. Lacan só se interessa aqui com o litoral, quando do escoamento das águas, a "rasura

de traço algum que seja anterior, é isso que do litoral faz terra" (LACAN, 2003, p. 21). O litoral faz terra ao separar como fronteira o centro e a ausência, o gozo e o saber, mas que desliza neste limiar do semblante ao significante. "A escrita não decalca este último, mas sim seus efeitos de língua, o que dele se forja por que a fala" (LACAN, 2003, p. 22). Ora, não é propriamente o deslizar do semblante como letra de gozo ao significante de quem o fala que se forja o litoral, faz terra? Uma brincadeira muito séria do que se apresenta para o sujeito que revela sua nova língua fazendo surgir como limiar o que se reapresentava como repetição de fronteira. É propriamente a escritura litoral do sujeito que permitiria passar do gozo do mundo, imundo à pulsão para vigorar a vida. De uma impossibilidade, surge uma passagem por desvio da letra.

Tentamos, portanto, no campo da nossa prática, encontrar o fio em que se instaura o limiar historicamente constituído como fronteira, no laço e na linguagem. Tentando fazer terra no litoral. É por esse fio que uma zona pode se abrir como campo das passagens, que destituem a barragem da fronteira e suas burocracias.

A certeza de que o equívoco comparece de algum modo está ancorado na prática psicanalítica de que isso faz alguma coisa. Ora, o minúsculo e frágil corpo humano fala e isso (*Es* e *ça*), ademais, sonha. É no sonho que o traumático se faz ver não somente como imaginário, mas no relato toma para si o simbólico que permite reencontrar a história dos desejos em uma narrativa cuja tessitura faz sonhar alto.

O trauma, propriamente, é o que escutamos na *Pulso* como uma marca que se repete nesta fronteira. Ora, ao apostarmos que no trauma não existe tão somente repetição e atualização do mesmo, ao oferecer-nos dizendo "sim, me interessa escutar seu sonho" e fazendo-nos suporte do rasgamento do sujeito, toda uma possibilidade de criação de outra imagem, que não só a imagem da experiência traumática, se abre – como limiar. À repetição se acrescenta sempre um a mais. Há sempre um mais-além da palavra, que é o próprio mundo semântico da linguagem, que possibilita

criar a ressonância de todos os seus sentidos. Emprestamo-nos, portanto, por meio da linguagem à possibilidade da construção de uma história do sujeito. Que ao se atualizar como uma memória impossível em chave de rememoração posta ao lado da repetição (*perlaboração* – trabalho através de), cria movimento e muda a posição do sujeito inscrevendo algo novo intimamente ligado ao desejo. A posição do analista é propriamente o de sustentar o desejo do analista, para que no entre, surja o lugar do desejo manifesto do sujeito.

Fragmentos de uma psicanálise[4]

Uma mulher nos procurou por recomendação do serviço de assistência social do bairro. Com muita resistência, ela vem e relata com muita dificuldade um histórico de algumas décadas de violência doméstica. Esta havia cessado há poucos anos quando conseguiu se separar enfim do ex-marido por meios judiciais. Acrescenta que na infância era abusada pelo pai. O casamento, ela diz, foi a forma encontrada à época de se safar dos abusos e ameaças do pai, que prometera vingar quando o histórico de abusos ganhou publicidade familiar com repercussões judiciais.

O trabalho acontece lentamente. A analisante responde à minha interpelação sobre seus sonhos e começa a relatá-los como imagens que ao longo de sua vida se repetiram e se repetem na situação analítica. De um sonho a outro, a marca da atualização traumática reaparece de formas violentas, sufocantes e com o traço das vozes do pai, já falecido, e do ex-marido, ainda vivo e que ameaça voltar ao laço matrimonial com certa constância. Aos poucos, a analisante começa a operar meios de interpretação dos próprios sonhos e vê-se presa a uma narrativa única de sua história marcada pela violência, marca que em diversos momentos se inscrevia no corpo em momentos que diversos sintomas compareciam e a deixavam uma ou duas semanas de cama.

[4] Os fragmentos aqui escritos foram autorizados previamente pela analisante.

Ela narra ainda que o histórico de violência do ex-marido havia se iniciado quando ela engravida do primeiro filho e decide a partir de então não mais acompanhar o ex-marido no uso de drogas. Relata que ali havia uma decisão por cuidar dos filhos, que custou o preço de uma violência inédita.

No percurso que foi se trilhando pelos sonhos, alguma diferença entre as atualizações da violência foram aparecendo, e aos poucos um a mais começou a surgir. A analisante se deu conta que nas imagens oníricas ela comparecia como sujeito capaz de criar outra saída que não a morte, sempre muito presente em seu noturno. Os sonhos que sempre se teceram como imagens de sua infância e depois da vida adulta em condições sempre muito extremas e limites deram lugar, em determinados momentos, a sonhos de que ela estava grávida. Ao interrogá-la sobre o que poderia representar a gravidez que começou a se repetir nessas imagens em situações diversas, ela teceu uma narrativa dos momentos distintos e de viradas em sua vida quando esteve grávida dos filhos. Associou ainda ao que tinha ouvido dos filhos recentemente atribuindo-lhe uma força incomum no amor que lhes concedeu. E atribuiu aos sonhos de gravidez um sentido de um momento novo na vida.

Uma sessão após, narrou com angústia que um apartamento no prédio ao lado do seu havia pegado fogo, mães e filhos estavam no hospital com queimaduras. Disse ainda que era gente que se conhecia, a família toda usava drogas juntos, mãe, filhos, pai, todos, indistintamente. Acrescenta o fato de ter ouvido dizer que o fogo havia sido causado intencionalmente pelo pai[5]. Perguntei, então, o que ela conseguia dizer dessa angústia

[5] Essa comunicação dá todo um novo sentido ao sonho analisado por Freud no *A interpretação dos sonhos*. Um pai havia passado dias ao lado da cama do filho enfermo. "Depois que a criança morre, ele vai para um quarto vizinho, a fim de descansar, mas deixa a porta aberta, para poder ver o aposento onde jaz o corpo do filho, cercado de velas altas. Um homem idoso foi encarregado da vigília e está sentado junto ao corpo, murmurando orações. Após algumas horas de sono, o pai sonha que *o filho está em pé ao lado de sua cama, que o agarra pelo braço e sussurra em tom de repreensão: 'Pai, você não vê que estou queimando?'*. Ele acorda e vê um brilho forte vindo do quarto do filho, corre até lá e encontra o vigia idoso adormecido, a mortalha e um braço do corpo amado do filho queimados por uma vela que caíra". [...] "Depois que reconhecemos o sonho como algo

causada pela tragédia vizinha; "fiquei pensando que poderia ter sido eu e meus filhos se eu tivesse continuado usando drogas com meu ex-marido mesmo depois da minha primeira gravidez". Nesse ponto ela integrou em sua narrativa a força que seus filhos a haviam atribuído recentemente. O que surge aqui é um desejo descolado do Outro da necropolítica.

Esses fragmentos contêm, em germe, a operação do desvio de uma narrativa – como própria da tradição oral e do discurso vivo - que do Eu faz surgir possibilidade de sujeito. Nota-se que a comparação que a analisante operou com relação ao trágico que habitou o destino dos que moram ao lado não operou em sentido moral. Isso posto no fato de que tanto no caso dos vizinhos quanto no seu, a escolha pelo uso familiar de drogas ou a sua recusa, não os deixaram de unir pela marca da violência. A escolha é, portanto, ética, próprio do que é marcado pelo desejo como causa da verdade do sujeito. Do corpo marcado pela violência e caído do laço, surge uma força capaz de amor. É interessante notar como a tessitura dessa nova inscrição do sujeito aparece no percurso dos sonhos e sua integração simbólica do real do trauma, permitindo restituir a esfera do desejo antes posta fora das possibilidades. É esse desvio que a permite, por exemplo, ir ao mar se divertir sem o medo anterior de que a água fosse somente arma de sufocamento e afogamento como apareceu diversas vezes em seus sonhos de outrora.

---

pleno de sentido, que se pode inscrever na trama do funcionamento psíquico, devemos nos admirar de que houvesse um sonho em circunstâncias que exigiam que o pai despertasse rapidamente. Então percebemos que nesse sonho também não falta a realização de um desejo. Nele o menino morto age como uma pessoa viva, ele próprio avisa o pai, vai até sua cama e o puxa pelo braço, como provavelmente fez naquela lembrança da qual o sonho tomou a primeira parte da fala da criança ['Pai, você não vê?']. Pela realização desse desejo, o pai prolongou o sono por um momento. O sonho teve a preferência sobre a reflexão em estado de vigília, porque mostrou a criança viva. Se o pai tivesse acordado primeiro e depois tirado a conclusão que o levou até o quarto vizinho, ele teria como que abreviado a vida da criança por esse momento". Neste sonho famoso pelas penas de Freud, o sonho é compreendido como a realização de um desejo pelo prolongamento da vida do filho, por um breve instante. No caso trazido por nossa analisante, parece operar um desejo do Outro sobre o pai, um Outro necropolítico, que diante de uma possibilidade do questionamento da criança, "Pai, você não vê que estou queimando?", este outro responderia, "Queime!".

Momento de subverter

Fazer comparecer o impossível da língua, enquanto verdade com a qual a língua falta, guarda relação íntima com a sub*ver*são poética. Paulo Sérgio de Souza Jr. resgata uma relação interessante entre o ato poético e o ato psicanalítico ao tomar aquele como sub*ver*são de uma ordem constituída, modo de contravenção à língua como ponto-morto da cristalização (SOUZA JR. 2011, p. 109). A poesia violenta o uso cristalizante da língua (LACAN, 1976-1977, lição de 15/03/1977).

O ponto claudicante da língua ao não integrar o seu impossível em lalíngua, roça o impossível de se dizer, "impossível de não se dizer de alguma maneira" (MILNER, 2016, p. 27). É a operação no limiar do impossível, como sedimentos de restos do silenciamento, que na psicanálise de fronteira buscamos sub*ver*ter fazendo comparecer o sujeito intimamente ligado ao desejo. Em lugar de violentar o minúsculo e frágil corpo humano com o cristal da língua mortificada em seu uso, buscamos restituir esse corpo em sua possibilidade de fala que violente a língua e inscreva algo novo no tecido do laço social, modificando-o. Há nisso uma inventividade[6] que retira o sujeito da margem e o que vai às cordas é a própria língua.

O ponto que roça o impossível, o escreve, no entanto, de alguma maneira,

> Seja a falta que marca lalíngua: que se lhe confira um ser e fica concebível propor como um dever dizer esse ser, fazer com que ele cesse de não se escrever. Passo constitutivo do qual existem testemunhas – que se leia Yves Bonnefoy a esse respeito, para apreender em que sentido o ato da poesia consiste em transcrever em lalíngua mesma, e por suas próprias vias, um ponto de cessação da falta ao escrever [*manque à s'écrire*]. É nisso que a poesia tem que vem com a verdade (dado que a verdade é, estruturalmente, aquilo com o que a língua está em falta) e com a ética (já que o ponto de cessação, uma vez circunscrito, exige ser dito) (MILNER, 2016, p. 39).

[6] *Tudo que não invento é falso.*
Há muitas maneiras sérias de não dizer nada, mas só a poesia é verdadeira. (Manoel de Barros, *O livro sobre nada*)

É nesse ponto que a clínica pública de psicanálise posta no lugar da fronteira do campo social ganha estatuto de *artefato de leitura*. Lê ali o que se suponha somente como silêncio, inscreve o que não encontra escritura, rompe com a legalidade gramatical surrada. Apresenta-se como contraleitura do frágil e minúsculo corpo humano ao dotá-lo de pulsão e de significantes, causando espanto.

"Não existem, nas vozes a que agora damos ouvidos, ecos de vozes que emudeceram?" (BENJAMIN, 2012, p. 242), questiona Benjamin em suas *Teses sobre o conceito de História*. Certamente o que se opera quando essas vozes falam é a "tarefa de escovar a história a contrapelo" (Benjamin, 2012, p. 245). O que era impossível de ser dito, torna-se impossível de não ser dito de alguma maneira. É aí que o artefato opera, como pente que arrepia os cabelos da língua e cata as pulgas da língua em suas falhas.

Operar na fronteira é o que reaviva o depósito das eras que é lalíngua, e retoma a fala para transitar no urbano com uma nova língua. Uma *práxis* que causa espanto em seu tecer simbólico-político.

E se queremos o espanto como causa, não deixaremos de ser nós mesmos por ele espantados. Ao dizer de alguma maneira o impossível da fronteira, os significantes serão navalha capazes de furar o saber-fazer psicanalítico e realocarão, quem o sabe?, aquilo que se transmite da psicanálise na pólis. Ao apostar que da fronteira nasçam limiares a psicanálise em suas comunidades palacianas deverá deixar-se estilhaçar de seus pontos de ancoragem.

Alain Didier-Weill nos brinda com uma passagem carregada de inscrição que fura o privado e toma o público. Conta que durante 15 anos tentou recuperar, junto ao Conselho de Estado francês, seu sobrenome Weill tendo sido recusado por três vezes. Alain havia perdido seu sobrenome depois que seu pai, assim como certo número significativo de judeus o havia feito pelos traumas causados pela guerra, havia abandonado o sobrenome na esperança de poupar filhos e netos de uma hipotética nova regressão antissemita na Europa.

Didier-Weill evoca seu desespero causado pela recusa do Estado em uma sessão de sua análise com Lacan, e vê como último recurso decidir, ele mesmo, que o chamassem por "Didier-Weill". "Trata-se de dizê-lo", diz Lacan encerrando a sessão.

Três dias depois, em um colóquio da Escola Freudiana de Paris, no qual Alain faria uma intervenção em uma sessão presidida por Lacan, este o convida "Didier-Weill, a palavra é sua" (DIDIER-WEILL, 2009, pp. 34-35). Retomando o fato, Alain o elabora da seguinte maneira,

> Dirão, como houve quem me dissesse na época, que ao contestar assim, publicamente, a censura do Conselho de Estado, Lacan estava fazendo não análise, mas política? Ou que, ao se pôr no lugar da lei, assumia um lugar megalomaníaco? Ou diremos que a vocação da psicanálise em intenção é encontrar, à maneira do chiste, sua espantosa extensão?" (DIDIER-WEILL, 2009, p. 35)

Ética do espanto é como o autor nomeia essa operação em que uma psicanálise irrompe de sua intenção para sua extensão. Propriamente é por essa ética que devemos convocar e ser por ela convocados à fronteira. Retomar o lugar da experiência narrável e dar ouvidos ao que isso fala é resgatar com espanto os mortos que aparecem como romance nos obituários diários dos jornais. Ler a fronteira a contrapelo é deixar aparecer como espanto os limiares que jogam e que chamam livremente ao jogo a língua, os significantes do desejo, a política e a história. Estamos chamados a uma ética do espanto e do desvio. Isso nos chama e faz chama.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas (V. I).* São Paulo: Brasiliense, 2012.
BENJAMIN, Walter. *Passagens (V. II)*. Belho Horizonte: Editora UFMG, 2018.
DIDIER-WEILL, Alain. "Lacan, o espantoso" in DIDIER-WEILL, Alain e SAFOUAN, Moustapha (organizadores). *Trabalhando com Lacan: na análise, na supervisão, nos seminários*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, pp. 28-35.
LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
LACAN, Jacques. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LACAN, Jacques. *O Seminário XV, O ato psicanalítico*. Inédito, 1967-1968.
LACAN, Jacques. *Le Séminaire XXIV – L'insu que sait de l'une-bévwe s'aile à mourre.* Inédito, 1976-1977.
MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n – 1 edições, 2018.
MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
SOUZA JR., Paulo Sérgio de. "Quando o desvio constitui a rota: o ato e o contrato na língua e na análise" in LEITE, Nina Virgínia de Araújo, e MILÁN-RAMOS, J. Guilherme (organizadores). *Entreato: o poético e o analítico*. Campinas: Mercado das Letras, 2011, pp. 107-112.

O saber urbano por/em museus como lugares de fala

Maria Cleci Venturini

1.0 Primeiras palavras

Em nossas pesquisas, definimos os museus como espaços memoriais que visam a atuar na produção do conhecimento pela estruturação de arquivos que 'guardam' memórias de acontecimentos do passado, do presente, incluindo, também o futuro interpretado e lido pela lente do presente - sempre já passado. A relação museu/memória/história, sustentada por políticas de memória faz desse espaço um lugar de fala, que possibilita discutir o saber urbano que emana deles, constituindo os dizeres e saberes em (dis)curso - memória em movimento, conforme Orlandi (2002), mesmo em espaços marcados pelo já-vivido e, ilusoriamente, pelo já-significado, pensando na visão tradicional e sedimentada do/sobre museus.

Vale destacar, nesse sentido, o fato de os museus, mesmo os tradicionais, como aqueles que fizeram parte do documentário "Museus, arquivos: lugares de memória no/do espaço urbano", constituírem-se pelo excesso e pela falta, pelo 'a- mais', resultante da fugacidade e da impossibilidade de tudo dizer ou mostrar. O documentário, em tela, disponível em https://ead.unicentro.br/documentario-museus-arquivos-lugares-de-memoria-do-espaco-urbano/acesso, enfocou três museus: o do Pinhão, o Museu Histórico de Entre Rios e o Museu Visconde de Guarapuava e buscou compreender como são organizadas as exposições temporárias e, também, que critérios são implicados na estruturação do acervo que está permanentemente em exposição. Buscamos, também, dar visibilidade a esses espaços, sinalizando para a questão de fundo que perpassou o documentário e, impulsionou a sua realização como um artefato de leitura, como discurso, pois nele e além dele, há o desejo de compreender as narrativas museológicas, mais precisamente, o modo como os museus se significam e significam a cidade. Esse significar a

cidade estrutura o saber *da* e *sobre* a cidade. Com isso, instauram-se evidências de que o acervo significa porque há sujeitos interpelados pela ideológicas, atravessados pelo inconsciente e por memórias que vêm de outros lugares. Assim, pode-se dizer que a transformação de um lugar, nome ou evento em objeto discursivo, ocorre porque esse objeto investe-se de significância, desnaturalizando sentidos aparentemente saturados.

As narrativas urbanas e o funcionamento do museu na cidade, fazem parte de nossas pesquisas, desde 2005, quando iniciamos nosso trajeto/projeto de doutorado, elegendo como objeto de pesquisa o museu Érico Verissimo, do que resultou outras questões mais amplas e menos fechadas em um espaço urbano. Nessa pesquisa, definimos o museu como espaço de rememoração/comemoração, tendo em vista que o saber urbano, recortado pela cidade de Cruz Alta (RS), tinha como filtro e, de certo modo, como um lugar institucionalizado de fala, o museu – casa onde nasceu e viveu o escritor, cidadão ilustre e orgulho da cidade. Esse percurso de pesquisa tem nos colocado questões em torno do espaço museológico, recortado como lugar de significação e de interpretação de temporalidades a partir de sujeitos, inscritos em formações discursivas. Entendemos, também, que os museus significam, além da cidade, incluindo eventos políticos, sociais e culturais e isso porque, como diz Orlandi (2011, p. 53) "o político está presente em todo discurso", demandando referendar, a partir de Pêcheux (1997) e de Orlandi (2011, p. 53), que não há discurso sem sujeito, assim como "não há forma de estar no discurso, sem constituir-se em uma posição-sujeito".

Diante disso, seguimos pensando nos museus como lugares de memória, tendo em conta o modo de significá-los. Essa noção foi desenvolvida por Pierre Nora (1984), enfatizando que o lugar da memória deveria ser o lugar da crítica, mas contraditoriamente, ela terminou por ser/tornar-se o lugar da celebração, referendando o não gerenciamento de memórias e do que faz ou não sentido na formação social. Para trabalhar com esse objeto discursivo vimos a possibilidade de deslocar o Museu do

campo teórico da história e da museologia, fazendo-o funcionar discursivamente, mas é preciso destacar que há muitos projetos e trabalhos em andamento sobre essa temática. O funcionamento discursivo implica considerar as leituras já realizadas em torno desse objeto, visando à construção de um percurso metodológico que não se atenha às linguagens, mas reivindique a prática política, vinculada ao real social e histórico do espaço urbano. Recobrimos o espaço museológico como discurso e para analisá-lo buscamos noções teóricas que recubram diferentes textualidades e visem à transformação. Trouxemos pesquisadores inscritos na Análise de Discurso e os dispositivos teóricos desenvolvidos por eles, destacando-se a memória discursiva, as formações discursivas, imaginárias e ideológicas.

Para Courtine (2006), o lugar de memória é fundamental, pois recolhe, transcreve, recorta e organiza os traços de identificação comuns. O museu é esse lugar, pois 'guarda' saberes sobre os objetos recortados e tem como uma de suas funções, constituir arquivos, os quais se transformam em documentos disponíveis sobre determinados sujeitos, eventos ou cidades. Para Venturini (2009, p. 66), o lugar de memória inscreve espaços públicos urbanos "na ordem do simbólico e faz retornar enunciados já-ditos, significados, mas esquecidos".

A inscrição na ordem do simbólico permite significar os museus como textos regulados por instituições, legitimando o saber, organizado nesse lugar a partir de critérios que atendem aos objetivos de cada espaço museológico. Esses saberes não se pautam na verdade, pois podem ter sido fabricadas ou negociadas, conforme destaca Robin (2016), além do que, discursivamente, não trabalhamos com a verdade, mas com efeitos de sentidos que resultam de processos, modos de significar. Diante disso, pensamos os museus como lugares de fala, nos quais há um espaço de identificação dos sujeitos com o que lhes é dado a ver/significar. Essa identificação faz com que se sintam e, efetivamente, sejam autorizados a dizer o que dizem. Aquele que 'fala', especialmente, em museus gerenciados pelo poder público, como é o caso do Museu Visconde de

Guarapuava, representa as instituições públicas e, por isso, pode/deve falar ou calar por ordem e vontade de quem permite o dizer e a organização dos saberes em (dis)curso museológico.

2.0 Museus como 'lugares de fala' no/do saber urbano

Os museus fazem parte da cidade e podem ser compreendidos como 'gerenciadores' do saber urbano pelo compromisso social e histórico demandado pelo que é institucional. Devido a esse compromisso, nesses espaços ressoam memórias e saberes, constitutivos da materialidade das cidades, sua ordem e organização e seu modo de ser discurso, relacionando sujeitos e sentidos. De acordo com Orlandi (2014), os espaços memoriais são instituições sociais que desempenham funções importantes no circuito social e cultural da cidade, fazendo funcionar o discurso da contemporaneidade, que suscita questionamentos sobre o funcionamento do presente, tendo em vista os recortes que incidem sobre os museus, como espaço-lugar. Nesse espaço-lugar, ressoam discursos e compromissos com o passado e, também com o futuro, conjugando o tempo tridimensional, conforme Catroca (2001) e, dessa forma, dando visibilidade aos modos como o passado vem para o presente, projetando o futuro, realizando-se, na perspectiva discursiva por meio de processos discursivos, definidos por Pêcheux (1997, p. 161) como "o sistema de relações de substituições, de paráfrases, sinonímias, etc, que funcionam entre elementos linguísticos – significantes – em uma formação discursiva dada.

Quando se aborda o museu como objeto discursivo, se pensa no passado como o tempo constitutivo de seus efeitos de sentidos e da naturalização de evidências de que nesse lugar estão arquivadas memórias visíveis por meio de vestígios, constituindo evidências da saturação de memórias. Conforme vimos, anteriormente, os museus e os discursos que emanam deles inscrevem-se na contemporaneidade, permitindo que se leia/interprete/compreenda, ancorados em Agamben (2010, p. 59), o

funcionamento de “uma singular relação com o próprio tempo” e isso, mostra as demandas de significação na atualidade, a partir do olhar do sujeito e de horizontes de expectativas que determinam e definem o que é passado, o que se mantém ou se repete no presente em função do museu em seu funcionamento social e histórico. Vale destacar que as relações temporais sinalizam para um compromisso com o futuro, como um tempo decorrente da relação presente-passado-futuro. Contraditoriamente, do que se possa pensar ou significar, a temporalidade museológica refere ao que ainda vive, ou seja, em relação permanente com os sujeitos que o visitam e com as memórias que ressoam no espaço museológico e, consequentemente, no espaço público, por meio de discursos, arquivos memória na constituição do digital, tal como é trabalhado no projeto coordenado por Cristiane Dias (Labeurb/Unicamp).

Dessa forma, a contemporaneidade media o social, o cultural e o histórico, podendo-se dizer, ancorados em Orlandi (2014), que os museus são, também, organizadores e desencadeadores de saberes urbanos, criando o novo, o polissêmico a partir de redes parafrásticas, mais especificamente, ressignificando o que se repete. Os museus são “instituições sociais muito complexas que num curto espaço de tempo passaram de um papel social relacionado à produção de saber para um papel essencialmente (auto)reflexivo, (auto)crítico e (auto)questionador, não só de si mas também da sociedade em volta” (ORLANDI, 2014, p. 1).

Como lugares de memória, segundo Venturini (2009, p. 187), os museus “possuem duplo papel: preservam as antigas tradições, atuando como desencadeador de mudanças e, constituem traços de identificação entre o nome a ser rememorado/comemorado e o espaço urbano". Em nosso recorte, o nome em destaque é o do Visconde de Guarapuava, pois a cidade, ou pelo menos parte dela, dá visibilidade a uma narrativa mitológica que autoriza a defender dois posicionamentos relacionados a museus e a espaços públicos na confluência/contradição de uma memória histórica e de um corpo-memória/corpo-documento, conforme Venturini (2017).

O primeiro desses posicionamentos diz respeito à relação entre o museu e o espaço público – museu espaço discursivo – instaurando uma 'certa verdade' decorrente de ritualizações e das narratividades que tecem o saber urbano. O segundo posicionamento refere ao museu como constitutivo do que a cidade é, mais precisamente, dos saberes que a estruturam e permitem que se diga, a partir de Orlandi (2004, p. 11), que no território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade se entrelaçam, "formando um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do outro". Cidade e sujeitos formam um corpo social e histórico, mostrando a ligação do sujeito com o espaço que habita. Corpo e cidade articulam-se de modo a dar visibilidade a não separação do destino de um, em suas inúmeras e variadas dimensões. Esse corpo-documento, tal como define Venturini (2017), é o Visconde de Guarapuava, constituído em materialidade significante por meio do museu e de monumentos, dentre eles, o que está na praça em frente à catedral.

A casa-museu Visconde de Guarapuava se constitui em discursos e significa os sujeitos da cidade, abarcando o hoje e também o passado, fazendo circular discursos sobre a cidade numa linha temporal. Venturini recorre a De Certeau (1995) para definir o museu, dizendo que esse espaço

> [...] constitui-se como espaço material em que o tempo presente, passado e o futuro dão a "ver" e fazem "crer" [...] a veracidade de um acontecimento, como histórico, mas também como ficção à medida que o museu ritualiza o nome presentificado, atendendo, muitas vezes, a razões institucionais ou de demandas do espaço urbano, na criação de um imaginário que atenda aos anseios dos sujeitos-cidadãos (VENTURINI, 2017, p. 128).

Nesse sentido, para pensar no museu e no passado como 'um efeito de real', pela articulação com um real perdido, que questiona um passado ou o reverencia centramo-nos no Visconde de Guarapuava - corpo-documento, sustentado por um corpo memória, conforme Venturini (2017). O historiador, segundo De Certeau (2006), é aquele que organiza o discurso,

muitas vezes, escondendo sob a ficção um realismo interno à linguagem, como um modo de propor sentidos. O museu, nessa perspectiva, é o lugar em que se organizam as narrativas urbanas e isso não significa seguir o real, mas trabalhar para a escrita de uma história como versões, na impossibilidade de abarcar a verdade, a qual na perspectiva discursiva é questionada.

Em referência ao museu como lugar de fala, é preciso sublinhar que essa noção apareceu no livro de Djamila Ribeiro, mais especificamente, no primeiro volume de *Feminismos Plurais* e em vários artigos nos quais a autora especifica esse conceito, destacando que ele foi desenvolvido com vistas a romper com a primazia dos discursos dominantes, referindo ao discurso feminino. A sustentação da produtividade do conceito lugares de fala, a partir de Ribeiro (2018, p. 206) decorre da visão da linguagem "como um mecanismo de manutenção do poder", decorrendo daí o objetivo do feminismo plural que é lutar pela "descolonização do pensamento", articulando falas advindas de diferentes lugares e sujeitos.

Zoppi-Fontana (2017, p. 64), assim como Ribeiro (2018), mobiliza o conceito lugar de fala no domínio discursivo, destacando a sua ocorrência discursiva como "uma questão teórica que incide no funcionamento dos processos de constituição do sujeito do discurso". Nesse texto, a autora destaca que os conceitos-chaves com que trabalha são enunciação, subjetivação e resistência de sujeitos-femininos interditados e impedidos de falar. Em nosso texto, mobilizamos o conceito de lugar de fala, destacando a referência à legitimidade de poder dizer, considerando-se as filiações dos sujeitos em formações discursivas, determinantes em relação ao que pode/deve ser dito e, também, porque apesar de não haver uma 'voz' individual que emana do museu, não há como desconsiderar o fato de as falas virem de sujeitos, investidos do poder dizer ou não dizer. É importante destacar que tanto Ribeiro (2018) quanto Zoppi-Fontana (2017) enfocam o lugar de fala centrando-se na resistência feminina e no silenciamento das

minorias, dando visibilidade ao fato de que essas minorias não possuem um lugar de fala.

Zoppi-Fontana (2017), no que tange à noção lugares de fala, mostra a necessidade de discutir teoricamente a complexidade dos processos de identificação no discurso em sua relação constitutiva com as condições de produção, a memória discursiva, a enunciação e o corpo. Acrescentamos a essas demandas teóricas noções como interdiscurso, abarcando o que chamamos de discurso *de*, como os discursos que sustentam o discurso *sobre* como atualidade, mobilizando, também, a individuação do sujeito pelo Estado, enquanto uma noção amplamente discutida por Orlandi (2010, p. 7), juntamente com a noção consenso, que "está sustentada em uma concepção de vínculo social". Esse vínculo pode produzir, segundo a autora, a segregação. Dizemos, entretanto, que no museu o consenso cria figuras a serem reverenciadas, no espaço urbano, permitindo significar a cidade e os que vivem pela ótica do colonizador.

Ainda com vistas a retornar aos modos de analisar e recobrir os discursos que circulam no museu, é importante pensar a produtividade das formações discursivas, ideológicas e imaginárias para dar conta da noção lugar de fala, destacando-se, especialmente, o que Pêcheux (1997, p. 301) chama de vitória do ato falho, o qual funciona como a base histórica das ideologias dominadas. Para o autor, "a condição real da disjunção em relação à ideologia dominante se encontra na luta de classes como contradição histórica motriz (o um se divide em dois) e não em um mundo unificado pelo poder de um mestre".

Ainda no que se refere ao lugar de fala e aos funcionamentos dos museus, destacamos a noção de contradição, junto às formações discursivas e ideológicas. A contradição é definida por Pêcheux (1997, p. 310) como o não fechamento da formação discursiva, a qual é constitutivamente 'invadida' "por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais [...] por exemplo sob a forma de pré-construídos

e de discursos transversos". Esses atravessamentos mostram a divisão do sujeito e a sua não identificação plena, sinalizando que a contradição pode ser explicada também pela desidentificação, em que o sujeito tem a ilusão de liberdade, notadamente, de desidentificar-se de uma FD e de não se filiar a outra. Essa ilusão dá visibilidade "a uma divisão do sujeito inscrita no simbólico", conforme Pêcheux (1997, p. 302).

A contradição funciona, também, pelo esquecimento no. 01, pelo qual o sujeito 'esquece' que não é a origem do dizer, esquecendo, igualmente, que o tempo do dizer e do dito "não são sucessivos [...], mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma 'pulsação' pela qual o *non-sense* do inconsciente não para de voltar ao sujeito e no sentido que nele pretende se instalar" (PÊCHEUX, 1997, p. 300). É assim que um mesmo sujeito se movimenta dentro de uma FD, de acordo com Zandwais (2009), desfazendo as evidências de unicidade e transparência da língua, mostrando que esses efeitos são apenas ilusões do sujeito. Esse funcionamento pode ser explicado pelo esquecimento no. 02, conforme sinaliza Orlandi (2002), fazendo retornar, ainda em consonância com Orlandi (2002), que as palavras não são indiferentes aos sentidos, o que se pode ver pelas análises discursivas do museu, estabelecendo relações entre o dito, o não dito e o a-dizer. Com isso, as referências se dissipam e instaura-se a resistência aos saberes da FD em que os sujeitos se inscrevem, referendando o não-fechamento das FD's e o entendimento de que a legibilidade decorre do arranjo-rearranjo dos saberes constitutivos da forma-sujeito.

3.0 Memórias da escravidão no museu e o documentário: análises

Nesse texto, temos como centro o museu e propomos tecer considerações a partir do documentário "Museus, arquivos: lugares de memória no/do espaço urbano", que foi organizado em 2016, destacando três museus (o do Pinhão, o Museu Histórico de Entre Rios e o Museu Visconde de Guarapuava). Krumell (2019, p. 42), em sua dissertação,

trabalhou com o documentário, sinalizando que essa textualidade desenvolveu-se a partir do cinema, congregando o verbal e o imagético. Essa aproximação com o cinema decorre, entre outras razões, do fato de a teoria do cinema "ser 'fascinada' durante muito tempo pelos efeitos de ficção, voltando-se pouco a pouco para a sua função social e cidadã", sublinhando a incessante simulação do real histórico. Ainda conforme Krumell (2019), o documentário, notadamente, aquele analisado por ele, realiza-se a partir de testemunhos. Acrescentamos a isso, o testemunho como aquele que atesta uma suposta verdade.

Nosso recorte, nesse texto, incide sobre o Museu Visconde de Guarapuava e a questão que nos move é: Como no/pelo museu a escravidão, sempre negada, ressoa e instaura a contradição e o equívoco? O documentário, em tela, tem duração de 33 minutos e 40 segundos e teve por objetivo dar visibilidade aos museus da região, buscando colocar em suspenso o modo como estão organizados e, mais particularmente, a forma de gerenciamento dos acervos e, consequentemente, da memória e dos sentidos.

Nossa discussão filia-se à Análise de Discurso e entre as noções e compromissos colocamos a defesa de leitura do museu Visconde de Guarapuava como um lugar de fala do/sobre o saber urbano, mais especificamente em torno de um sujeito que viveu no espaço de Guarapuava, conforme compromisso expresso no projeto de Cristiane Dias, do qual fazemos parte. Destacamos que os saberes que estão no museu ancoram-se no discurso historiográfico, que circula e instaura efeitos de verdade. Nessa direção, o discurso que vem da história significa o espaço urbano, na presente discussão, o de Guarapuava, onde se situa e funciona o museu, que divulga o Visconde antiescravagista. No entanto, a ligação entre o escravagismo e a relação com o trabalho demanda discussões que envolvem distintos domínios discursivos e está em andamento na dissertação de Maria Lucimar Canalli, sob nossa orientação e, também, em pesquisas de Iniciação Científica.

O Museu Visconde de Guarapuava, embora sendo um lugar que busca aproximar-se da verdade acerca do passado de um povo e de sua forma de organização e de vida, é também um espaço construído por sujeitos que falam de algum lugar e se inscrevem em formações discursivas, do que se evidencia que a história não foi contada a partir dos escravos, mas sim, da classe dominante existente na época e responsável pelo discurso existente no museu. Esse fato é bastante relevante e se constitui como um dos funcionamentos do lugar de fala, referindo à filiação dos sujeitos e à formação imaginária, resultante da capacidade de os sujeitos anteciparem-se, segundo Orlandi (2002), de deslocaram-se para o lugar em que os sujeitos interlocutores os 'ouvem'. Ocorre por meio desse processo a regulação do dizer, com vistas a obter à adesão ou pelo menos à defesa do que é dito, pelo que se realiza a divisão dos sujeitos e dos sentidos. Nesse sentido, o lugar de fala funciona como a legitimação do dizer, a partir da filiação dos sujeitos. Vamos discutir isso, a partir do documentário "Museus, arquivos: lugares de memória do/no espaço urbano".

Pêcheux (1997a, p. 60) faz referência à regulamentação da interpretação e ao policiamento dos enunciados no que concorre ao apagamento seletivo da memória histórica. Para ilustrar esse apagamento e os perigos advindos daí, o autor enfoca o gerenciamento, dizendo que ele trabalha para a 'liquidação dos povos', nas palavras de Milan Kundera, referido por Pêcheux e isso significa 'roubar' a memória desses povos. A organização do documentário que constitui o lugar material de análise do museu, contribui para colocar em suspenso os efeitos de sentidos que ressoam a partir desse lugar, possibilitando contrapor com o que vem da história, como efeito de verdade e o que está no museu. É importante destacar que a contradição, especialmente, no que refere à prática escravagista do Visconde e das relações de trabalho podem ser pensadas e discutidas pelas condições de produção da liderança desse sujeito na cidade e da circulação de discursos, constituídos por memórias difundidas

pelo espaço museológico que o rememora/comemora. O museu é um lugar de fala, no qual não é o Visconde quem fala, mas o acervo e a casa, autorizando e legitimando, conforme a professora que responde pelo que é divulgado no museu, dizeres e saberes como ele e sobre o saber urbano.

Ainda conforme a curadora, Iraci Cieslak de Souza, o museu Visconde de Guarapuava que se situa no centro da Cidade de Guarapuava – PR, foi fundado no ano de 1956 e o edifício pertencia a Antônio de Sá Camargo, que nasceu na cidade de Palmeira, em abril de 1807. O título de Visconde que lhe foi concedido se deve aos serviços prestados por ele à cidade de Guarapuava nas áreas política, cultural e econômica. Na época, de acordo com os registros existentes, o Visconde conviveu com 12 escravos em sua casa, onde faleceu no ano de 1896. Após sua morte, todos os objetos que constituem o museu foram doados por pessoas da região, mas isso não significa que esses objetos pertenceram a ele.

Em nosso exercício de análise, recortamos do documentário, em tela, sequências discursivas em torno do museu Visconde de Guarapuava e, consequentemente o Visconde. Para saber/interpretar/compreender esse discurso, realizamos uma entrevista com a curadora do museu, a qual falou respondendo questões previamente organizadas, atendendo aos objetivos da pesquisa. Desse modo, a professora Iraci discorre destacou a casa, dizendo que ela desempenha um papel importante para a cidade, pois nela viveu Antônio de Sá, um dos nomes importantes presentes na história de Guarapuava. As peças que formam o acervo do museu são catalogadas para que haja um controle sobre tudo o que há dentro da casa, seguindo as diretrizes do Instituto de Museus. Além disso, há uma classificação dos objetos por meio de um manual do Instituto Brasileiro de Museus que são divididos por temas. Há também a organização e montagem de exposições especiais, que ocorrem em datas comemorativas, nas quais os objetos são expostos.

Segundo a professora Iraci, o objetivo principal do museu Visconde é expor a vida de Antônio de Sá Carneiro. Por meio dessa exposição é

possível compreender o contexto sócio-histórico e político da época, bem como a cultura africana e sua essencialidade na constituição da história e da memória do espaço urbano de Guarapuava. Nesse sentido, destacamos a sequência discursiva a seguir, por entendermos que a centralidade em que é colocado o Visconde, apaga, de certa forma a sua atuação em relação a apoiar ou não a mão de obra escravagista, tendo em vista que o sujeito ocupa o lugar da idealidade, daquele que é rememorado/comemorado na cidade.

> SD 1
> No museu, a vida do Visconde de Guarapuava é o que recebe destaque, porque por ser um Museu Histórico, retrata, ressalta a vida dele aqui. Nas visitas, iniciamos falando primeiro da vida dele, depois do acervo, do tombamento e da casa em si. (11:57)

Essa sequência discursiva, reforça o efeito de sentido de que museu exerce a função social e discursiva de um lugar institucionalizado de fala, centrado na história e na importância do Visconde para a cidade de Guarapuava. Ele é, conforme diz a curadora, em sua fala, "ele é o centro" e o efeito que se constitui é que se trata da individuação do sujeito, nos termos definidos por Orlandi (2010), instaurando o consenso. A individuação "resulta de um apagamento da forma-histórica em benefício só da afirmação da posição-sujeito desse indivíduo, submetida ao processo de interpelação [...]", (ORLANDI, 2017, p. 157). O funciona dá visibilidade à afirmação da posição-sujeito do colonizar, ou da representação imaginária desse sujeito.

Vale ressaltar que não estamos falando de uma pessoa, mas de um colonizador, que ocupa uma posição-sujeito, na qual qualquer outro sujeito poderia estar, nessas mesmas condições de produção. O lugar do sujeito líder é de autoridade dada a ele, naquele tempo e no discurso que está no museu. Essas condições permitem significa-lo como detentor de um saber, constitutivo de um determinado efeito de realidade – em resumo, de um real histórico (DE CERTEAU, 2006). O que dá a ele esse poder é uma

narratividade, entendida como a criação de uma versão acerca de sua vida e de seu lugar na formação social e do evento de colonização e, dentro desse evento, o funcionamento do escravagismo. O que se tem é que o objetivo do museu tem como centro a valorização da vida e da casa onde o Visconde de Guarapuava viveu, bem como mostrar a sua vida e sua atuação social como uma exemplaridade.

De qualquer forma, um sujeito que possui escravos e explora o trabalho deles, dentro da óptica cristã sofreria um certo desprestígio e essa é uma das razões pelas quais a história de Guarapuava destaca que o Visconde não possuía escravos e, se em sua casa viviam escravos, estes eram todos alforriados. No entanto, ressoa pela arquitetura da Catedral Nossa Senhora, que fica próxima ao museu vestígios que dão visibilidade a esse regime, especialmente, no que se refere ao espaço físico destinado aos africanos, longe do altar, ocupando as laterais da igreja. Os espaços centrais eram ocupados pelos colonizadores ou representantes do poder instituído.

> SD2
> O museu tem um papel social muito importante para a cidade porque retrata a história. A questão de preservar o hoje para o amanhã. (13:05)

Nesta sequência, a curadora destaca a importância social do museu porque ele retrata a história, segundo ela. Vemos que há um deslocamento importante, tendo em vista o equívoco em torno da história, significada como uma memória, que está em (dis)curso, apagando a reversibilidade e a memória histórica. Esse equívoco, referendando o que dizem Gadet e Pêcheux (2004) decorre mesmo do ponto em que a língua toca a história, tendo em vista que na história o Visconde é um homem sem vida pessoa, é um exemplo, mas pelas palavras com que é discursivizado e pelas imagens da casa, do pátio e também pelos móveis, ressoam memórias de um português, que muito provavelmente, mesmo em solo brasileiro, continua sendo português pelo modo de viver.

Há um eixo temporal que, ilusoriamente, reforça o hoje em função de um amanhã que vem desse hoje e faz uma projeção de um futuro. A repetição do HOJE para o AMANHÃ constitui esse dizer em uma memória, sinalizando o que é museu e o papel social que ele cumpre. Isso significa, manter as hegemonias e as diferenças entre classes sociais, promovendo o que Pêcheux (1997) refere como a luta de classes. A referência aos africanos ocorre pela menção ao trabalho e à arquitetura diferenciada da casa em que hoje funciona o museu.

A narrativa sobre o museu fala da cultura afro somente quando cita a construção da casa e não fala em índios, esses são apagados, invisibilizados. Nesse sentido, esse é um espaço de reprodução de memórias e de cultura e não de transformação, considerando-se que os sentidos sobre o Visconde, sobre a cidade e sobre a casa em que ele vivia, continuam se repetindo, apesar de haver rupturas, falhas e deslizes, dentre essas falhas, destacando-se a supervalorização do Visconde e o dizer que referenda que o objetivo do museu é destacar a vida do Visconde, quando deveria ser discutir a história da cidade, talvez para ressignificá-la.

> SD3
> O museu não é apenas para ser visitado, mas para ser vivenciado porque através das peças do seu acervo estão a cultura de um povo retratada por uma época. (13:28)

Nessa SD, ressoam e se repetem memórias dos museus como lugares, não só de fala, mas também de vivência, tendo em vista a cultura e o que é dado a ver e que leva a crer no que lá está exposto e, também, do que é pedagogicamente ensinado. Há, apagamentos em relação à cultura africana, tendo em vista, como se pode ver, na imagem 1, recortada do documentário, a representação de uma casa portuguesa, tanto pelos móveis, cortinas, que estão distantes do que seria a senzala, lugar em que estavam alojados os africanos, que viviam, nesse espaço, sendo narrativizados como aqueles que realizavam trabalhos não remunerados. Conforme destacado pela professora que responde por esse espaço, um

dos objetivos do museu é 'viver' o passado e a cultura desse passado está representado pela vida do Visconde.

Imagem 01

(9:07)

De acordo com a concepção de museu em funcionamento, nesse espaço, tudo que está na casa e tudo que é dito sobre o Visconde deve servir como um exemplo e motivo de orgulho. Esse propósito está presente na imagem, representando uma casa portuguesa em solo brasileiro, podendo-se ler/interpretar/compreender do que se pode ver que não se trata de uma cultura local. A cultura que se pode ver é a colonizador, a cultura que veio com o colonizador. Nesse sentido, é bastante produtivo buscar saber qual a concepção de cultura que sustenta a organização do museu e, também, quais os critérios foram seguidos para organização do acervo, bem como a forma de organização. Esses efeitos ressoam fortes, tendo em vista que no Brasil, em geral as casas eram bem diferentes e, os escravos viviam em senzalas, devendo ficar sempre disponível para realizar qualquer tipo de serviço.

SD4
A casa foi feita por mãos de escravos e traz toda uma técnica, trazendo a cultura afro. (13:28)

Nessa SD, a cultura africana e a escravidão são trazidas para o fio do discurso e, a partir da fala da curadora, para quem o museu representa, também, a memória do negro visibilizada na arquitetura da casa. Há um retorno aos mesmos pontos, destacando a centralidade da memória rememorada/comemorada nesse espaço. Com isso, começam a se constituir memórias, pois conforme destaca Indursky (2013, p. 01) "[...] as repetições como diferentes modos de dizer de um sujeito, o que instala a possibilidade de introduzir o diferente no mesmo, mas, a força de assim proceder, abre-se a possibilidade de instauração de desvios e de derivas dos sentidos".

O discurso que vem do Museu promove a repetição e, com isso, a transformação dos sentidos, pois ao mesmo tempo que é destacada a memória africana é mostrada/significada a casa do Visconde, mostrando as diferenças e a falta de presença da cultura desses sujeitos, pois é como se eles não existissem fora desse lugar. O destaque está no trabalho no fato de construírem a casa, mas os móveis da casa, as cores, tudo difere da cultura africana.

Ainda em relação à cultura africana, é importante destacar que ao evidenciar a cultura afro, apaga-se a escravidão, a exploração e a violência. E com isso se constrói a cultura do colonizador, que é lida/interpretada/comprometida pelo que ressoa dessa cultura a partir de uma memória discursiva, que determina o tipo de construção faz ressoar o colonizador e porque ao dar visibilidade à cultura se apaga o negro. Essa memória é reforçada pelo elogio dada ao tipo de cultura. O que constitui esses efeitos, dentre outros, é a inscrição do sujeito em formações discursivas, isto é, na FD do colonizar. Destaque-se que não é somente o colonizador e a dos que não sõ colonizadores que ou não concordam com eles. Entretanto, mesmo os que se inscrevem na FD africana, podem ter outra posição- sujeito e continuar nessa mesma FD, considerando a heterogeneidade, a diferença.

Imagem 02

(11:51)

Imagem 03

(13:50)

Nas duas imagens (02 e 03) há a contradição entre o discurso que vem da história, o discurso que está no museu pelo acervo e, também pelo que diz a curadora e, ainda pelo comentário. Vale ressalvar que apesar de ter sido realizada uma entrevista, que de certa forma direcionou e se constituiu como um gesto de leitura realizado pelos idealizadores desse modo de dizer, o sujeito que fez as filmagens, escolheu o que destacar.

O olhar câmera pousou/destacou detalhes da casa-museu e isso demanda compreender que ele realizou, igualmente, um gesto de leitura, sendo essa leitura resultado de sua filiação ideológica e faz sentido para ele, do que demanda sublinhar na primeira imagem, aqui e sempre funcionando

como texto, uma visão cultural do século XVIII, ou seja, a casa grande e separada dela, a senzala, feita de pedras. Essa disposição de lugares: o dos senhores e o dos escravos, destaca as diferenças entre classes também distintas. Não como trazer os não-ditos e o muito a-dizer a partir dessas duas textualidades (imagem 02 e 03), mas elas dizem muito pelo funcionamento da memória, pelo discurso da história e pelo que escapa do dizer da curadora. As duas textualidades dão-se a ler pelas redes parafrásticas que repetem o mesmo, mostram as recorrências, instaurando o novo, sentidos que escapam ao intencional.

O que se pode ver então é a casa e senzala e a distância entre as duas classes, a diferença das construções, significando que o Visconde não era diferente dos demais colonizadores, apesar de a história de o Museu construir um certo consenso sobre quem ele foi e sobre o que representa para a cidade, fazendo com que o espaço dedicado a ele se constitua como um dos mecanismos de 'fazer lembrar' pela repetição, pelo que se vê, pelo que não é dito, mas é fortemente marcado.

... Sem concluir: vislumbramos um efeito de conclusão

Porque se faz necessário dar um ponto final e construir um efeito de conclusão, dizemos que os museus, dependendo da sua função social e discursiva que cumpre no espaço urbano, podem ser definidos diferentemente. Eles não são exatamente iguais, pois o destaque, o recorte temporal e a forma de significar no simbólico o sujeito ou evento que faz dele um lugar de memória, depende do objetivo de sua criação e atendendo a interesses institucionais e sociais.

No entanto, mesmo com objetivos bem definidos e com o direcionamento dado por aquele organiza o acervo e, por sua organização realiza uma leitura sempre diferente, os sentidos escapam e o mesmo museu é sempre outro museu, dependendo do sujeito que o visita e do que impulsiona a visita. Com isso, perguntamos: o museu é um lugar do passado? Ele é um lugar para visitar e também para vivenciar?

Essas questões ficam sem resposta: o historiador busca nesse lugar os documentos que ancoram o seu dizer, os visitantes que chagam a cidade buscam saber que cidade é essa, os cidadãos que vivem na cidade, especificamente, no Museu Visconde de Guarapuava querem saber quem foi Antonio de Sá Carneiro, porque ele é ó Visconde" e porque merece ser um dos momentos da praça principal da cidade de Guarapuava.

Como analistas de discurso, buscamos saber: que processos e que memórias fazem com da casa do Visconde de Guarapuava um lugar de memória? Queremos saber, ainda, que efeitos se constituem pelos três espaços da cidade que se encontram juntos: a casa do Visconde, a Igreja e a praça principal da cidade? Que saberes urbanos estão no museu e como esses saberes são abordados, disseminados e repetidos nas escolas? Que pseudo-verdades o que museu sedimenta? São discussões, aparentemente, banais, mas que dizem/fazem do museu, mais do que os saberes que estão nos livros de história da cidade... Há muito a ler/interpretar/compreender nas lacunas, espaços... vazios.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Editora Argos, 2009.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político:* as derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *A história:* novos problemas. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1995.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universidade, 2006.

DOCUMENTÁRIO: *Museus, arquivos, lugares de memória do/no espaço urbano*. Produção Anderson Costa, Patrícia Maria Bonato, Maria Cleci Venturini. Produção NEAD Unicentro e Laboratório de Estudos Linguísticos e Literários - (PPGL), 2016. Disponível em https://ead.unicentro.br/documentario-museus-arquivos-lugares-de-memoria-do-espaco-urbano/acesso, em 20 de outubro de 2019.

INDURSKI, Freda. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. *Signo y Seña*, número 24, diciembre de 2013, pp. 91-104. Facultad de Filosofía y Letras (UBA). http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/index

KRÜMMEL, Elivelton Assis. *Entre a história e a memória: uma análise discursiva do documentário Sobreviventes do Holocausto.* Dissertação de Mestrado, sob a orientação da Profa. Dr. Verli Petri da Silveira. Santa Maria/RS, UFSM, 2019. 248 p.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. In: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*, Paris: Gallimard, 1984. v. I.

ORLANDI, Eni Puccineli. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. 4ª. Ed. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni Puccineli. *A cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Editora Pontas, 2004.

ORLANDI, Eni Puccineli. (Org.). *Discurso e políticas públicas urbanas:* a fabricação do consenso. Campinas/SP: Editora RG, 2010.

ORLANDI, Eni Puccineli. Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação. In: ZANDWAIS, Ana; ROMÃO, Lucíola Sousa*. Leituras do Político*. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2011, p. 53-64.

ORLANDI, Eni Puccineli. Discursos e museus: da memória e do esquecimento. *Entremeios*: revista de estudos do discurso. v.9, jul/2014 Disponível em <http://www.entremeios.inf.br>.

ORLANDI, Eni Puccineli. *Eu, Tu, Ele* – discurso e real da história. Campinas/SP: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccineli. (Org.). et al. *Gestos de leitura*. Da história no discurso. Homenagem a Denise Maldidier. 2. ed. Campinas, SP:Editora da Unicamp, 1997a.

PÊCHEUX, Michel. Análise de discurso: três épocas (1983). Trad. Jonas A. Romualdo. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise automática do Discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 311-318.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso:* Estrutura ou Acontecimento. 3. ed. Trad. de Eni Orlandi. Campinas/SP: Pontes Editores, 2002.

RIBEIRO, Djamila. *Por um feminismo intersescional*. Laboratório de Ideias: experiência, transgressão, pensamento. Disponível em: https://filopol.milharal.org/2014/02/12/por-um-feminismo-interseccional/. Acesso em 02 de out. de 2019.

ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Trad. Cristiane Dias, Greciely Costa. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2016.

VENTURINI, Maria Cleci. *Imaginário urbano:* espaço de rememoração/comemoração. Passo Fundo/RS: Editora da UPF, 2009.

VENTURINI, Maria Cleci. História e memória em (dis)curso: Fernando Catroga e a poética da ausência. *Revista Interfaces*, No. 08, Vol. 04, 2017, p. 127-145.

ZANDWAIS, Ana. Perspectivas da Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada do percurso. *Revista Cogitare*, no. 08. Santa Maria/RS, PPGL, UFSM, 2009.

ZOPPI-FONTANA. "Lugar de fala": enunciação, subjetivação, resistência. Porto Alegre, *Revista Conexão Letras,* Vol 12, nº 18, 2017, p. 63-71.

Sobre as autoras e os autores

Alma Bolón
É professora titular efetiva de Literatura Francesa no Instituto de Letras (Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación – UdelaR) e professora agregada efetiva de Linguística Aplicada - Carreira de Tradução (Facultad de Derecho – UdelaR) no Uruguai. Integrante do grupo de pesquisa "Filosofia Teórica da Comunicação" (Discurso, Universidade, tecnologia, globalização), ativo desde 1999, e do grupo "Montevideana" (Comparatismo), ativo desde 2003, autoidentificados en CSIC 2014 (No.882487). Entre suas últimas publicações, como editora, figura "Ducasse Maldoror Lautréamont - Mayo del 68 - Erotismo Sexualidad" (Montevideo: Universidad de la República & Linardi y Risso, 2019, 427 páginas), e como autora "Onetti francés. Estudios de lengua, literatura y civilización francesa en Onetti" (Montevideo: Universidad de la República/CSIC, 2014, 206 páginas). Também publica com assiduidade na imprensa montevideana.

Ana Cláudia Fernandes Ferreira
É graduada (1999 a 2002), mestre (2003 a 2005) e doutora (2005 a 2009) em Linguística pela Unicamp. Durante seu doutoramento, realizou um estágio de pesquisa na ENS-LSH, em Lyon (2006 a 2007). Foi docente da Unimep (2009) e do PPGCL da Univás (2010-2016), instituição onde exerceu atividades de docência (graduação e pós-graduação), orientação e pesquisa. Além dessas atividades, foi Coordenadora do Nupel (2010 a 2012) e Coordenadora Geral do Enelin 2013 e do Enelin 2015. É docente do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp desde 2016. Coordena, junto com Carolina P. Fedatto, a partir de 2018, o Grupo de Pesquisa O Cotidiano na História das Ideias Linguísticas, credenciado no Diretório do CNPq. Atua na área de Linguística, notadamente em História das Ideias Linguísticas, Análise de Discurso e Semântica da Enunciação. Em suas pesquisas acadêmicas mais recentes, vem estudando as diversas relações (de sentido) entre conhecimento e tecnologia em sua historicidade, tomando como fundamental o papel e o poder fundador da linguagem. Ao lado disso, vem estudando os processos de constituição e divisão de saberes linguísticos cotidianos sobre a(s) língua(s) do/no Brasil.

Carolina Rodríguez-Alcalá
Possui Bacharelado e Licenciatura em Letras e Doutorado em Linguística, na área de Análise do Discurso, pela Universidade Estadual de Campinas. Realizou estágios de Pós-Doutorado em Linguística, na área de História das Ideias Linguísticas, na École Normale Supérieure - Lettres et Sciences Humaines (Lyon) e na Université de la Sorbonne Nouvelle - Paris III. É pesquisadora Pq B do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb/Nudecri), da Universidade Estadual de Campinas, e professora plena no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da

mesma universidade. Atua nas áreas de Análise do Discurso, Saber Urbano e Linguagem e História das Ideias Linguísticas. Trabalha principalmente com os seguintes temas: discursos sobre a língua; língua guarani (Paraguai); relações entre língua, nação e identidade; políticas de língua, gramatização do guarani (período colonial), língua nacional, língua urbana, espaço e ambiência urbana.

Cristiane Pereira Costa Dias
Possui doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2004), Mestrado em Letras, Estudos Linguísticos, pela Universidade Federal de Santa Maria (2000) e Pós-doutorado na linha de pesquisa Língua, Sujeito e História, do Laboratório Corpus/PPGL-UFSM. Atualmente, é pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos - Labeurb-Nudecri/Unicamp e professora do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural (PPG-DCC - LABJOR/IEL) e da Especialização em Jornalismo Científico (LABJOR/DPCT-IG e DM/IA). É Membro Associado do Laboratório Pléiade - Paris 13 e coordenadora da Rede Franco-Brasileira de Análise do Discurso Digital. É também coordenadora associada do Labeurb e do Nudecri (Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, atuando principalmente na área do discurso digital e novas tecnologias de linguagem. É autora do livro "Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo" (Pontes), "Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)" (Hucitec Editora), entre outros; além de ter inúmeros capítulos de livro e artigos publicados em revistas especializadas. Desenvolve pesquisa sobre linguagem no espaço digital, espaço urbano, refletindo sobre a produção e circulação dos sentidos, e sobre os processos de constituição dos sujeitos no mundo contemporâneo.

Eni Puccinelli Orlandi
Possui graduação em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (1964), mestrado em Lingüística pela Universidade de São Paulo (1970), doutorado em Lingüística pela Universidade de São Paulo e pela Universidade de Paris/Vincennes(1976). Foi docente na USP de 1967 a 1979, onde ensinou Filologia Românica, Lingüística, Sociolingüística e Análise do Discurso Pedagógico. De 1971 a 1974 ministrou a disciplina de análise de discurso no curso de especialização em tradução na PUC/Campinas. Atuou como docente do Departamento de Lingüística do IEL, na Unicamp, de 1979 a 2002. Implantou e coordenou o Programa de pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí, de 2002 a 2018. É pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp, e professora colaboradora do IEL da Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora visitante da UNEMAT, atuando no ProfLetras e em Linguística. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Lingüística, atuando principalmente nos seguintes temas: análise de discurso, linguística,

epistemologia da linguagem, história das ideias linguísticas, história das ideias discursivas, e jornalismo científico. É pesquisadora 1A do CNPq.

Greciely Cristina da Costa
Possui Graduação em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (2004), Mestrado (2008) e Doutorado em Lingüística (2011) pela Universidade Estadual de Campinas. Durante seu doutoramento, realizou um estágio de pesquisa (doutorado sanduíche) na Université de Paris XIII, em Paris (2010). Foi docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS) de 2012 a 2018, tendo coordenado o Núcleo de Pesquisas em Linguagem (NUPEL) de 2013 a 2014. Coordenou o Projeto de Pesquisa Imagens em suas discursividades e o Projeto Discurso e Silêncio: política, ciência e arte. Atualmente, é pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos - Labeurb - da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, credenciada como docente no Mestrado de Divulgação Científica e Cultural (MDCC) e como orientadora no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). É líder do Grupo de Pesquisa diADorim e coordena o projeto de pesquisa Imagens da Cidade: Discurso e Produção de Conhecimento (FAPESP Processo 18/26073-8). Atua como Editora Adjunta da revista Línguas e Instrumentos Linguísticos. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso, com pesquisas voltadas para a compreensão das discursividades da imagem, para o funcionamento da denominação, e para a análise de discursos sobre a violência e a criminalidade, dentre outros temas que envolvem a relação entre linguagem e sociedade

José Horta Nunes
É graduado em Letras (Licenciatura) pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1987), tem mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1992), doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1996) e pós-doutorado na École Normale Supérieure de Lyon (2004, França). Atualmente é pesquisador do Labeurb/Nudecri da UNICAMP. Atua como Membro Associado Estrangeiro do CNRS (França). Atua, principalmente, nos seguintes temas: discurso sobre/da cidade, estudos do léxico urbano, análise histórico-discursiva de dicionários e enciclopédias, divulgação científica.

Larissa Tamborindenguy Becko
Possui graduação em Comunicação social - Relações Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012), mestrado em Ciências da Comunicação pela Unisinos (2019) e doutorado em andamento em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Participa dos grupos de pesquisa CULTPOP - Grupo de Pesquisa em Cultura Pop, Comunicação e Tecnologias, da Unisinos, liderado pela Prof. Dra. Adriana da Rosa Amaral, e Cult de Cultura - Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Arte Sequencial, Mídias e Cultura Pop, das Faculdades EST, no qual lidera junto ao Prof. Dr.

Iuri Andréas Reblin. Atua principalmente nos seguintes temas: cultura do fã, super-heróis, performances, identidades e práticas de consumo.

Leo Rodriguez
É formado em História pelo IFCH-Unicamp, mestrando em Linguística pelo IEL-Unicamp, psicanalista membro da Týkhe Associação de Psicanálise e membro dos coletivos Estação Psicanálise e Pulso: clínica social de psicanálise.

Maraisa Lopes
Possui licenciatura em Letras (Português e Inglês) e especialização em Estudos da Linguagem pela Universidade de Mogi das Cruzes. Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional. Mestre em Linguística, área de concentração - Análise de Discurso, e, Doutora em Linguística (Bolsista CNPq-06/2009 a 06/2010), área de concentração - História das Ideias Linguísticas, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual de Campinas. Estágio Pós-Doutoral em Educação de Surdos (Deaf Education) pela Flagler College (Florida/USA), realizado junto ao Master's Program in Education of the Deaf and Hard of Hearing, sob a supervisão da Profa. Emérita Dra. Margaret H. Finnegan. Visiting Scholar, Bolsista da Comissão Fulbright (Seleção 2016 para os anos 2017/2018), com atividades desenvolvidas na Flagler College (Florida/USA). Professora Associada I, Linguística, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Ministro Petrônio Portela. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL), Campus Ministro Petrônio Portela. Líder do Núcleo de Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD). Atualmente, é Coordenadora Geral de Graduação, Pró-Reitoria de Graduação/UFPI.

Marcos Aurelio Barbai
Possui graduação em Letras (1998) e Especialização em Língua Portuguesa (1999) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestrado e doutorado em Lingüística (2004) e (2008), ambos pela Universidade Estadual de Campinas, com estágio de doutoramento e de Pós-doutorado (2015-2016) na Université de la Sorbonne Nouvelle - Paris III, França. É Pesquisador C, no Laboratório de Estudos Urbanos, do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade, da Unicamp. Tem experiência na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso, subjetividade, cidade, segurança, criminalidade, imigração e psicanálise. Desde o ano de 2011 participa das formações clínicas em Psicanálise, no Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo. É professor do PPG Divulgação Científica e Cultural (MDCC - IEL/Labjor-Unicamp), atuando nas Linhas de Pesquisa: Cultura Científica e Sociedade; e Informação, Comunicação, Tecnologia e Sociedade. É psicanalista.

Maria Cleci Venturini

Tem licenciatura em Letras Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa pela Universidade de Passo Fundo (1980), licenciatura em Letras Língua Espanhola e Suas Literaturas, pela Universidade de Passo Fundo (1998), Especialização em Literatura Brasileira (1987 - UPF - Passo Fundo - RS), Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua Portuguesa (PUC/MINAS), mestrado em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001) e doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2008). Professora Associada do Departamento de Letras, da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Docente do Corpo Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Letras da UNICENTRO e da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atua, principalmente nos seguintes temas: Análise de Discurso, História das Idéias Linguísticas, Espaço urbano, narratividade da cidade e lugares de memória, História e Ficção, na perspectiva do discurso, Museus como lugares de memória e de História. Realizou estágio Sênior em História e Memória, na Universidade de Coimbra - Portugal - sob a supervisão do Prof. Dr, Fernando Catroga, com Bolsa da CAPES/Fundação Araucária (Programas Estratégicos - DRI) no período compreendido entre 1 de fevereiro de 2017 a 31 de janeiro de 2018.